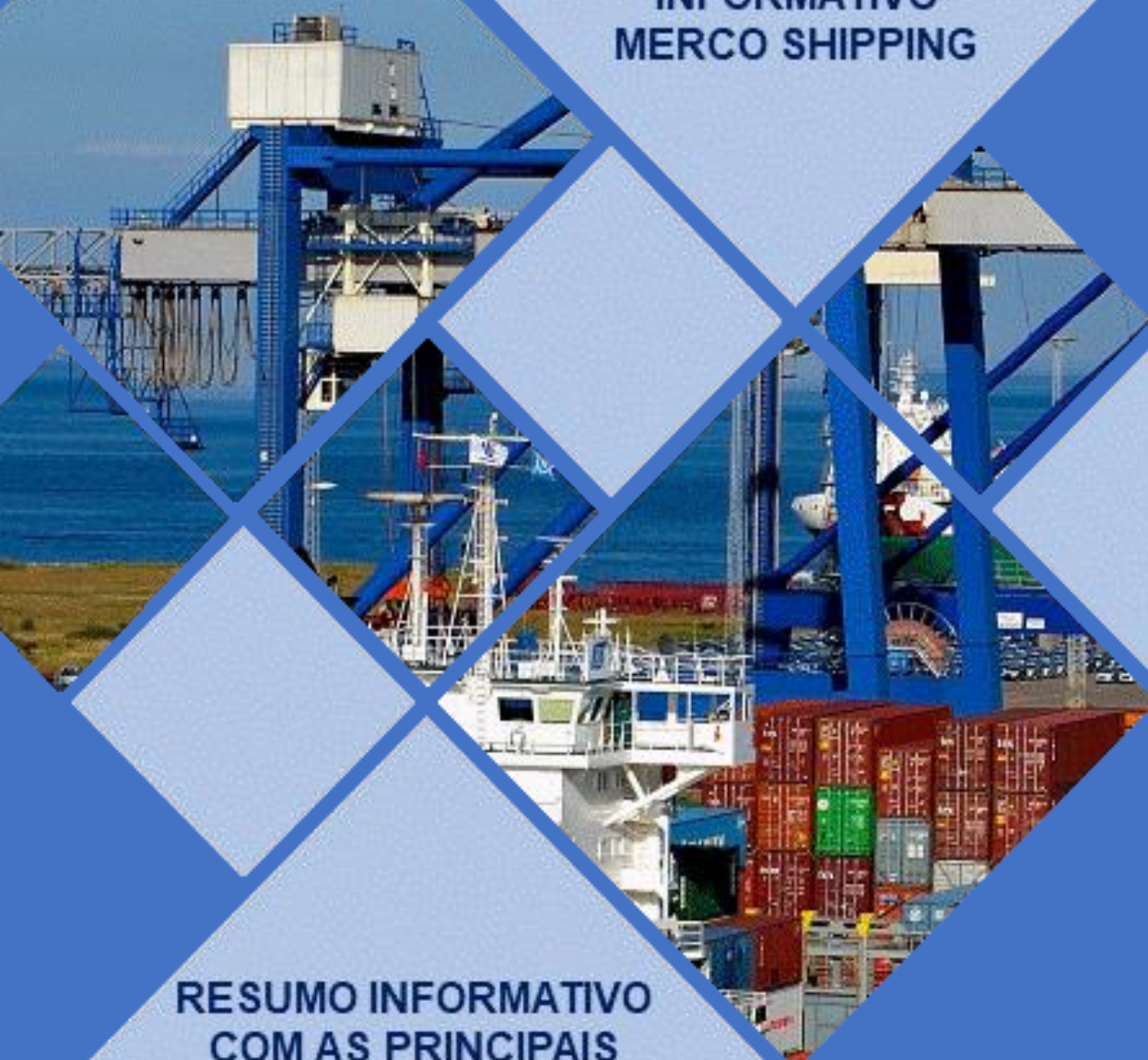


INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 179/2023
Data: 26/10/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
GOVERNO FEDERAL LANÇA PLANO PARA IMPULSIONAR HIDROVIAS NO BRASIL	4
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS PODE DESTINAR R\$ 100 MILHÕES AO PORTUS EM 2023.....	5
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	6
ANTONIO COELHO DEBATE TURISMO DO RECIFE COM MINISTRO JOSÉ MÚCIO.....	6
MINISTRO WELLINGTON DIAS PARTICIPA NO RECIFE NESTA ENCONTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	7
SANEAMENTO BÁSICO: O BRASIL A CAMINHO DE UMA REVOLUÇÃO	8
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	11
MPOR E EMBAIXADA DA FRANÇA DISCUTEM MEDIDAS SUSTENTÁVEIS PARA OS SETORES AÉREO E HIDROVIÁRIO	11
MINISTÉRIOS DO TURISMO, DE PORTOS E AEROPORTOS E EMPRESAS AÉREAS APRESENTAM MALHA DE VOOS PARA ALTA TEMPORADA	12
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF.....	13
SEMINÁRIO ENFATIZA NECESSIDADE DE REDUÇÃO DE MORTES NO TRÂNSITO COM PARTICIPAÇÃO DE AUTORIDADES INTERNACIONAIS	13
PROGRAMA DOS MINISTÉRIOS DOS TRANSPORTES E DAS MULHERES VAI FOMENTAR INSERÇÃO FEMININA DO MERCADO DE TRABALHO.....	14
RODOVIAS - INVESTIMENTO DE CERCA DE R\$ 800 MILHÕES DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES VAI TRANSFORMAR CINCO RODOVIAS DO RIO GRANDE DO SUL	15
PORTAL PORTO GENTE.....	16
WILSON SONS ALCANÇA MAIS UM SELO OURO EM PROGRAMA DE AGENDA CLIMÁTICA	16
REINDUSTRIALIZAR OS PORTOS PARA INTENSIFICAR O COMÉRCIO.....	18
BE NEWS – BRASIL EXPORT	19
EDITORIAL – PREPARANDO O FUTURO DO SETOR PORTUÁRIO.....	19
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	20
Alta temporada 1	20
Alta temporada 2	20
Alta temporada 3	20
Segurança 1	20
Segurança 2	20
NACIONAL - MPOR E ANTAQ LANÇAM O PRIMEIRO PLANO GERAL DE OUTORGAS HIDROVIÁRIO	20
NACIONAL - GOVERNO ASSINA ORDENS DE SERVIÇO E CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS NO RS	22
BRASIL EXPORT - COSTA FILHO: “AGENDA PORTUÁRIA TEM QUE ESTAR NO DIA A DIA DO GOVERNO”	23
BRASIL EXPORT - SEÇÃO DA PIANC NO BRASIL É LANÇADA NO BRASIL EXPORT	24
BRASIL EXPORT - CONGRESSO PERMITE COOPERAÇÃO ENTRE PORTOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA	24
BRASIL EXPORT - PORTUGAL VIVE EXPECTATIVA COM NOVOS INVESTIMENTOS PARA A MALHA FERROVIÁRIA	25
BRASIL EXPORT - CONTRATOS DE GESTÃO COM AUTORIDADES PORTUÁRIAS E SETOR HIDROVIÁRIO SÃO PRIORIDADES ...	26
BRASIL EXPORT - PROGRAMA NAVEGUE SIMPLES SERÁ LANÇADO ATÉ O FIM DE NOVEMBRO	28
BRASIL EXPORT - PORTOS DA REGIÃO SUL PREPARAM PROJETOS PARA DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO.....	29
BRASIL EXPORT - ENTIDADES SE MOBILIZAM PARA PRORROGAÇÃO DO REPORTO	30
BRASIL EXPORT - POTENCIAL DE NOVO TUP DO PECÉM COMO EXPORTADOR ATRAI INTERESSE DA EUROPA	31
BRASIL EXPORT - “NÃO TEMOS MULTIMODALIDADE NO BRASIL”, DIZ RICARDO MOLITZAS	32
BRASIL EXPORT - RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE FORMA SIMPLIFICADA É DEBATIDA NO INFRAJUR.....	33
BRASIL EXPORT - JUSTAS HOMENAGENS E NOMEAÇÕES.....	35
BRASIL EXPORT - CARTA BRASIL EXPORT DEFENDE INVESTIMENTOS E MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA	36
BRASIL EXPORT - EXPO BRASIL EXPORT DESTACA SERVIÇOS E PROJETOS DO SETOR DE TRANSPORTES	38
OPINIÃO – ARTIGOS - SUSTENTABILIDADE + EDUCAÇÃO = OPORTUNIDADE	40
OPINIÃO – INOVAÇÃO - INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA: A INICIAVA DO HUB BRASIL EXPORT	41
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	42
CONCESSIONÁRIA PROMOVE AVANÇOS NAS OBRAS DA FERROVIA DE INTEGRAÇÃO CENTRO-OESTE.....	42
BRASIL TREINA PRONTA RESPOSTA A EMERGÊNCIAS NUCLEARES	43
CÂMARA APROVA TAXAÇÃO DE OFFSHORES E FUNDOS EXCLUSIVOS, E TEXTO SEGUE PARA O SENADO	44
EVERGREEN FIRMA PARCERIA COM CIP PARA DESENVOLVER COMBUSTÍVEIS MARÍTIMOS BASEADOS EM HIDROGÊNIO	45



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	46
ESTADOS DEFINEM AUMENTO DO ICMS DA GASOLINA E DIESEL EM FEVEREIRO DE 2024	46
ARCELORMITTAL E EDP VÃO ESTUDAR USO DE HIDROGÊNIO VERDE NA PRODUÇÃO DO AÇO	47
JORNAL O GLOBO – RJ.....	49
APÓS TROCA NA CAIXA, LIRA E LÍDERES DA CÂMARA VÃO SE REUNIR COM HADDAD PARA DISCUTIR VOTAÇÃO DE PROJETOS ECONÔMICOS DO GOVERNO	49
PETROBRAS E ESTATAL BOLIVIANA PLANEJAM INVESTIR US\$ 2,5 BI EM FÁBRICA DE FERTILIZANTES NA BOLÍVIA	49
GOVERNO VAI ANUNCIAR OFICIALMENTE O FIM DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS.....	50
STF AUTORIZA RETOMADA DE IMÓVEIS DE DEVEDORES POR BANCOS SEM DECISÃO JUDICIAL. VEJA COMO VOTARAM OS MINISTROS.....	51
PACHECO DIZ A ALIADOS QUE VAI PRIORIZAR AGENDA ECONÔMICA DO GOVERNO	52
ESTADOS ANUNCIAM ALTA DE ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS A PARTIR DE FEVEREIRO	53
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	53
PETROLEIROS COMEÇAM PARALISAÇÕES NESTA SEXTA PARA PRESSIONAR PETROBRAS POR REAJUSTE	53
SETORES DE MINÉRIO E PETRÓLEO REAGEM A ‘IMPOSTO DO PECADO’: ‘VAI AFETAR TODOS OS CONSUMIDORES’.....	55
LIRA DIZ QUE TRIBUTAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS DO ICMS É PRÓXIMA MATÉRIA A SER DISCUTIDA NA CÂMARA	56
REFORMA TRIBUTÁRIA: SIMONE TEBET DIZ QUE TEXTO É ‘EXTREMAMENTE POSITIVO’	57
GOVERNO APROVA DIRETRIZES TÉCNICAS E ECONÔMICAS PARA RETOMAR IMPORTAÇÃO DE ENERGIA DA VENEZUELA	57
VALOR ECONÔMICO (SP).....	59
DEMANDA POR CELULOSE DE FIBRA CURTA DEVE SE RECUPERAR NO 4º TRIMESTRE, DIZ KLABIN	59
BEMISA DESISTE DA CONSTRUÇÃO DE FERROVIA EM PERNAMBUCO.....	60
PREFEITO DO RIO DEFENDE TETO DE PASSAGEIROS PARA SANTOS DUMONT	61
LULA COMPARA RIO A GAZA E PREPARA ANÚNCIO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA	61
LULA ANUNCIA SEMANA QUE VEM MEDIDAS NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DIZ FLÁVIO DINO	63
MINISTROS E COMANDANTES MILITARES DISCUTEM SEGURANÇA NO RIO EM REUNIÃO NO PLANALTO	63
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	64
CÂMARA APROVA PROJETO DE LEI DE TAXAÇÃO PARA SUPER-RICOS	64
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	67
APM TERMINALS E DP WORLD LIDERAM INICIATIVAS PARA ACELERAR A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA EM OPERAÇÕES PORTUÁRIAS	67
EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA O CANADÁ SUPERAM US\$ 4 BILHÕES PELA PRIMEIRA VEZ	68
PORTO ITAPOÁ CONTA COM NOVO SERVIÇO PARA CARIBE E EUA	69
DODÓ CARVALHO, DA ABANI: NAVEGAÇÃO INTERIOR NA ORDEM DO DIA	70
ESTUDO HIDROGRÁFICO NO RIO POTENGI PARA INICIAR PROJETO DE DRAGAGEM DO PORTO DE NATAL FICARÁ PRONTO ATÉ 15 DE NOVEMBRO.....	71
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SCPAR PORTO DE ÍMBITUBA APROVOU, NA SEGUNDA-FEIRA (23), A NOMEAÇÃO DO ENGENHEIRO URBANO LOPES DE SOUSA NETTO PARA A PRESIDÊNCIA DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE ÍMBITUBA.....	71
MPOR E ANTAQ ANUNCIAM PRIMEIRO PGO HIDROVIÁRIO E CHAMAMENTO PARA ESTUDOS DE CONCESSÃO DA HIDROVIA DO PARAGUAI.....	72
PORTOS DO PARANÁ E MSC ALINHAM ÚLTIMOS DETALHES PARA INÍCIO DA TEMPORADA DE CRUZEIROS	73
TERMINAL DE CONTÊINERES DO PORTO DE FORTALEZA TRIPLICA O NÚMERO DE SCANNERS	74
TUPS OUVEM PROMESSA DE REDUÇÃO DO TEMPO DE AUTORIZAÇÕES	74
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	75
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	75



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

GOVERNO FEDERAL LANÇA PLANO PARA IMPULSIONAR HIDROVIAS NO BRASIL

Intenção é aumentar o percentual do modal hidroviário no transporte de cargas

Por: **Ted Sartori**



Apresentação e assinaturas do plano foram feitas nesta terça-feira (25), em Brasília Foto: Divulgação

Ministério Portos e Aeroportos O Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) apresentaram nesta quarta-feira (25) o Plano Geral de Outorgas Hidroviário (PGO). O objetivo é estimular a expansão e o desenvolvimento do modal hidroviário, ampliando a competitividade e a oferta dos serviços no País.

A secretária nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mariana Pescatori, revelou que há seis prioridades no setor para os próximos quatro anos, em consonância com o Plano Nacional de Logística: o Corredor da Lagoa do Sul, a Hidrovia Paraguai-Paraná, a Hidrovia do Madeira, além dos corredores Tocantins, Tapajós e Barra Norte. “As concessões vão viabilizar melhores serviços e mais investimentos em dragagem e de longo prazo, que vão ser ofertadas pelo setor”, projeta Mariana.

A intenção é aumentar o percentual das hidrovias no transporte de cargas, atualmente restrito a apenas 6%. “É uma grande oportunidade para isso: trazer mais cargas, em maior escala, com maior sustentabilidade atrelada à menor pegada de carbono, algo estritamente relevante para a política atual”, afirma.

O ministro Silvio Costa Filho, que considera as hidrovias uma das prioridades desde que assumiu a pasta, em setembro, reforçou a necessidade de se progredir na área pensando no futuro. “Nunca tivemos esse privilégio de avançar nas hidrovias. O Brasil tem uma dívida histórica com os investimentos no setor. Temos que pensar mais nas próximas gerações do que nas próximas eleições. A agenda hidroviária vai dar bela contribuição à geração de emprego e renda”, comenta.

Paraguai-Paraná

No evento, o ministério e a Antaq também lançaram chamamento público voltado ao recebimento de estudos de modelagem para o projeto do Rio Paraguai-Paraná, um dos empreendimentos de destaque do PGO.

O embaixador do Uruguai no Brasil, Guillermo Valles, esteve presente e até se emocionou ao mencionar o poder que um empreendimento desse irá gerar para o Brasil e os países próximos.

“Como diplomata, olho o mundo e vejo guerra, confronto. Abençoado seja o nosso continente de paz. O que está sendo feito é uma reafirmação da paz. Falamos que nosso inimigo é a pobreza. É a única forma de combater essa mudança climática e essa revolução tecnológica: olhar para a geografia. Estamos falando de um verdadeiro transporte intermodal”, comentou.

Os outros projetos definidos como prioridade estão em diferentes estágios de estudos, sem previsões públicas para avanços dentro dos respectivos processos de concessão.

Fonte: **A Tribuna Digital - SP**

Data: 26/10/2023

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS PODE DESTINAR R\$ 100 MILHÕES AO PORTUS EM 2023

Valor foi revelado por Anderson Pomini em assembleia de portuários

Por: *Ted Sartori*



Assembleia de ontem foi realizada na sede do Sindaport, reunindo portuários aposentados e da ativa Foto: Vanessa Rodrigues

A Autoridade Portuária de Santos (APS) acena como possível, ainda para este ano, a injeção de R\$ 100 milhões no fundo de pensão Portus. O valor corresponde à dívida com o plano efetivamente reconhecida pelo órgão.

A garantia foi do presidente da APS, Anderson Pomini, que esteve em assembleia na manhã desta terça-feira (24), no Sindicato dos Trabalhadores Administrativos na Administração Portuária (Sindaport). O encontro durou três horas e reuniu 250 participantes. No Porto de Santos, há 2.367 beneficiários do Portus, sendo 135 da ativa e 2.232 aposentados.

“Esses R\$ 100 milhões vão depender de algumas reuniões que serão feitas nos próximos dias. É possível que, neste ano, a gente chegue a um bom termo”, afirmou Pomini à TV Tribuna. “De todas as patrocinadoras, é a que menos deve”, emenda o advogado Cleiton Leal Dias Júnior, que representa a categoria.

Na assembleia, os integrantes do Portus aprovaram a retomada das negociações com o Governo Federal do acordo de equacionamento, feito em abril de 2020, gerenciado pela Câmara de Conciliação da Advocacia-Geral da União. A ideia é recuperar benefícios perdidos dos participantes - reajustes anuais, pecúlio e abono atual (13º salário) - e estabilizar, de vez, o plano.

“Com a troca de ministro (de Portos e Aeroportos, pasta assumida por Silvio Costa Filho em 13 de setembro), a negociação foi paralisada”, lembra o presidente da Associação de Participantes do Portus Santos, Jurandir França da Hora. Em janeiro, o então titular Márcio França recebeu representantes da Federação Nacional dos Portuários (FNP), em Brasília, para tratar do assunto.

Motivos e focos

O motivo para a renegociação é a cláusula nona do acordo, que prevê que os termos e a execução seriam avaliados em um prazo de 18 meses (até 30 de setembro de 2021), “para fins de melhoria dos benefícios concedidos a seus participantes e redução das obrigações assumidas, tanto por estes quanto pelas patrocinadoras”.

“A expectativa anterior era a de que a APS fosse privatizada, mas isso não aconteceu. Além disso, a pandemia impediu reuniões de revisão, as dívidas das empresas patrocinadoras começaram a ser reconhecidas na Justiça e a inflação atingiu quase 30%, corroendo suplementações”, justifica o advogado.

Para se ter ideia, a Justiça condenou a antiga Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), hoje PortosRio, a pagar R\$ 1,4 bilhão ao Portus. O processo transitou em julgado e está em fase de cobrança. “Dessa forma, existem condições para cobrar do Governo as dívidas cobradas antecipadamente na Justiça e, com isso, sanear o fundo de pensão e retomar os benefícios. O Portus tem mais de 30 ações contra os órgãos portuários, cobrando valores que suplantam R\$ 6 bilhões. Precisamos de um acordo que coloque parte deste dinheiro o mais rapidamente possível no Fundo”, argumenta Dias Júnior.

Além da retomada das negociações, também foram aprovadas adoção de medidas judiciais para prevenir direitos e garantias, afastando prazos de prescrição, a solicitação de ajuda política dos representantes locais para sensibilizar o Governo, e a contratação de atuários e técnicos para elaborar plano de recuperação de direitos e garantias.

“Nosso foco é cobrar as maiores dívidas. O valor (R\$ 100 milhões, da APS), de maneira isolada, não é suficiente para o restabelecimento de garantias e direitos. Os maiores e principais devedores do Portus são CDRJ e Portobras/União Federal, já extinta (R\$ 1,2 bi)”, afirma Júnior.

Procurado, o fundo de pensão Portus, com sede no Rio de Janeiro, não respondeu até o fechamento desta edição.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 26/10/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ANTONIO COELHO DEBATE TURISMO DO RECIFE COM MINISTRO JOSÉ MÚCIO

Por Jairo Lima



Em Brasília, Ministro José Múcio (Defesa) esteve com o secretário de Turismo do Recife, Antonio Coelho. Foto: Hisaac Gomes

Projetos para impulsionar o turismo na capital pernambucana estão no radar da Secretaria de Turismo e Lazer do Recife. De passagem por Brasília nos últimos dias, o secretário Antonio Coelho participou de encontros importantes em ministérios e órgãos do governo federal a fim de apresentar e debater ações, algumas novas e outras em andamento, que resultem em relevantes benefícios para o setor turístico

recifense.

Durante a permanência na capital federal, o secretário Antonio Coelho se reuniu com os ministros pernambucanos Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, e José Múcio, da Defesa. Também fez visitas ao ministro do Turismo, Celso Sabino, ao presidente da Embratur, Marcelo Freixo, e ao presidente do Iphan, Leandro Grass, da qual também esteve presente a secretária do Recentro, Ana Paula Vilaça.

O gestor municipal detalhou que as visitas tiveram por objetivo estreitar laços e fortalecer relações a fim de que projetos importantes para o Recife possam ser colocados em prática. Entre as pautas abordadas durante os encontros estão a promoção da capital pernambucana dentro e fora do Brasil, por meio de eventos e feiras, além das necessidades e investimentos possíveis a serem realizados nos portos e aeroportos da nossa capital e do nosso estado. As obras em andamento do PAC e projetos voltados para o PAC Seleções também marcaram presença no conjunto de conversas.

“Foram agendas bastante proveitosas e produtivas, nas quais pudemos conversar e debater diversas ideias, apresentar demandas e buscar parcerias. Nosso propósito é atrair investimentos que contribuam para a criação de oportunidades que ajudem a impulsionar a economia e o turismo da nossa capital. Estou confiante de que, em breve, o Recife poderá ver e aproveitar o fruto dessas articulações”, destacou o gestor.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 26/10/2023

MINISTRO WELLINGTON DIAS PARTICIPA NO RECIFE NESTA ENCONTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Por Jairo Lima



No Recife, o Ministro de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Wellington Dias participará de um dos maiores eventos da área no país. Foto: Lula Marques/Agência Brasil

O Ministro de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Wellington Dias, do PT, participa nesta quinta-feira (26) do encerramento do 23º Encontro Nacional do CONGEMAS – o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, no Centro de

Convenções, em Olinda. O evento, que é o maior da área no país, está reunindo mais de 2.500 gestoras/es e técnicas/os de Secretarias de Assistência Social de todo o Brasil.

Ao longo de três dias de evento, está sendo discutida a ampliação de políticas públicas e de programas sociais para combater à fome e a pobreza nas cidades brasileiras. O Governo Federal enviou representantes para dialogar com gestoras/es municipais sobre os caminhos para atender a população mais vulnerável do país. O Ministro chega para a Conferência de Encerramento: “Pacto Federativo e agenda coletiva para a reconstrução do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e ampliação da proteção social”. A cerimônia será coordenada pelo presidente do Congemas e secretário Municipal de Foz do Iguaçu, Elias Souza de Oliveira, que vai ler a Carta do Recife.

CADASTRO ÚNICO

Neste segundo dia de Encontro, o papel estratégico do CadÚnico no SUAS foi destaque de um dos painéis. A meta do Governo Federal, para os próximos meses, é ampliar a capacidade de atendimento às famílias que mais necessitam de assistência. A diretora de Gestão do Cadastro Único, Ieda Castro, reforçou com as/os gestoras/es os objetivos da Assistência Social. No quesito proteção, o principal foco é garantir a vida, reduzir danos e prevenir riscos. E o CadÚnico é a porta de entrada para acesso aos programas sociais e políticas de assistência social.

Para a representante do Governo Federal, toda cidade brasileira precisa estar bem atualizada com os dados do CadÚnico. “Esse é o instrumento que mostra ao Governo Federal as necessidades do usuário. Um bom cadastro é fundamental para termos um retrato fiel das necessidades das famílias”, destacou. Entre as finalidades do CadÚnico estão: coletar, processar, sistematizar e disseminar informações; reduzir a invisibilidade de famílias de baixa renda (que recebem menos de meio salário mínimo) e ampliar a proteção social. Mas ao contrário do que muitos imaginam, o Cadastro Único é uma política pública do SUAS e não apenas um instrumento do Bolsa Família.

O CadÚnico é garantido pela Lei orgânica da Assistência Social. “Cada território do país e cada Centro de Referência da Assistência Social (Cras) possui uma realidade distinta. O CadÚnico é um registro público, portanto é dever de Estado, logo direito dos cidadãos. Fica a critério dos municípios criar leis que determinem que o Cadastro seja obrigatório para o usuário ter acesso a algum programa social”, destacou Ieda. Na oficina, as/os gestoras/es foram orientadas/os a entender que a Assistência Social por si só não protege a população. Um indivíduo que procura ajuda pode ter múltiplas necessidades. Por isso a Assistência Social é parte de um todo.

“O CadÚnico funciona quando você olha para o todo e não para uma parte. Não dá para analisar o indivíduo ou a família apenas por um dado. Tem que olhar as necessidades em todas as suas dimensões. ‘Meu marido perdeu o emprego. Será que basta apenas uma cesta básica para resolver os problemas/atender as necessidades dessa família?’ A escuta da assistência social tem que ser na totalidade das necessidades dos sujeitos.”, destacou Ieda. Ela explica ainda que, em muitas das vezes, essa atenção na totalidade dada pela assistência social, serve para atender demandas de

outras políticas públicas, como habitação, planejamento urbano, saúde, educação... Por isso a importância da intersectoralidade do CadÚnico no SUAS.

ENCONTRO CONGEMAS

As/os profissionais das cinco regiões do Brasil, de 5.570 municípios, estão diante da oportunidade de debater com as/os representantes do MDS as estratégias e metas do Plano Brasil sem Miséria, a política de cuidados para a população mais vulnerável do Brasil. E tudo isso com o objetivo de traçar as diretrizes para construção de uma política nacional de cuidado com a população brasileira. O Tema Geral: “Reconstrução do Sistema Único de Assistência Social: o desafio coletivo na eliminação da fome e da pobreza, na ampliação da proteção social no Brasil”.

Durante os três dias, estão sendo realizados onze painéis temáticos, cinco conferências simultâneas e ainda onze oficinas de capacitação. Entre as discussões, está a retomada do financiamento para garantir a sustentabilidade na oferta de serviços em todo o Brasil; o Benefício de Prestação Continuada: o papel do INSS e do SUAS na garantia do direito. E um dos temas que tem impacto em milhões de pessoas por todo o Brasil é o que esteve presente no Painel “Direito à renda, atuação Intersetorial e o novo Bolsa Família”.

As/os gestoras/es também estão tratando sobre os desafios para superação da fome, da pobreza e sendo preparadas/os para que os serviços ofertados à população sejam mais qualificados e possam avançar na perspectiva da garantia de proteção social. Ao final dos três dias, a ideia da organização é – como diz o lema do Encontro – “Ampliar a proteção social e fortalecer a democracia, por um Brasil humanamente diverso e socialmente justo”.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 26/10/2023

SANEAMENTO BÁSICO: O BRASIL A CAMINHO DE UMA REVOLUÇÃO

Informações: Portal Saneamento Básico



O Brasil deve viver uma revolução na área do saneamento básico nos próximos anos, com medidas que deverão ajudar a prevenir doenças e promover a saúde e entre outros

Mas o caminho para essa revolução, que tem como destino a universalização dos serviços de saneamento em 2033, prevista pelo Novo Marco Legal do setor, ainda apresenta dificuldades que precisam ser tratadas para que o país produza as mudanças necessárias.

A Constituição Federal diz que o saneamento básico é um direito, definido pela Lei nº 11.445/2007 como o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais. O mais comum, porém, é o saneamento ser visto como os serviços de acesso à água potável, à coleta e ao tratamento dos esgotos.

Apesar de ser um direito constitucional, quase 35 milhões de pessoas ainda não têm acesso à água potável e cerca de 100 milhões vivem sem coleta de esgoto no Brasil. Os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do Ministério das Cidades apontam que o somente 51,20% do volume de esgoto gerado é tratado.

De acordo com o SNIS, 84,2% dos brasileiros são atendidos com rede de água tratada, ou 177 milhões de pessoas, sendo 93,5% delas moradores de áreas urbanas. Em 2010, o atendimento com água tratada era de 81,1%, ou 147,7 milhões de brasileiros.



O SNIS aponta que o atendimento com rede de esgoto passou de 46,2% em 2010, com 82,7 milhões de pessoas, para 55,8% em 2021.

Mais uma vez, a maioria atendida está nas áreas urbanas (64,1%).

Baixos investimentos

Ainda segundo o SNIS, os investimentos em sistemas de água aumentaram de R\$ 6,02 bilhões em 2020 para R\$ 7,76 bilhões em 2021, enquanto os recursos para os sistemas de esgoto subiram de R\$ 5,89 bilhões para R\$ 7,35 bilhões no mesmo período.

Para a presidente-executiva do Instituto Trata Brasil, Luana Siewert Pretto, o investimento é baixo. “O investimento médio é de R\$ 82 por ano, por habitante, em saneamento básico. A gente deveria estar investindo R\$ 200 por ano por habitante”, salienta. “A Região Norte, onde 60% da população têm acesso à água e 14% à coleta e tratamento de esgoto, investe R\$ 50 por ano por habitante, enquanto São Paulo, no Sudeste, investiu R\$ 200 por ano por habitante. Então, ainda vemos uma realidade em que aquele que está em melhor situação investe mais e tende a universalizar mais cedo, enquanto aquele que mais precisa e que deveria estar investindo muito mais, investe menos do que o necessário”, avalia.

No Espírito Santo, conforme o Trata Brasil, cerca de 96% da população têm acesso à água e 70% à coleta, o que está acima da média nacional. Já o tratamento chega a 44% para os capixabas, abaixo da média de 51%. O investimento por ano por habitante no estado é de R\$ 100, também acima da média nacional. Já na comparação com a Região Sudeste, o Espírito Santo está abaixo da média, que é de 81% de coleta e de 58% de tratamento.

Saneamento Básico Brasil

Então o Ranking do Saneamento 2023 do Trata Brasil, com dados do SNIS de 2021 e foco nos 100 maiores municípios do país.

Contudo as cidades de Vitória e Vila Velha entre as cinco com maiores variações positivas em um ano.

Ambas tiveram melhora nos indicadores de abastecimento de água e de coleta de esgoto, apesar de piorarem no tratamento de esgoto. Vitória passou da 53ª para a 41ª posição. Entre os capixabas, o município seguinte é a Serra, que caiu da 50ª para a 51ª posição.

Para a presidente da entidade, o grande desafio são as áreas mais críticas, como as Regiões Nordeste e Norte, que têm estados com investimento médio de R\$ 20 por ano por habitante ou até de apenas R\$ 5 por habitante. A preocupação se deve à distância entre esses números e os objetivos de universalização, que deve ser de 99% dos brasileiros com água tratada e 90% com coleta e tratamento de esgoto até 2033.

Para se chegar lá, entre outras medidas, foi criado o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que estabelece 29 metas com oito indicadores.

Serão usados para o abastecimento de água, seis para esgotamento sanitário e oito para resíduos sólidos urbanos.

Poços, aquedutos e escravos-tigres

Em conclusão essas metas são mais um capítulo de uma história iniciada em 1561, com a primeira obra de saneamento básico no País.

No período colonial, ainda se destaca a construção do primeiro aqueduto do país, hoje conhecido como Arcos da Lapa, entre 1673 e 1723. Nesse tempo se popularizaram os chamados “escravos tigrês”, encarregados de levar as fezes dos senhores e dos próprios escravos para um local afastado. Eles ficavam com a pele queimada devido aos respingos dos excrementos sob o calor do sol, e as marcas deixadas originaram o apelido de “tigres”.

Portanto a partir da vinda da família real portuguesa, em 1808, a demanda por água aumentou, gerando mais obras de saneamento. Anos depois, ao final do Século XIX, os serviços de saneamento foram concedidos a empresas estrangeiras.

Nessa fase, foram construídos sistemas de água encanados em São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

Foi inaugurada no Rio a primeira (ETA) com seis filtros de pressão ar/água do mundo.

Porém, a insatisfação com as empresas estrangeiras levou o governo a estatizar o setor no início do Século XX. Já a Constituição de 1930 responsabilizou os municípios pelos serviços de saneamento e abastecimento de água.

Planos e marcos de saneamento

Então em 1971, no governo militar, foi instituído o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), baseado na autonomia e autossustentação, por meio de tarifas e financiamentos. O Planasa melhorou o abastecimento de água, mas deixou de lado o esgotamento sanitário. “Era um modelo baseado em companhias estaduais, no esquema de financiamento do Banco Nacional da Habitação (BNH), que foi extinto. Aí o saneamento ficou sem uma estrutura de financiamento e esse modelo veio ‘fazendo água’ com o tempo”, conta o diretor-executivo da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon), Percy Soares Neto.

Pois urgiu, então, o primeiro Marco do Saneamento no país, a Lei nº 11.445 de 2007, ou Lei Nacional do Saneamento Básico (LNSB), que aproximou o saneamento dos outros setores de infraestrutura no Brasil, com uma lógica de concessão do serviço.

“O serviço, que era do município, seria concedido para uma companhia estadual ou para uma companhia privada. Mas ele precisava ser regulado”, explica Soares Neto. O problema é que essa regulação era feita com base em um poder concedente municipal e, hoje, o Brasil tem quase 80 agências reguladoras de saneamento, “o que é muito, porque precisa ter uma regra harmônica” para atrair investimentos. Também havia pouca competição, pois as companhias estaduais faziam contratos com as prefeituras sem concorrência. Questões assim levaram às discussões que originaram o Novo Marco Legal, aprovado em 2020.

Impactos positivos

Contudo um estudo do Instituto Trata Brasil revela que a universalização do saneamento prevista no Novo Marco produzirá benefícios econômicos e sociais da ordem de R\$ 1,4 trilhão. O estudo mostra que, quando se reduz doenças de veiculação hídrica, como esquistossomose, leptospirose, diarreia e hepatite, entre outras, as pessoas conseguem produzir mais, gerando um ganho de R\$ 400 bilhões em produtividade.

Já as crianças ficam menos doentes e têm um desenvolvimento intelectual superior, com escolaridade média maior. Hoje no Brasil a escolaridade média é de cerca de 9 anos com saneamento básico e de 5,5 anos sem ele. Isso afeta a geração de renda futura, reduzindo a renda média da população sem acesso aos serviços. “E ainda são 128 mil internações por conta de doenças de veiculação hídrica.

Em suma soma-se a isso a valorização imobiliária, com estimativa de R\$ 60 bilhões, e maior movimento na economia local.

Novo PAC

Mas da parte do governo federal, foi lançado o Novo PAC, um programa de investimentos em parceria com o setor privado.

Por meio de nota, a Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério das Cidades disse que “o objetivo desse esforço conjunto é acelerar o crescimento econômico e a inclusão social, gerando emprego e renda, e reduzindo desigualdades sociais e regionais”. Segundo a secretaria, o programa está organizado em Medidas Institucionais e nove Eixos de Investimento, dentre eles os que visam a atender as metas institucionais estabelecidas no Marco Legal do Saneamento para universalização dos serviços de saneamento básico.

Para representantes do setor, porém, o Novo PAC tem alcance limitado. “O PAC impacta pouco porque o volume de investimentos para os próximos cinco anos previsto para saneamento básico é de R\$ 8 bilhões ao ano, quando a gente precisa de R\$ 40 bilhões”, pondera Luana Pretto. Por outro lado, ela entende que o programa pode ser útil para regiões onde não haja uma modelagem que fique em pé para elaboração de Parcerias Público Privadas (PPPs) ou de concessões.

Fonte: Mercos Shipping Marítima Ltda

Data: 26/10/2023

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MPOR E EMBAIXADA DA FRANÇA DISCUTEM MEDIDAS SUSTENTÁVEIS PARA OS SETORES AÉREO E HIDROVIÁRIO

Silvio Costa Filho: "Estamos sempre buscando construir convergências na direção do desenvolvimento sustentável do Brasil".



Ministro Costa Filho: "Estamos sempre buscando construir convergências na direção do desenvolvimento sustentável do Brasil". Foto: Vosmar Rosa/MPor

Atento à necessidade de ampliar a economia com ações para descarbonização da indústria, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) debateu, na manhã desta quarta-feira (25), com representantes da embaixada da França no Brasil e de setores privados, propostas sobre desenvolvimento de políticas públicas de hidrogênio verde em portos e aeroportos brasileiros.

No encontro, o ministro Silvio Costa Filho destacou que o ministério tem trabalhado em ações estratégicas para aumentar a utilização de energia sustentável nos modais brasileiros, com foco na preservação dos recursos naturais. "No setor portuário, por exemplo, temos estudado como é possível convergir para trazer mais navios verdes, na governança de nossos portos, com o olhar ambiental", mencionou o ministro.

Nesta área, a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) tem participado de grupos de trabalho específicos para integrar o investimento nos modais de transporte aos processos de neo-industrialização e de transição ecológica. Um desses projetos é voltado à descarbonização da indústria brasileira, focado também na exportação de produtos verdes. Outro tema bastante discutido com os órgãos de governo se refere ao trabalho estratégico para produção e exportação de hidrogênio verde.

"Temos trabalhado em um plano de hidrogênio de baixo carbono e estamos aguardando a regulamentação do Ministério de Minas e Energia (MME) para atuar em ações específicas do setor portuário. A gente tem que trazer essas tecnologias para o Brasil e aproveitar o Fundo da Marinha Mercantil (FMM) para fomentar e produzir embarcações no sentido de atender a indústria", enfatizou a secretária da SNPTA, Mariana Pescatori.

Na aviação, o Ministério de Portos e Aeroportos trabalha em projetos para estimular o combustível sustentável de aviação. No mês passado, o presidente Lula lançou o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV). O projeto também tem por objetivo incentivar a pesquisa, produção e uso de energia sustentável, além de estipular metas de redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE).

Assessoria Especial de Comunicação Social

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 26/10/2023

MINISTÉRIOS DO TURISMO, DE PORTOS E AEROPORTOS E EMPRESAS AÉREAS APRESENTAM MALHA DE VOOS PARA ALTA TEMPORADA

Ministros destacam a disponibilidade de mais opções de ligação com os destinos nacionais, facilitando o deslocamento de viajantes a todas as regiões do país.



Costa Filho: "Estamos melhorando as estruturas dos aeroportos, para receber bem quem viaja e quem vem nos visitar". Foto: Sérgio Francês/MPor

As principais empresas aéreas em atividade no Brasil anunciaram, nesta quarta-feira (25), a nova malha aérea regular da alta temporada de verão no país. A apresentação contou com a presença dos ministros de Portos e Aeroportos; do Turismo, Celso Sabino; do presidente da Embratur, Marcelo Freixo; de representantes da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR) e das companhias aéreas Azul, Gol,

Latam, Voepass e Abaeté. Ao todo serão 94 novos voos, sendo 81 nacionais e 13 ligando destinos internacionais ao Brasil.

O ministro do Turismo, Celso Sabino, destaca os esforços do governo federal e das companhias aéreas pelo aumento da conectividade no Brasil. "Este é mais um resultado da parceria do poder público com a iniciativa privada no sentido de proporcionar que mais brasileiros cheguem a destinos nacionais, que, cabe frisar, já são atendidos por outros voos. E significa, também, o aumento da conectividade aérea com outros países, permitindo, ainda, o reforço da chegada de estrangeiros ao território nacional", observou.

Já Costa Filho, de Portos e Aeroportos, lembrou que o aumento de novas rotas também aquece a economia e gera empregos, uma das principais diretrizes do governo Lula. "Na medida em que a economia se recupera, automaticamente haverá mais passageiros viajando pelo Brasil. Estamos melhorando a governança aeroportuária e a estrutura dos aeroportos, para receber bem quem viaja e quem vem nos visitar", disse o ministro.

NOVAS ROTAS

Os novos voos chegarão a 43 destinos de 17 Unidades da Federação, principalmente da região Nordeste, seguidos de localidades do Sudeste, do Sul, do Norte e do Centro-Oeste. Das novas rotas, três delas, operadas pela Azul, envolvem destinos que não possuíam voos regulares até então. São eles: Linhares (ES); Araxá (MG) e Comandatuba (BA). Anteriormente, estes destinos eram atendidos apenas por aeronaves particulares ou de fretamento.

A Azul será responsável por 43 rotas regulares de ida e volta, que vão ligar principalmente a destinos do Nordeste. As novas operações chegarão a 17 Unidades da Federação. Já as 33 novas rotas da Gol vão partir de 12 estados com destino a outras 15 UFs. No caso da Latam, 11 voos vão partir de oito UFs para quatro estados.

Já as novas rotas de ida e volta da Voepass vão partir do Ceará, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e de São Paulo e farão ligação com destinos de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Norte, como de Fortaleza (CE) para Campina Grande (PB) e Mossoró (RN) e de Recife (PE) para Campina Grande (PB) e Natal (RN).

A Abaeté, por sua vez, terá uma nova rota ligando Salvador (BA) a Boipeba, na Bahia, com a operação de fretamento de aeronaves passando a ser regular para o destino. Outras 13 rotas anunciadas terão destinos internacionais como o Chile, a Argentina, os Estados Unidos, o Peru, o Uruguai e a África.

REFORÇO

As novas rotas aéreas são um desdobramento do programa “Conheça o Brasil: Voando”, lançado recentemente pelo Ministério do Turismo e o Ministério de Portos e Aeroportos, em parceria com a ABEAR e empresas aéreas, para impulsionar o setor de viagens no país.

A Iniciativa une esforços do governo federal e da iniciativa privada para que mais brasileiros voem e conheçam o Brasil, com a adoção de benefícios como o Stopover. A modalidade, já oferecida pela Gol e a Latam em Brasília (DF), permite que, com apenas uma passagem aérea, clientes conheçam uma localidade intermediária antes de seguir viagem ao destino final.

Assessoria Especial de Comunicação Social, com informações do Ministério do Turismo

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 26/10/2023

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

SEMINÁRIO ENFATIZA NECESSIDADE DE REDUÇÃO DE MORTES NO TRÂNSITO COM PARTICIPAÇÃO DE AUTORIDADES INTERNACIONAIS

Evento do Ministério dos Transportes, por meio da Senatran, vai até sexta-feira (27) com realização de palestras, mesas redondas e workshops



Participantes terão espaço aberto ao debate e à troca de experiências no setor de educação - Foto: Thales Soares/MT

a participação de diversos especialistas, profissionais e convidados internacionais.

Aberto nesta quarta-feira (25), o Seminário Internacional de Segurança no Trânsito vai enfatizar a necessidade de reduzir mortes no trânsito e consolidar as ações previstas no Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões (Pnatrans). Organizado pelo Ministério dos Transportes, por meio da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), o evento terá

Ao longo de três dias, os participantes contarão com palestras, mesas redondas e workshops num espaço aberto ao debate e à troca de experiências sobre os avanços, desafios e melhores práticas na área. “A Senatran tem um papel muito importante em trazer transparência às ações e aos números, especialmente no que diz respeito à redução de mortes no trânsito no Brasil. Por isso estamos promovendo a revisão do Pnatrans, para trabalharmos com metas proporcionais e cobrar de modo mais eficiente os resultados dos gestores”, disse o secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão.

Jogar luz sobre os dados e apontar, por exemplo, municípios com maior incidente de sinistros com vítimas fatais terá como efeito provocar os gestores a cumprirem o acordado no Pnatrans e, conseqüentemente, reduzir o número de mortes nas pistas. “No nosso entendimento, o Pnatrans traz uma receita muito bem-feita, com um conteúdo que precisa ser preservado, mas que pode contar com acréscimos e é isso o que estamos fazendo hoje, com este seminário, que serve para trocarmos experiências e vemos o que tem dado certo em outros lugares do mundo”, acrescentou.

Programação

Entre os destaques do seminário, estão a palestra de abertura de Etienne Krug, diretor do Departamento de Determinantes Sociais da Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), sobre a Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2021-2030 e a entrevista sobre segurança para motociclistas com o chefe global de Segurança e Mobilidade da OMS, Nhan Tran, que deve fechar o painel 3: Infraestrutura e Usuários Vulneráveis, programada para a tarde de quinta-feira.

O evento também terá participações importantes da secretária distrital de Mobilidade da Prefeitura de Bogotá, na Colômbia, Deyanira Ávila Moreno, do representante local do Equador pela Global Design Cities Initiative, Fernando de la Torre, e da consultora internacional em matéria de segurança rodoviária, Hilda Maria Gomez, de Bogotá, Colômbia.

Quinta-feira (26)

9h às 12h – Painel 2: Acessibilidade e inclusão

9h às 12h30 – Workshop Trânsito Seguro: Sinalização e Segurança Viária

12h – Intervalo para almoço

14h às 17h30 – Painel 3: Infraestrutura e usuários vulneráveis

15h às 17h45 – Workshops Trânsito Seguro: Sinalização e Segurança Viária; e Comunicação Estratégica em Segurança Viária para Salvar Vidas

17h30 Network Coffee

Sexta-feira (27)

9h às 11h25 – Painel 4: Educação e Mobilização Social

10h às 12h – Workshops O controle da velocidade como ator de redução da sinistralidade na via; e Ruas completas

11h35 às 12h30 – Mesa de encerramento

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 26/10/2023

PROGRAMA DOS MINISTÉRIOS DOS TRANSPORTES E DAS MULHERES VAI FOMENTAR INSERÇÃO FEMININA DO MERCADO DE TRABALHO

“Eu conversei com a ministra Cida Gonçalves para inserir cada vez mais mulheres nesse mercado de trabalho, disseminar essa cultura de defender direitos iguais para as mulheres”, enfatizou o ministro



Ministros Cida Gonçalves e Renan Filho assinaram a parceria entre as pastas - Foto: Marcio Ferreira/MT

Projeto elaborado em conjunto pelos ministérios das Mulheres e dos Transportes vai permitir a implantação de ações que aumentem a inserção feminina no mercado de trabalho e combatam a misoginia no setor de infraestrutura ferroviária e rodoviária. Assinado nesta quarta-feira (25), o protocolo faz parte do programa Brasil Sem Misoginia, que tem o objetivo de combater a violência contra a mulher e promover a igualdade de gênero, em todas as esferas da sociedade.

“Essa iniciativa é muito relevante para o Ministério dos Transportes, que parece ser uma área mais fria, menos humana. Por isso eu conversei com a ministra Cida Gonçalves, para inserir cada vez

mais mulheres nesse mercado de trabalho, disseminar essa cultura, de defender direitos iguais para as mulheres”, enfatizou o ministro dos Transportes. Em junho passado, Renan Filho se reuniu com a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, e a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, para tratar do tema.

Medidas

A parceria entre os ministérios prevê, por parte do Ministério dos Transportes, o fomento da inserção das mulheres nesse mercado de trabalho, o mapeamento de ações voltadas ao combate da violência e discriminação contra as mulheres por parte das concessionárias e agências reguladoras, além do desenvolvimento de iniciativas voltadas ao enfrentamento à misoginia.

Publicada no início de outubro, a Nova Política de Outorgas Rodoviárias trouxe a sustentabilidade social como um de seus pilares. Dois meses antes, em agosto, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsito (DNIT) instituiu, por meio da Portaria nº 4617/2023, o Comitê Permanente de Gênero, Raça e Diversidade, com o objetivo de incentivar a cultura de inclusão e combater desigualdades e todos os tipos de discriminação.

Brasil Sem Misoginia

Coordenada pelo Ministério das Mulheres, a proposta de mobilização nacional é uma convocação do Governo Federal a todos os setores da sociedade brasileira para debater e mitigar o comportamento sexista em todas as áreas. Entre as ações previstas, estão a realização de audiências públicas em assembleias legislativas e câmaras municipais; formações com agentes públicos e instituições; além de campanhas de comunicação sobre o tema.

"A cerimônia de hoje marca a adesão de diferentes setores da sociedade ao Brasil sem Misoginia. É uma alegria compartilhar esse momento de esperança em que todos, juntos se comprometem a promover ações de enfrentamento à misoginia", disse a ministra Cida Gonçalves

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 26/10/2023

RODOVIAS - INVESTIMENTO DE CERCA DE R\$ 800 MILHÕES DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES VAI TRANSFORMAR CINCO RODOVIAS DO RIO GRANDE DO SUL

“É um investimento considerável do governo federal, por meio do Ministério dos Transportes, fazendo frente às necessidades do Rio Grande do Sul”, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho



Evento teve presença do governador Eduardo Leite, do ministro Paulo Pimenta e da bancada gaúcha - Foto: Marcio Ferreira/MT

Duas ordens de serviço, um contrato e uma autorização vão garantir aproximadamente R\$ 800 milhões para obras em cinco rodovias federais que cortam o Rio Grande do Sul. Foram assinados nesta quarta-feira (25) os documentos para empreendimentos com recursos públicos na BR-116/RS, na BR-153/RS, e entre as BR-290/392, além de investimentos privados na duplicação da BR-386/RS.

“É um investimento considerável do Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, fazendo frente às necessidades do Rio Grande do Sul. Tivemos atuação emergencial, com mais de 20 ocorrências solucionadas em diversas regiões do estado, por causa das chuvas, com um custo aproximado de R\$ 100 milhões, e agora estamos anunciando novas obras e investindo ainda no Rio Grande do Sul”, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Além de Renan Filho, participaram do evento híbrido, que envolveu a assinatura das ordens de serviço e dos contratos em Brasília e via videoconferência, o ministro-chefe da Secretaria de



Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta; o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite; o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Fabrício Galvão; representantes da bancada federal gaúcha e das prefeituras das cidades beneficiadas.

Quais são as obras?

- Reabilitação da Ponte do Fandango, na BR-153, em Cachoeira do Sul, com investimento de R\$ 62,8 milhões e 24 meses para conclusão - seis meses para elaboração e aprovação dos projetos básico e executivo e 18 meses para a execução dos serviços;
- Recuperação, restauração e manutenção de 95,5 quilômetros da BR-290, entre Caçapava do Sul (RS) e São Gabriel (RS); e de 79 quilômetros da BR-392, entre Caçapava do Sul (RS) e Santa Maria (RS), região central do estado. Orçada em R\$ 240 milhões, a ordem de serviço prevê 36 meses para a conclusão das obras;
- Duplicação do lote 6 da BR-116, em Cristal (RS), na região Centro-Sul do RS. A obra, com trecho de 26 quilômetros a serem duplicados, está orçada em R\$ 134,9 milhões. A BR-116 é a principal ligação terrestre entre a capital, Porto Alegre (RS) ao terceiro maior porto do país, que fica na cidade de Rio Grande (RS). O prazo para a conclusão das obras é de 36 meses;
- Pela concessionária ViaSul, está a duplicação do trecho rodoviário concedido à Concessionária, na BR-386, entre os municípios de Soledade (RS) e Fontoura Xavier (RS). Ao custo de cerca de R\$ 340 milhões, as obras serão executadas pela concessionária ViaSul.

Investimentos

O ministro Paulo Pimenta enfatizou a importância da retomada das obras federais no estado. “O Governo Federal está dando uma resposta para obras que se arrastam há anos no estado. Estamos muito felizes por todos esses investimentos”. Só para este ano, estão disponíveis no orçamento do Ministério dos Transportes R\$ 1,8 bilhão em recursos públicos para o Rio Grande do Sul, orçamento quase três vezes e meio maior do que os R\$ R\$ 555,8 milhões pagos pela gestão anterior em 2022.

Dentro do Novo PAC, lançado em agosto passado pelo Governo Federal, estão previstos 16 obras e outros sete projetos de rodovias. No total, são R\$ 7,4 bilhões para os próximos quatro anos, com R\$ 5,3 bilhões de orçamento público e R\$ 2,1 bilhões em investimentos privados. “São muito bem-vindos, ministro Renan, para a logística do nosso estado para escoar, para as pessoas circularem com mais segurança, para integrar e promover o Rio Grande do Sul”, afirmou o governador do Rio Grande do Sul.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 26/10/2023



Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

WILSON SONS ALCANÇA MAIS UM SELO OURO EM PROGRAMA DE AGENDA CLIMÁTICA

Assessoria de Comunicação

Há mais de uma década, a companhia reporta, de forma voluntária e transparente, as suas fontes emissoras, que são verificadas por auditoria externa

Maior operador de logística portuária e marítima do mercado brasileiro, a Wilson Sons alcançou, pelo terceiro ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa GHG Protocol, que visa estimular as empresas na elaboração e publicação de inventários de emissões de gases do efeito estufa (GEE). A certificação é um reconhecimento às corporações que reportam, de forma transparente, todas as suas fontes emissoras em seus inventários, com verificação de auditoria externa, um passo importante para o enfrentamento às mudanças climáticas. Em 2021 e 2022, a companhia já havia recebido o mesmo certificado pela sua transparência na divulgação dos dados.



Wilson Sons OUT2023Tecon Rio Grande terá 100% da energia com fontes renováveis em 2024. Crédito: Divulgação | Wilson Sons.

De maneira voluntária, a Wilson Sons publica, há 10 anos, seu inventário de GEE. Os indicadores são reportados na plataforma do programa brasileiro GHG Protocol, no site de notícias Bloomberg e na plataforma global do Carbon Disclosure Project (CDP). As informações e análises também estão disponíveis no Relatório de Sustentabilidade da

Wilson Sons.

"Obter o Selo Ouro, pela terceira vez, é fruto da nossa jornada em busca do desenvolvimento sustentável de longo prazo, sempre orientado à criação de valor para os nossos stakeholders. Nessa jornada, adotamos como compromisso estratégico aplicar as melhores práticas ESG (ambientais, sociais e de governança) na condução dos nossos negócios. Nossa ambição é sermos reconhecidos como empresa líder nas iniciativas ESG em nosso segmento", afirmou Arnaldo Calbucci, COO da Wilson Sons.

Para apoiar a companhia no monitoramento das suas emissões atmosféricas, a Wilson Sons trabalha com o Sistema Cerensa, um software de gestão e análise de dados de sustentabilidade. O controle automatizado desses dados permite o acompanhamento das emissões de GEE por unidade de negócio da companhia e suas respectivas fontes emissoras, contribuindo para o desenvolvimento de novos projetos visando à descarbonização.

Com o objetivo de utilizar de forma eficiente a energia, a Wilson Sons vem implementando, na última década, uma série de iniciativas, como o uso de guindastes elétricos nos terminais de contêineres dos portos de Rio Grande (RS) e de Salvador (BA) e a modernização dos sistemas de motorização e propulsão das embarcações de apoio marítimo e portuário. Em junho passado, a companhia ampliou a frota para operação, no Tecon Salvador, com 12 novos tratores de pátio totalmente elétricos, o que representa até 341 toneladas de emissões de CO2 evitadas por ano.

O Tecon Rio Grande, por sua vez, em maio passado, assinou um contrato para que o terminal tenha sua energia fornecida 100% de fontes renováveis a partir do próximo ano. Para isso, foi realizada a aquisição de energia renovável com certificação I-REC (International Renewable Energy Certificates) para o triênio 2024/25/26. Além disso, o certificado garante a rastreabilidade da fonte de energia renovável que chega ao terminal e zera as emissões de carbono provenientes do consumo de energia nos anos citados. Por meio do novo contrato, toda a energia adquirida para o funcionamento do terminal de contêineres virá de fontes renováveis, que podem ser eólica, solar, biomassa ou de pequenas centrais hídricas.

A Wilson Sons também está em um ciclo de construção de seis rebocadores mais sustentáveis, nos estaleiros da companhia, no Guarujá (SP). Quatro já foram entregues e os outros dois serão lançados em 2024. Os rebocadores são os primeiros no Brasil com o padrão IMO TIER III, da Organização Marítima Internacional, exigido somente em áreas de controle de emissão, como em regiões da América do Norte, Europa e Caribe. O novo projeto de casco permite diminuir as emissões de gases de efeito estufa, com uma redução estimada de até 14% no consumo de combustíveis fósseis.

Metodologia

A metodologia GHG Protocol foi criada em 1998, nos Estados Unidos. Já o Programa Brasileiro GHG Protocol existe desde 2008 e foi desenvolvido e adaptado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) e World Resources Institute (WRI), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, Conselho Empresarial Brasileiro para o

Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), World Business Council for Sustainable Development (WBSCD) e reúne 27 empresas fundadoras. Entre os objetivos do programa estão estimular a cultura corporativa para uma agenda de enfrentamento às mudanças climáticas e criar instrumentos e padrões de qualidade internacional para contabilização das emissões e publicação dos inventários.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 26/10/2023

REINDUSTRIALIZAR OS PORTOS PARA INTENSIFICAR O COMÉRCIO

Editor Portogente

A mudança é a única constante

Engana-se quem pensa que o Brasil está indiferente à inovação do seu processo industrial. A usina de energia solar sustentável do complexo Sobral, lançada no Ceará, é simbólica da transição tecnológica. Com capacidade de 1.084 MWp - unidade potência de painel fotovoltaico - um investimento de R\$ 3 bilhões, tem capacidade para atender 585.000 residências por ano. Reindustrializar é ordem nacional, implica o uso racional do capital e espaço; inova relações e a forma de produzir mais ágil, bem como preserva o planeta.



Porto de Itajaí (SC). Acervo Portogente.

Veja ainda * Ministro navega por águas rasas no Porto de Santos

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115649-ministro-navega-por-aguas-rasas-no-porto-de-santos>

Há tempo está em curso uma profunda transformação dos mercados, economias e sociedades, pela produção, distribuição e consumo vigorosos. Redes digitais encurtam tempo e distância da comunicação e intensificam o convívio social. Os aplicativos Uber e

AibnB mudaram o uso de carros de transporte urbano e o aluguel de imóveis como hotéis. Portos operam contêineres do navio ao armazenamento no pátio, com robôs. Evolução técnica que vem transformando o modo de movimentar os fluxos do comércio que passam por portos e aeroportos e intensificando a globalização.

Veja mais * Turismo marítimo cresce e se consolida sustentável

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115633-turismo-maritimo-cresce-e-se-consolida-sustentavel>

É uma nova dinâmica promovida por tecnologias, como, 5G, Internet Das Coisas (IOT na sigla em inglês), blockchain, indústria 4.0 e Metaverso, na nova forma de produzir, transportar, armazenar e comercializar com uma expressiva redução de uso de mão de obra. Entretanto, por tantas razões, é preciso refletir formas que preservem o trabalho assalariado, cujo número vem decaindo e, assim, reduzindo o estado de bem-estar social.

Veja também * Blockchain na logística

<https://portogente.com.br/noticias/opiniao/115068-blockchain-na-logistica>

A importância de fabricar pás eólicas nos portos, como já é feito nos de Suape/PE e Pecém/CE, barateia o custo de geração de energia limpa e amplia a pauta de exportação. Uma estratégia que há muito deveria ter sido instalada no Porto de Santos, o principal do hemisfério sul, e a atual administração assume a ideia. Tal proposta já despertou interesse manifesto de investidor internacional. Pois a energia limpa promove a eliminação de fontes fósseis e reduz a crise energética, uma das causas do choque global.

Veja ainda * Pás eólicas de exportação serão fabricadas no Porto de Santos

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115647-pas-eolicas-de-exportacao-serao-fabricadas-no-porto-de-santos>

Conceber o Porto do Futuro deve se traduzir por uma competência tecnológica, que é real no Porto de Santos, por possuir quadros que poderão produzir resultados inclusivos, se houver investimentos robustos. Para tanto, depende da capacidade de execução dos necessários e conhecidos Planos de Negócio, pela Autoridade Portuária, os quais exigem, também, aplicação de conhecimentos específicos. É preciso produzir hidrogênio verde, com compromisso com a descarbonização do Planeta.

Veja mais * Práticas ESG para valorizar a comunidade do Porto de Santos

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114824-praticas-esg-para-valorizar-a-comunidade-do-porto-de-santos>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 26/10/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – PREPARANDO O FUTURO DO SETOR PORTUÁRIO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Nas atividades econômicas, tempo é dinheiro. E em nenhum segmento esse ditado é mais relevante do que no das operações portuárias. O movimento eficiente e rápido de mercadorias nos portos brasileiros é essencial para o crescimento econômico e a prosperidade. Portanto, qualquer esforço para simplificar e reduzir a burocracia no setor portuário é não apenas bem-vindo, mas também há muito aguardado.

O programa Navegue Simples, prestes a ser lançado até o final de novembro, promete ser um passo transformador nessa direção. Liderada por Mariana Pescatori, secretária nacional de Portos e Transportes Aquaviários, essa iniciativa tem a missão de desvendar a teia burocrática que tem dificultado o progresso em nossos portos. Como ela anunciou durante sua participação no fórum Brasil Export no último dia 18, em Brasília, o escopo do programa abrange várias agências-chave, incluindo o Ministério dos Portos e Aeroportos, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Tribunal de Contas da União (TCU).

A princípio, o foco do Navegue Simples será nos Terminais de Uso Privado (TUPs), reconhecendo as peculiaridades da legislação. Consultas já foram realizadas e um esforço colaborativo entre o Ministério e a Antaq está em andamento para definir as ações específicas a serem tomadas, a fim de facilitar a implantação dessas instalações. A expectativa é que haja um plano abrangente de curto, médio e longo prazo para os TUPs, com ação imediata sobre questões que não exigem emendas legislativas.

Concomitantemente, esses órgãos vão se envolver em um processo consultivo semelhante voltado para o setor portuário público. O objetivo é envolver associações, reunir contribuições públicas e identificar maneiras de simplificar e agilizar os procedimentos de arrendamento de portos e terminais. Esse processo deliberativo deve continuar nos próximos meses, garantindo que seja abrangente e eficaz.

O iminente lançamento do Navegue Simples significa um passo na direção certa para o setor portuário. Mas seu sucesso não dependerá apenas dos esforços governamentais, mas também da participação ativa do setor privado. Este programa visa resolver as dificuldades do Governo em cumprir prazos e em garantir segurança jurídica, fornecendo um quadro bem estruturado e previsível para as operações portuárias. Portanto, ele convoca o apoio e a colaboração dos líderes empresariais para remodelar as regulamentações e cortar a burocracia.



Em essência, o Navegue Simples oferece uma luz de esperança para o setor portuário brasileiro, que há muito tempo é atormentado por complexidades e atrasos. A simplificação de processos e a redução da burocracia nessa indústria vital são um passo em direção a um futuro mais próspero e eficiente. O lançamento deste programa em novembro deve ser abraçado como um desenvolvimento promissor e um testemunho do compromisso de todas as partes interessadas com o crescimento dos portos da nação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/10/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

ALTA TEMPORADA 1

As companhias aéreas vão diversificar seus voos pelo Brasil durante a próxima temporada de verão. Os novos serviços vão chegar a 43 cidades, em 17 estados, principalmente na Região Nordeste. Essa nova malha aérea e os planos para os próximos meses foram anunciados pelas operadoras nessa quarta-feira, em Brasília, em uma cerimônia com a participação dos ministros Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) e Celso Sabino (Turismo).

ALTA TEMPORADA 2

No total, haverá 94 novas rotas regulares - 81 nacionais e 13 internacionais. Três delas, que serão operadas pela Azul, envolvem destinos que não contavam com voos frequentes, dependendo de viagens particulares ou fretadas. São eles: Linhares (ES), Araxá (MG) e Comandatuba (BA).

ALTA TEMPORADA 3

Para o ministro Costa Filho, o aumento das rotas aquece a economia e gera empregos, diretrizes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E destacou: “na medida em que a economia se recupera, automaticamente haverá mais passageiros viajando pelo Brasil. Estamos melhorando a governança aeroportuária e a estrutura dos aeroportos, para receber bem quem viaja e quem vem nos visitar”.

SEGURANÇA 1

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai receber, na próxima semana, um estudo elaborado pelo Governo para reforçar o efetivo federal de segurança, incluindo militares, nas fronteiras do Brasil, nos portos e aeroportos. A medida foi anunciada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, ontem. Segundo o ministro, o reforço no efetivo nos portos terá a Região Sudeste como foco. “Me refiro às fronteiras brasileiras, porque isso é relevante para o tráfico de drogas e de armas, que atingem fortemente a Região Sudeste. Portos, neste momento, relativos à região Sudeste, e aeroportos”, afirmou.

SEGURANÇA 2

As declarações de Flávio Dino foram dadas após ele ter participado de uma reunião na tarde de ontem, no Palácio do Planalto, com os ministros Rui Costa (Casa Civil) e José Múcio (Defesa) e os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/10/2023

NACIONAL - MPOR E ANTAQ LANÇAM O PRIMEIRO PLANO GERAL DE OUTORGAS HIDROVIÁRIO

Documento estabelece que exploração das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis será feita por meio de concessão ou licitação

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou da cerimônia de lançamento e disse que o PGO faz parte da estratégia do Governo de incentivar o modal por rios no país Crédito: Vosmar Rosa/MPor

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) lançaram na quarta-feira, dia 25, o primeiro Plano de Outorgas (PGO) Hidroviário. É o primeiro plano nacional de diretrizes para o setor hidroviário. O

documento estabelece que a exploração das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis será feita por meio de concessão ou licitação.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou da cerimônia de lançamento e disse que o PGO faz parte da estratégia do Governo Federal de incentivar o modal por rios no país. O Brasil tem hoje cerca de 18.000 km de hidrovias navegáveis, mas tem um potencial de mais de 42.000 km. Temos também um estudo que aponta para um potencial de até 60.000 km de rios navegáveis”, declarou.

As primeiras hidrovias prioritárias do PGO são as do rio Madeira, Tapajós, Solimões-Amazonas (Barra Norte), do rio Paraguai e do Sul. O plano visa estimular o desenvolvimento do modal hidroviário brasileiro para ampliar a competitividade e atrair investimentos para as hidrovias estratégicas do Brasil.

O plano classificou as hidrovias citadas como “trechos estratégicos” devido ao alto volume de transporte já realizado e o potencial de aumento a curto prazo.

Silvio Costa Filho também destacou que o Brasil tem uma “dívida histórica” com o modal hidroviário devido ao potencial não explorado nas últimas décadas. “A cada 25 barcaças, nós estamos tirando mais de 1.200 caminhões das estradas” [...] Isso alivia na questão socioambiental, na redução do carbono, e outros aspectos com impactos importantes na agenda da economia verde”, enfatizou.

O PGO foi feito de acordo com o Plano Nacional de Logística (PNL). De acordo com a secretária nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mariana Pescatori, a medida visa trazer o setor privado para apoiar a expansão dos investimentos.

“O planejamento disso tem que ser algo do Estado. Estamos parando agora para pensar o que queremos do nosso futuro”, afirmou durante o evento.

A secretária também ressaltou que de toda a carga movimentada no Brasil, apenas 6% são feitas por hidrovias e 9% por cabotagem. Ela classificou o investimento nas hidrovias como um desafio. “Temos 66% no rodoviário e 18% no ferroviário. Temos o desafio de trazer para o hidroviário”, defendeu Pescatori.

Paraná-Paraguai

A Antaq e o Ministério de Portos e Aeroportos também aproveitaram a cerimônia para lançar a chamada pública para o recebimento de estudos técnicos para a concessão da hidrovia do rio Paraná-Paraguai.

O edital da chamada será publicado no Diário Oficial da União na quinta-feira, dia 26. O investimento na hidrovia Paraná-Paraguai pode aumentar o transporte de cargas na região.

O estudo mais recente da Antaq é de 2015 que constatou que o rio transportava cerca de 4 milhões de toneladas por ano. Segundo a autarquia, a capacidade da hidrovia pode aumentar em 10 vezes com os investimentos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 26/10/2023

NACIONAL - GOVERNO ASSINA ORDENS DE SERVIÇO E CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS NO RS

Melhorias serão realizadas nas BR-290 e 392/RS, além da BR-116 Sul, que liga Porto Alegre ao complexo portuário de Rio Grande
DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



A assinatura dos documentos foi transmitida ao vivo de Brasília, com a presença do ministro dos Transportes, Renan Filho, e do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite Crédito: Divulgação/Dnit

O Ministério dos Transportes e o Departamento Nacional de Infraestrutura em Transportes (Dnit) realizaram na quarta-feira (25) a assinatura de duas ordens de serviço no Rio Grande do Sul. A primeira diz respeito à execução das obras de reabilitação dos viadutos de acesso e da passarela paralela à Ponte do Fandango, na BR-153. A segunda refere-se à elaboração dos Projetos Básico e Executivo, bem como à execução das obras de revitalização (recuperação, restauração e manutenção) das rodovias BR-290/RS e BR-392/RS. Além disso, também ocorreu a assinatura do contrato para a conclusão da duplicação da BR-116 Sul.

O evento ocorreu durante uma transmissão ao vivo no Ministério dos Transportes, em Brasília, com a participação do ministro Renan Filho, do ministro das Comunicações, Paulo Pimenta, do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), do diretor-geral do Dnit, Fabrício Galvão, do superintendente do Dnit no Rio Grande do Sul, Hiratan Pinheiro, e de membros da bancada gaúcha no Congresso Nacional.

Foi formalizada a ordem de serviço para a reabilitação dos viadutos de acesso e da passarela paralela à Ponte do Fandango, situada na BR-153, na cidade de Cachoeira do Sul, com um orçamento de R\$ 62,8 milhões e um prazo de execução de 24 meses.

Além disso, foi assinada a ordem de serviço para a elaboração dos Projetos Básico e Executivo e a execução das obras de revitalização das rodovias BR-290/RS e BR-392/RS. Essas obras englobam um total de 95,5 quilômetros na BR-290/RS e 79 quilômetros na BR-392/RS, somando 174,5 quilômetros, com um investimento de R\$ 240 milhões. Importante mencionar que os serviços de manutenção e conservação das rodovias já começaram imediatamente.

Também foi firmado um contrato adicional, no valor de R\$ 135 milhões, para concluir a duplicação da BR-116 Sul, no lote 6, abrangendo 25,4 quilômetros de extensão da rodovia, que é fundamental para a conexão terrestre entre a capital Porto Alegre e o Porto de Rio Grande. A duplicação da BR-116/RS no lote 6 teve início no km 422,3 e já foi concluída em 17,3 km, que vai do km 430,68 ao km

447,98, incluindo a liberação do tráfego. Restam 8,38 km (32,6% do trecho), que compreendem o segmento do km 422,3 ao km 430,68, a serem duplicados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/10/2023

BRASIL EXPORT - COSTA FILHO: “AGENDA PORTUÁRIA TEM QUE ESTAR NO DIA A DIA DO GOVERNO”

Ministro de Portos e Aeroportos disse que o Brasil tem uma grande dívida com o setor

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



Silvio Costa Filho afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente Geraldo Alckmin estão se esforçando em manter o diálogo com o setor produtivo do Brasil Crédito: Divulgação/Brasil Export

QUEREMOS QUE ESSAS AÇÕES, MUITAS DELAS INCLUÍDAS NO NOVO PAC, EM QUE TEMOS UM ALTO VALOR DE INVESTIMENTOS NO MINISTÉRIO, POSSAM DE FATO SAIR DO PAPEL E NÃO FICAR SOMENTE NO POWERPOINT”

SILVIO COSTA FILHO
ministro de Portos e Aeroportos

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse durante sua participação na solenidade de abertura do Brasil Export 2023, fórum nacional de logística, infraestrutura e transportes, que é necessário colocar a agenda portuária, com as demandas e necessidades que envolvem o setor, no dia a dia do Governo Federal.

Segundo Costa Filho, o Brasil tem uma grande dívida com o setor portuário, datada desde a Constituição de 1988. O ministro defendeu que os projetos voltados para o setor sejam colocados em prática.

“Pensando no desenvolvimento econômico do nosso país, queremos que essas ações, muitas delas incluídas no novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), em que temos um alto valor de investimentos no Ministério, possam de fato sair do papel e não ficar somente no PowerPoint”, declarou.

Costa Filho afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente Geraldo Alckmin estão se esforçando em manter o diálogo com o setor produtivo do Brasil.

Próximas gerações

No início de sua fala, o ministro fez uma reflexão. “Está na hora da gente pensar muito mais nas próximas gerações do que nas próximas eleições. Nas últimas eleições, o presidente Lula saiu vencedor e ele deu claros sinais de que iria manter diálogos com a esquerda, com a agenda social, com o centro e com o setor produtivo”, afirmou.

Silvio Costa Filho ainda citou o bom desempenho econômico que o Brasil registra neste ano, com pensamentos positivos e de uma maior crescente para o futuro.

“Quando iniciamos o ano, se precisava o crescimento no Brasil na ordem de 0,6%. Hoje já temos a perspectiva do nosso país terminar o ano com crescimento de mais de 3% do Produto Interno Bruto (PIB)”, declarou.

O Fórum Brasil Export é uma iniciativa do Grupo Brasil Export, com realização da Una Media Group, produção da Bossa Marketing e Eventos e mídia oficial do BE News.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/10/2023

BRASIL EXPORT - SEÇÃO DA PIANC NO BRASIL É LANÇADA NO BRASIL EXPORT

Agora, empresas brasileiras podem se associar e ter acesso a consultorias técnicas sobre infraestrutura

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, disse que o país é representado pela agência como membro da Pianc desde 2007, mas como ainda não havia uma sede da associação no país
Crédito: Divulgação/Brasil Export

A seção nacional da Associação Mundial de Infraestrutura de Transporte Aquaviário – Pianc (World Association for Waterborne Transport Infrastructure) foi oficializada no último dia 17, dentro da programação do fórum Brasil Export, em Brasília.

Com isso, empresas brasileiras já podem se associar e ter acesso a consultorias técnicas sobre infraestrutura portuária, bem como participar de discussões globais sobre temas que fazem parte do segmento.

O cerimônia de lançamento do departamento no Brasil contou com a participação de Eduardo Nery, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Mariana Pescatori, secretária nacional de Portos e Transportes Aquaviários; e Luiz Fernando Garcia, presidente da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph) e da Portos do Paraná.

De acordo com eles, por meio do compartilhamento de conhecimento técnico especializado internacional e da interação entre autoridades e instituições públicas e privadas em escala global, a Pianc no Brasil vai contribuir para o crescimento do transporte aquaviário nacional.

Para se associar, as empresas interessadas devem procurar a Abeph, que administrará o escritório no Brasil. Já a Antaq será a responsável por representar, internacionalmente, a seção nacional.

Luiz Fernando, presidente da Abeph, explicou que a Pianc é reconhecida mundialmente por fornecer orientação e consultoria técnica de ponta para infraestruturas de transportes aquaviários sustentáveis, voltadas principalmente aos portos e hidrovias. Ainda segundo Luiz, devido a normas da instituição, foram cinco anos para conseguir estabelecer a Pianc no Brasil.

Já Eduardo Nery explicou que o país é representado pela Antaq como membro da Pianc desde 2007, mas como ainda não havia uma sede da associação no país, não podia angariar associados nem participar dos grupos de trabalhos globais que discutem diretrizes para o setor.

O Memorando de Entendimento para trazer a Pianc foi assinado em novembro do ano passado entre a Antaq, Abeph e a Associação. A oficialização veio em maio deste ano, durante a Assembleia Geral da Pianc, na Noruega. A associação tem 138 anos e agrega membros em 66 países.

“Agora os senhores poderão se associar e fazer parte de comitês, grupos de trabalhos e normas da Pianc que poderão refletir a nossa realidade. É um sentimento de realização. Esperamos que grande parte de vocês seja membro da Pianc nacional”, frisou Nery.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/10/2023

BRASIL EXPORT - CONGRESSO PERMITE COOPERAÇÃO ENTRE PORTOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

Fórum Brasil Export englobou o 14º Congresso dos Portos que têm o português como língua-mãe

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



Nazareth Neto, vice-presidente da Aplop, fez o discurso de abertura e ressaltou a necessidade em definir estratégias que internacionalizem os portos membros da CPLP Crédito: Divulgação/Brasil Export

A edição 2023 do Fórum Brasil Export englobou a programação do 14º Congresso dos Portos de Língua Oficial Portuguesa, realizado na segunda-feira (16), em Brasília. O Congresso reuniu representantes da Associação dos Portos de Língua Oficial Portuguesa (Aplop) e autoridades do setor que atuam no Brasil.

Entre os objetivos do congresso, está a promoção da cooperação entre seus membros, aproveitando a facilidade do idioma em comum; a discussão de investimentos em infraestrutura nos portos, e a definição de estratégias para auxiliar os portos frente aos desafios impostos pela descarbonização e transição energética.

Os países representados no encontro, além do Brasil, foram: Angola; Cabo Verde; Guiné Bissau; Guiné Equatorial; Moçambique; Portugal; São Tomé e Príncipe, e Timor Leste.

Nazareth Neto, vice-presidente da Aplop, fez o discurso de abertura e ressaltou a necessidade em definir estratégias que internacionalizem os portos membros da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), o que aumentaria a competitividade dos ativos.

Já o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, disse que a reunião das autoridades de cada país é importante para discutir as melhores práticas adotadas, não só nos portos brasileiros, mas também nos portos de língua portuguesa e que o congresso é essencial para o debate de assuntos importantes ao desenvolvimento da infraestrutura portuária.

Em sua fala, o presidente da Infra SA, Jorge Bastos, contou que o Plano Nacional de Logística 2035 (PNL 2035) está sendo trabalhado e destacou que as orientações traçadas para os próximos anos precisam ser mantidas, independentemente das mudanças na gestão federal, visando o desenvolvimento da infraestrutura de transportes brasileira.

A chefe de gabinete da Secretaria de Portos e Transportes Aquaviários, Gabriela Coelho da Costa, reafirmou que o idioma é a primeira ferramenta de aproximação entre os povos, por isso a importância de aproveitá-la “da melhor maneira possível” no universo dos negócios.

O diretor da Antaq, almirante Wilson Lima Filho, endossou a importância do intercâmbio e garantiu que a agência está comprometida com soluções para o enfrentamento de desafios vindouros, como a implementação da cadeia do hidrogênio verde e a descarbonização.

Já Fabrício Julião, CEO do Grupo Brasil Export, declarou satisfação em ver o congresso ocorrendo dentro da programação do fórum, citando que o estreitamento da relação comercial entre os portos “é um dos grandes objetivos do Brasil Export”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/10/2023

BRASIL EXPORT - PORTUGAL VIVE EXPECTATIVA COM NOVOS INVESTIMENTOS PARA A MALHA FERROVIÁRIA

Sistema portuário também avança para ações dentro da pauta da sustentabilidade

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



Segundo o presidente do Porto de Aveiro, Eduardo Feio, os investimentos previstos para os corredores ferroviários são de 13 bilhões de euros, para transportar passageiros e cargas
Crédito: Divulgação/Brasil Export

Portugal vive o maior projeto voltado para a malha ferroviária que pretende transformar a logística do país e diretamente ampliar a frota de transportes aos portos portugueses, que são considerados como porta de entrada para os demais complexos europeus. O projeto foi apresentado pelo presidente do Porto de Aveiro, Eduardo Feio, durante a programação do XIV Congresso da

Associação dos Portos de Língua Portuguesa (Aplop), dentro do Fórum Brasil Export, realizado em Brasília.

“Temos neste momento acontecendo em Portugal o maior projeto de investimento na área ferroviária. Isso tem a ver com portos, com logística, tem a ver com os acessos aos portos, e também com as estratégias de ficar mais perto da área central da península Ibérica e também da Europa”, comentou.

Segundo o presidente do Porto de Aveiro, os investimentos previstos para os corredores ferroviários estão na ordem de 13 bilhões de euros. O modal será usado tanto para o transporte de passageiros, quanto para o transporte de cargas.

“É importante para Portugal que se tenha crescimento da rede de transporte ferroviário de mercadorias, visando a ligação direta aos portos”, analisou.

Sustentabilidade

O governo português vem avançando nas práticas de transição energética e sustentabilidade em suas atividades econômicas. De acordo com Eduardo, o próprio projeto ferroviário será importante para a pauta da sustentabilidade.

“O projeto tem um favor em termos de descarbonização. O modal ferroviário pode nos permitir descarbonizar ainda mais toda a cadeia logística, e temos que apostar nela”, disse Feio.

A pauta da sustentabilidade passa por quatro frentes em Portugal, sendo eles: a descarbonização das operações portuárias; a criação de novas indústrias nos portos; descarbonização do transporte marítimo (corredores verdes) e a produção de energia renovável para auto-consumo.

O Fórum Brasil Export é uma iniciativa do Grupo Brasil Export, com realização da Una Media Group, produção da Bossa Marketing e Eventos e mídia oficial do BE News.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/10/2023

BRASIL EXPORT - CONTRATOS DE GESTÃO COM AUTORIDADES PORTUÁRIAS E SETOR HIDROVIÁRIO SÃO PRIORIDADES

Planejamento do Ministério de Portos para os próximos anos foi detalhado por Mariana Pescatori
Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br

A secretária nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mariana Pescatori, disse que criar um contrato de gestão com as Autoridades Portuárias e trabalhar por políticas públicas de incentivo ao modal hidroviário são prioridades para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Mariana detalhou as metas do Governo para os próximos anos durante sua participação na oficialização da Pianc (Associação Mundial de Infraestrutura de Transporte Aquaviário) no Brasil, que ocorreu no último dia 17, dentro da programação do Fórum Brasil Export, em Brasília.



A secretária de Portos Mariana Pescatori detalhou as metas do Governo para os próximos anos durante sua participação no lançamento da Pianc no país, dentro do Brasil Export Crédito: Divulgação/Brasil Export

DADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ), MOSTRAM QUE O BRASIL UTILIZA MENOS DA METADE DO SEU POTENCIAL HIDROVIÁRIO: DOS 42 MIL KM DE RIOS NAVEGÁVEIS, APENAS 19 MIL SÃO APROVEITADOS PARA A MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS E PESSOAS.

Sobre o contrato de gestão com as estatais que administram os portos, a ideia é que o documento seja produzido conjuntamente com a Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph) e especifique metas e ações a serem realizadas pela administração dos complexos. O objetivo é, através da criação de métricas, monitorar o que está sendo feito pela gestão de cada porto e o que precisa ser melhorado.

O Governo também quer que as Autoridades Portuárias façam um levantamento de áreas que estão ociosas nos portos e que podem ser leiloadas, ampliando a carteira de arrendamentos portuários da pasta, fechada em 57 até o momento.

Já o setor hidroviário deve ter um lugar de mais destaque no ministério de Silvio Costa Filho, que quer aproveitar o potencial hidroviário do país, ainda pouco explorado de acordo com estudos que baseiam o segmento. Neste sentido, é prioridade do ministro, ainda neste ano, anunciar a criação da Secretaria Nacional de Hidrovias e lançar a BR dos Rios, programa que visa incentivar e regulamentar a navegação e o transporte de cargas pelos rios brasileiros, nos moldes do programa BR do Mar, voltado à cabotagem.

Dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), mostram que o Brasil utiliza menos da metade do seu potencial hidroviário: dos 42 mil km de rios navegáveis, apenas 19 mil são aproveitados para a movimentação de cargas e pessoas.

Inovação e sustentabilidade

Pescatori também citou que a inovação e a sustentabilidade estão no radar do Governo. Ela comentou que recentemente visitou o Cubo Itaú, plataforma que reúne startups com ideias para diversos segmentos, e gostou dos resultados entregues por projetos que receberam “esforços do público e privado”, resultando em soluções “de ponta” para o setor portuário. “Por isso, vamos fomentar a inovação”, garantiu.

Para a sustentabilidade, os planos envolvem parcerias do Governo com a Antaq e entidades nacionais e internacionais que desenvolvem estudos voltados, principalmente, à descarbonização das operações portuárias.

“A sustentabilidade é uma pauta relevante para o ministério (de Portos) e já estamos discutindo com a Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a realização de um projeto piloto para um inventário de sustentabilidade dos portos, e desse piloto, via Apebh, ele seria ampliado para outros portos”, explicou.

Outro enfoque do Governo é melhorar o uso do fundo de qualificação portuária, buscando uma “capacitação mais efetiva dos portuários” com esses recursos.

A ideia é expandir parcerias que têm trazido bons resultados, como a cooperação que o Brasil tem com a Fundação Porto de Valência (Fundación Valenciaport) instituto de pesquisa, inovação e formação do setor logístico portuário, com sede no Porto de Valência, na Espanha, e com o Roterdã

com Shipping and Transport College (STC), que atualmente tem uma parceria específica com o Porto de Suape (PE).

Plano de contingência

Antes de encerrar sua participação, a secretária Nacional de Portos e Transportes Aquaviários citou a seca na região Norte do País e garantiu que o ministro está “extremamente engajado”, junto ao ministro Renan Filho, do ministério dos Transportes, para equacionar a questão.

De forma imediata, o Governo já mobilizou dragas em cinco pontos dos rios amazônicos mais afetados pela baixa do nível de água. Mas, para evitar que a “situação chegue a esse ponto”, Mariana disse que o ministério quer criar um Plano de Contingência, junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), com dados fornecidos por uma batimetria permanente que indicarão a necessidade de realizar dragagens preventivas.

O plano também deve trazer um normativo com cenários descritos como “verde”, “amarelo” e “vermelho”, indicando a necessidade de atuação ou não dos órgãos envolvidos na manutenção da navegação local.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 26/10/2023

BRASIL EXPORT - PROGRAMA NAVEGUE SIMPLES SERÁ LANÇADO ATÉ O FIM DE NOVEMBRO

Projeto visa desburocratizar processos de arrendamentos portuários
Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



Devido a especificidades da legislação que rege os portos públicos, em um primeiro momento, o programa vai abarcar os TUPs, conforme disse a secretária Mariana Pescatori Crédito: Divulgação/

DEVIDO A ESPECIFICIDADES DA LEGISLAÇÃO QUE REGE OS PORTOS PÚBLICOS, EM UM PRIMEIRO MOMENTO, O PROGRAMA VAI ABARCAR OS TERMINAIS DE USO PRIVADO (TUPS). SEGUNDO MARIANA, A PASTA JÁ REALIZOU AS CONSULTAS PÚBLICAS E AGORA, JUNTO COM A ANTAQ, DEFINE QUAIS AÇÕES SERÃO EXECUTADAS.

O programa Navegue Simples, que visa simplificar e desburocratizar o setor portuário, principalmente em relação a assinatura de novas outorgas, será lançado até o fim de novembro.

As informações foram repassadas por Mariana Pescatori, secretária nacional de Portos e Transportes Aquaviários, no último dia 18, durante sua participação no painel que debateu investimentos no sistema portuário brasileiro, no Fórum Brasil Export, em Brasília.

O Navegue Simples integrou o Ministério de Portos e Aeroportos, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Tribunal de Contas da União (TCU), que estudam maneiras de acelerar as análises de cessão de áreas portuárias, dando celeridade às assinaturas. A intenção do Governo é também recuperar e ampliar os investimentos no setor.

Devido a especificidades da legislação que rege os portos públicos, em um primeiro momento, o programa vai abarcar os Terminais de Uso Privado (TUPs). Segundo Mariana, a pasta já realizou as consultas públicas e agora, junto com a Antaq, define quais ações serão executadas.

“Até novembro, teremos um plano de trabalho de curto, médio e longo prazo para os TUPs. O que puder ser feito sem alteração legislativa já vai sendo feito e o que precisar de alteração, aí sim demandará um pouco mais de tempo”, explicou.



Ainda de acordo com a secretária, também em conjunto, os órgãos vão iniciar o mesmo processo de escuta, mas agora voltado ao setor portuário público. “Vamos conversar com as associações, realizar consultas públicas para receber contribuições de como podemos desburocratizar e simplificar os arrendamentos. É uma discussão que seguirá pelos próximos meses”, detalhou.

Portanto, no mês que vem, o segmento deve ter o lançamento do Navegue Simples com toda a programação para os TUPs e apenas com o que se planeja em relação aos arrendamentos públicos.

“Contamos com a participação do setor privado, que vê as dificuldades que o Governo tem com prazos, com segurança jurídica. Queremos um programa bem estruturado e com previsibilidade, então queremos o apoio de vocês (empresários) nessa reestruturação da normatização e desburocratização do setor”, declarou Mariana.

O Navegue Simples também deve trazer a opção de Oferta Permanente de áreas, ou seja, quando um ativo vai a leilão e não há interessados (deserto), a área segue em ‘oferta permanente’ até que uma empresa se interesse e, de forma simplificada, receba a outorga de contrato de concessão. O modelo seria baseado no utilizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em relação a áreas para exploração do óleo.

Investimentos

O painel foi composto também por Helano Gomes Pereira, Vice-Presidente da Ultracargo; Marcelo Sammarco, Sócio da Sammarco Advogados; Marcio Castro, diretor-executivo de Rebocadores da Wilson Sons, e Roberto Oliva, presidente do Conselho de Administração da Intermarítima.

Em determinado momento do debate, Helano citou o aumento de filas para embarque de cargas, não só nas operações com graneis líquidos, mas também com contêineres. Neste sentido, Mariana foi questionada sobre como o governo pretende investir para evitar que o problema cresça.

Ela respondeu que o Ministério, no passado, já teve um programa bem estruturado que trazia as perspectivas de onde a pasta tinha que investir em relação a déficit de capacidade e a melhorias na infraestrutura, como construção de novos berços e realização de dragagem.

Agora, é “um dever de casa” retomar esse planejamento, citou, garantindo que o governo já se reuniu com a Infra SA e mostrou quais são as prioridades.

“Não dá mais para ficar discutindo metodologia de Plano Mestre. A gente sempre vai ter como aprimorar os planejamentos, mas a gente tem que parar, sentar com o setor produtivo, com a secretaria e verificar as necessidades do setor público e do privado em relação ao planejamento e implementar isso. Então o planejar é extremamente necessário porque estamos falando de investimentos públicos e privados que precisam estar bem caracterizados”, avaliou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

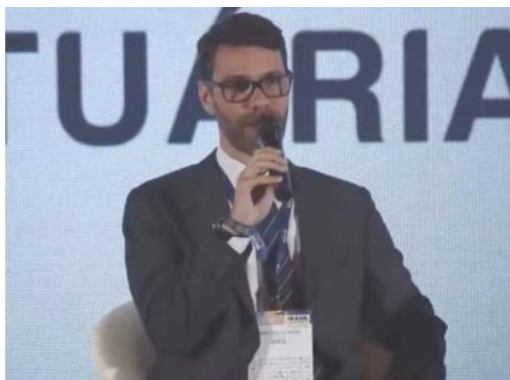
Data: 26/10/2023

BRASIL EXPORT - PORTOS DA REGIÃO SUL PREPARAM PROJETOS PARA DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO

Portos RS e São Francisco do Sul debateram planejamento visando demanda do mercado

Por Cássio Lyra cassio@portalbenews.com.br

Sempre apontado como uma das pautas principais para as autoridades portuárias, a dragagem foi discutida entre duas Companhias públicas que administram complexos portuários da região Sul do Brasil. A Portos RS pretende fazer para 2025 uma concessão da manutenção do canal de acesso ao Rio Grande e também das hidrovias, mas sem deixar de olhar para a necessidade do aprofundamento. Já São Francisco do Sul busca por recursos para fazer o aprofundamento do canal externo e, posteriormente, do canal interno, também.



Cristiano Klinger, diretor-presidente da Portos RS, afirmou que a Autoridade Portuária se prepara para fazer uma concessão para manutenção do canal de acesso e da hidrovia Crédito: Divulgação/Portos RS

Os assuntos de necessidade de melhor infraestrutura dos portos do Sul foram pauta em um dos painéis técnicos promovidos pela quarta edição do Encontro Nacional das Autoridades Portuárias e Hidroviárias (Enaph).

Cristiano Klinger, diretor-presidente da Portos RS — Autoridade Portuária gestora dos portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre —, afirmou que a companhia se prepara para fazer uma concessão para manutenção do canal de acesso e da hidrovia.

“Já fizemos uma primeira etapa de dragagem de manutenção e fizemos a homologação da licitação da segunda etapa dessa obra de manutenção de dragagem. Estamos estudando com a Infra SA para fazer uma concessão ou uma PPP (parceria público-privada) do canal de acesso e da hidrovia”, analisou.

Junto a manutenção do calado, a Portos RS realiza estudos para aprofundamento do canal que devem ser concluídos até o final do ano.

“Nosso calado é homologado em 15 metros. Estamos fazendo discussões da área de giro, área de manobra para capacidade de grandes navios. A intenção é que tenhamos até o final do ano que vem fechado todo esse estudo e poder fazer a licitação em 2025, para ter um contrato continuado de manutenção do canal”, disse.

São Francisco do Sul

Maior porto de Santa Catarina, o complexo de São Francisco do Sul planeja para o início do ano que vem uma dragagem de manutenção para assegurar a condição atual do canal de acesso.

“Em um segundo momento, estamos discutindo uma dragagem de aprofundamento do canal externo. Temos essa necessidade, então estamos agora na iminência de obter a licença ambiental de instalação e construindo a financiabilidade da obra”, afirmou o presidente do porto, Cleverton Vieira.

De acordo com Vieira, a obra para aprofundamento do canal exigirá altos investimentos.

“Estamos buscando alternativas, junto com o Governo do Estado, a Secretaria Nacional e o próprio Ministério (de Portos e Aeroportos). É uma obra rápida, de dez meses, que a partir do momento que consigamos fazer essa angariação de recursos a gente possa executar essa obra no ano de 2024”, comentou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 26/10/2023

BRASIL EXPORT - ENTIDADES SE MOBILIZAM PARA PRORROGAÇÃO DO REPORTO

Programa de regime tributário para incentivos no setor é tratado como prioridade
Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br

Uma importante bandeira do setor portuário, o Reporto terá seu prazo encerrado no final deste ano. Entidades e associações do setor da infraestrutura defenderam a manutenção do regime tributário para incentivo de investimentos e que é preciso atenção para que não se repita o que ocorreu em 2021, quando o projeto teve apoio do então Ministério da Infraestrutura, mas foi derrubado com veto do então presidente Jair Bolsonaro.

O presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, apontou três medidas para a prorrogação do Reporto.



Segundo Jesualdo Silva, a ABTP e outras associações estão se mobilizando para agilizar o processo de renovação do Reporto, que tem o apoio do Ministério de Portos e Aeroportos Crédito: Divulgação/Brasil Export

“Primeiro, trata-se da reforma tributária, em que há perspectiva de ser aprovada. Propusemos uma emenda para garantir que o reporto exista pelo menos durante a transição da reforma. Segundo, o PL 4885, do qual o deputado Paulo Alexandre Barbosa é relator e está comprometido com o processo. E o terceiro é uma emenda de constar a previsão da renúncia fiscal para a LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2024”, comentou durante um dos painéis do Fórum Brasil Export, fórum nacional de logística, infraestrutura e transportes, realizado em Brasília.

De acordo com Jesualdo, a ABTP e outras associações estão se mobilizando para agilizar o processo de renovação do Reporto, que tem o apoio do Ministério de Portos e Aeroportos.

Murilo Barbosa, diretor-presidente da Associação dos Terminais Portuários Privados (ATP), afirmou que é necessário introduzir na LOA a previsão da renúncia fiscal para o ano que vem. Apesar do cenário difícil, ele afirmou que está otimista com o processo.

“Temos que torcer muito como torcemos em 2021 e em 2022, que foi uma luta muito grande, conseguimos o que de fato foi muito difícil. Acabamos perdendo um ano por complicações burocráticas da Receita Federal. Se o Governo indicar através de um Projeto de Lei que é favorável ao Reporto, há uma probabilidade de a nossa emenda ser aceita lá. A tramitação do deputado Paulo Barbosa está indo muito bem e ele é francamente favorável ao nosso pleito”, analisou.

Tanto Jesualdo quanto Barbosa afirmaram que é necessário e fundamental um posicionamento rápido por parte do Ministério da Fazenda sobre a pauta.

O Brasil Export é uma iniciativa do Grupo Brasil Export, com realização da Una Media Group, produção da Bossa Marketing e Eventos e mídia oficial do BE News.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/10/2023

BRASIL EXPORT - POTENCIAL DE NOVO TUP DO PECÉM COMO EXPORTADOR ATRAI INTERESSE DA EUROPA

Ex-ministro e diretor-executivo da CSN, Pedro Brito apresentou o empreendimento que iniciará operações em 2027

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br

O ex-ministro e atual diretor-executivo da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), Pedro Brito, apresentou o projeto do novo terminal de uso privado (TUP) da empresa, a ser instalado na área do Complexo do Pecém, no Ceará. Segundo ele, o futuro empreendimento terá o importante papel de ser exportador de grãos agrícolas para países europeus a partir do Porto de Sines, em Portugal.

Ex-ministro-chefe da Secretaria Nacional de Portos, e agora à frente da CSN, Brito apresentou o novo empreendimento da companhia durante um dos painéis técnicos da Associação dos Portos da Língua Portuguesa (Aplop).



De acordo com Pedro Brito, o cronograma do terminal está casado com o projeto da ferrovia, ou seja, a previsão de início das operações aponta para julho de 2027 Crédito: Divulgação/Brasil Export

O novo terminal privado, no município de Caucaia, vai atuar na movimentação de granéis agrícolas, fertilizantes, minério de ferro e carga geral e contêineres. Com todas as autorizações e licenciamentos aprovados com os órgãos responsáveis, o futuro terminal está em fase de estudos dos projetos executivos a fim de iniciar os investimentos.

Segundo o gerente, um dos principais ativos do novo TUP será a conexão com a Transnordestina, que vai conectar três estados do Nordeste visando o escoamento do agronegócio.

“Vamos ter um terminal privado, dentro do Complexo de Pecém, interligado a uma ferrovia de 1.200 quilômetros, que é a Transnordestina”, explicou.

De acordo com Brito, o cronograma do terminal está casado com o projeto da ferrovia, ou seja, a previsão de início das operações aponta para julho de 2027. O investimento previsto é de R\$ 2,3 bilhões.

Em julho deste ano, a CSN assinou um memorando de entendimento entre a Administração dos Portos de Sines e do Algarve (APS), em Portugal. O vínculo firmado passa pelo interesse do país europeu e dos demais vizinhos na exportação de produtos pela área do Pecém, devido à sua posição estratégica.

“Vamos trabalhar em conjunto para viabilizar todos esses investimentos que interessam a Europa e que tem no Porto de Sines essa porta de entrada, principalmente focando nos grãos agrícolas, no hidrogênio verde, e essa nova matriz de transporte que estamos instalando no Pecém”, comentou o executivo.

Segundo Brito, o novo TUP da companhia se apresenta como uma opção viável, principalmente na exportação de granéis agrícolas, que é um dos itens de mercado que mais interessam aos europeus.

“Pecém está construindo o maior parque de hidrogênio verde da América Latina, algo que é importante e nos chama atenção. Pecém será um dos maiores exportadores de grãos agrícolas do Brasil, juntamente com o Porto de Itaquí, e também se constrói uma possibilidade, até pela proximidade com a Europa, através do Porto de Sines”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/10/2023

BRASIL EXPORT - “NÃO TEMOS MULTIMODALIDADE NO BRASIL”, DIZ RICARDO MOLITZAS

Presidente do Instituto Brasil Logística analisou o cenário do transporte de cargas no país

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br

Ricardo Molitzas, presidente do Instituto Brasil Logística (IBL), acredita que não existe transporte de cargas multimodal no Brasil. Ele analisou o cenário durante sua participação no painel ‘Integração das operações logísticas e os avanços necessários para o aperfeiçoamento da malha terrestre’, exposto no último dia 18, no Fórum Brasil Export, em Brasília.

Também participaram da conversa Felipe Queiroz, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Natalia Marcassa, CEO da MoveInfra; Davi Barreto, Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF); e Guilherme Penin, Vice-Presidente

de Regulação e Expansão da Rumo. A moderação foi feita pelo jornalista e diretor de redação do BE News, Leopoldo Figueiredo.



Para Ricardo Molitzas, houve avanços no processo de transporte multimodal, como a documentação eletrônica, mas isso não é suficiente por falta de integração de sistemas
Crédito: Divulgação/Brasil Export

Em sua fala, Molitzas se referiu à lei que rege o transporte multimodal (Lei nº 9.611/1998) e explicou que “até hoje” não conhece “ninguém que tenha feito um transporte multimodal como ele deve ser”, ou seja, nos moldes da legislação.

Ricardo contou que desde a época da promulgação da lei, os transportadores enfrentam os mesmos problemas: a falta de um documento único de transporte de cargas e um seguro que cubra todo o trajeto multimodal, abrangendo todos os modais.

“São duas questões impeditivas: o ICMS, já que a carga passa por vários estados, e o seguro. A única opção é fazer um seguro em pedaços (por modal), o que eleva o custo e fica impossível. Então até hoje não existe transporte multimodal no país”, avaliou.

Para Molitzas, houve avanços no processo de transporte multimodal, como a documentação eletrônica, mas isso não é suficiente por falta de integração de sistemas.

“Até hoje, mesmo o transportador tendo feito a emissão eletronicamente dos documentos de transporte, ele tem que imprimir para poder ser fiscalizado na estrada, ou seja, não há integração e ele pode ser autuado. Então acho que a gente precisa avançar nas coisas. Talvez a reforma tributária traga alguma novidade em relação aos impostos para o transporte multimodal. Vamos ver”, citou.

O presidente do IBL ressaltou que essas questões precisam ser resolvidas porque o transporte multimodal trará eficiência, competitividade e menor custo para todas as operações.

Felipe Queiroz concordou com as explicações e disse que o Brasil está mais próximo da intermodalidade do que da multimodalidade. Os motivos, para ele, além das dificuldades burocráticas, estão na falta de infraestrutura de transportes do Brasil, principalmente em relação ao modal ferroviário, que completa a multimodalidade e abarca o transbordo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 26/10/2023

BRASIL EXPORT - RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE FORMA SIMPLIFICADA É DEBATIDA NO INFRAJUR

As vantagens obtidas por meio da arbitragem foram explicadas em painel que reuniu especialistas
Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



Durante o painel, Godofredo Mendes ressaltou a necessidade de uma melhor divulgação da arbitragem como ferramenta para resolução de conflitos no setor de infraestrutura
Crédito: Divulgação/Brasil Export

A ARBITRAGEM É UM PROCEDIMENTO JURÍDICO QUE VISA SOLUCIONAR CONFLITOS DAS MAIS VARIADAS ÁREAS DE FORMA SIMPLIFICADA E FLEXÍVEL, MAS PARA SER UTILIZADO, PRECISA ESTAR INSERIDO EM CLÁUSULA CONTRATUAL.

Resolver conflitos jurídicos do setor de infraestrutura



por meio da arbitragem pode trazer vantagens para as partes envolvidas, como a redução do tempo para a publicação de uma sentença. O uso da ferramenta jurídica foi debatido durante o primeiro painel do InfraJUR – Encontro Nacional de Direito da Logística, de Infraestrutura e de Transportes, realizado na terça-feira (17), em Brasília, dentro da programação do Fórum Brasil Export, que começou no último dia 16 e se encerrou no dia 18.

O painel teve a moderação de Ingrid Zanella, presidente da Comissão Nacional de Direito Marítimo e Portuário do Conselho Federal da OAB e os debatedores foram: Godofredo Mendes Vianna, sócio do Kincaid | Mendes Vianna Advogados; Fernando Reverendo Vidal Akaoui, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; Lilian Elizabeth Menezes Bertolani, diretora de Arbitragem do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem (Conima) e secretária-geral da Câmara Ciesp/Fiesp; e Nelson Cavalcante e Silva Filho, juiz do Tribunal Marítimo.

A arbitragem é um procedimento jurídico que visa solucionar conflitos das mais variadas áreas de forma simplificada e flexível, mas para ser utilizado, precisa estar inserido em cláusula contratual.

No segmento de infraestrutura, principalmente portuária, o mecanismo está sendo difundido porque possibilita sentenças em prazos reduzidos, o que é vantajoso para o setor, ao mesmo tempo em que permite que o árbitro (ou julgador) seja um especialista na temática, o que melhora o entendimento de problemas tão específicos do setor.

Foi neste sentido que falou o desembargador Fernando Akaoui. Ele citou, por exemplo, as “tamanhas especificidades” que envolvem o transporte marítimo.

“O juiz desconhece por completo especificidades de áreas muito técnicas, que fogem à formação do magistrado e mesmo sendo auxiliado por peritos que o judiciário tem para se apoiar em decisões técnicas, não têm pessoas com conhecimento tão aprofundado para julgar um caso de alta complexidade. É por isso que se busca a arbitragem”, explicou o desembargador.

A diretora de Arbitragem do Conima, Lilian Menezes, trouxe dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que mostram a relevância da arbitragem: a média para resolução de conflitos em disputas no judiciário é de 62 meses (considerando todas as instâncias). Na arbitragem, essa média é de 18 a 24 meses, e existem ainda ritos mais simplificados, como a arbitragem expedita, com sentença em seis meses.

Exatamente por sua eficácia, Godofredo Mendes ressaltou a necessidade de uma melhor divulgação da arbitragem como ferramenta para resolução de conflitos no setor de infraestrutura, alertando que o número de arbitragens “ainda é pequeno visto o número de litígios” registrados no Brasil.

InfraJUR 2024

As edições do InfraJUR 2024 terão o apoio do Tribunal Marítimo, órgão vinculado à Marinha do Brasil, que julga acidentes e fatos da navegação. O anúncio da nova parceria foi feito por Celso Peel, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e Coordenador Acadêmico do Conselho Jurídico do Brasil Export, durante a abertura da última edição de 2023 do InfraJUR.

Em sua fala, Pell também agradeceu pela oportunidade de reunir os setores empresarial e jurídico para trocar informações e conhecimento entre áreas “tão correlatas”.

“É de extrema relevância levar essas informações (do setor) para os magistrados, para que conheçam melhor os assuntos e o impacto de suas decisões”, citou.

Além do Tribunal Marítimo, o InfraJUR contará com o apoio de outras instituições, ainda não anunciadas, com o objetivo de desenvolver as discussões jurídicas e melhorar a segurança jurídica do setor de infraestrutura do Brasil.

Ralph Dias Costa, presidente do Tribunal Marítimo, também estava presente na cerimônia e disse que a instituição está satisfeita em participar das próximas edições.

Guilherme Caputo Bastos, ministro do Tribunal Superior do Trabalho e presidente da Academia Brasileiro de Direito Portuário e Marítimo (ABDPM), ressaltou a importância da iniciativa do InfraJUR em unir empresários e magistrados para discutir o desenvolvimento da infraestrutura em ambas as óticas e confirmou que a parceria entre a entidade e o InfraJUR seguirá em 2024.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 26/10/2023

BRASIL EXPORT - JUSTAS HOMENAGENS E NOMEAÇÕES

Da Redação redacao@portalbenews.com.br

Personalidades e empresas que contribuem para os setores de logística, infraestrutura e transportes foram lembradas no Brasil Export

Como sempre faz em seus fóruns nacionais e regionais, o Grupo Brasil Export aproveita a ocasião para homenagear personalidades e empresas que contribuem para os setores de logística, infraestrutura e transportes. Também empossa novos membros dos conselhos do Brasil Export.

AGEMAR Outra empresa laureada na solenidade de abertura do fórum foi a Agemar Infraestrutura. A companhia que completou 40 anos marcou presença por meio do diretor Manoel Ferreira. Ele recebeu a placa das mãos de Silvio Costa Filho, Fabrício Julião e do deputado federal Augusto Counho (Republicanos/RS).

No fórum realizado entre os dias 16 e 18 deste mês não foi diferente. Quatro executivos e empresas foram homenageados e dois ingressaram no Conselho Brasil Export.

Na solenidade de abertura, realizada no dia 17, foram quatro homenageados: DP World Santos, Agemar e Associação Brasileira de Terminais Privados.



DP WORLD SANTOS

A DP World Santos foi homenageada pelos 10 anos de atuação no Porto de Santos (SP). O CEO da empresa, Fábio Siccehrino, recebeu uma placa das mãos do ministro Silvio Costa Filho e do CEO Brasil Export, Fabrício Julião

AGEMAR

Outra empresa laureada na solenidade de abertura do fórum foi a Agemar Infraestrutura. A companhia que completou 40 anos marcou presença por meio do diretor Manoel Ferreira. Ele recebeu a placa das mãos de Silvio Costa Filho, Fabrício Julião e do deputado federal Augusto Coutinho (Republicanos/RS).



ATP

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) também foi homenageada no Fórum Brasil Export pelos dez anos de atividades. O almirante Murillo Pessoa, CEO da associação, recebeu a placa das mãos de Silvio Costa Filho e Fabrício Julião.



MARIANA PESCATORI

A recém-empossada Transportes também foi mulher a ocupar o feminino do Brasil entrega da placa a



secretária nacional de Portos e Aquaviários, Mariana Pescatori, homenageada. Ela é a primeira cargo. A presidente do conselho Export, Mayhara Chaves, fez a Mariana.



FABRIZIO PIERDOMENICO

Substituído justamente por Mariana Pescatori, o ex-secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, passou a fazer parte do conselho do Brasil Export. Na foto, tirada logo após a cerimônia de posse, ele aparece ao lado do presidente do colegiado, José Roberto Campos.

PEDRO BRITTO

Outra autoridade que também passa a fazer parte do conselho do Brasil Export é Pedro Britto. Ex-ministro e atual diretor-executivo da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), ele recebeu o pin alusivo ao conselho logo após sua participação em um painel da Associação dos Portos da Língua Portuguesa (Aplop).



Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/10/2023

BRASIL EXPORT - CARTA BRASIL EXPORT DEFENDE INVESTIMENTOS E MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA

Da Redação redacao@portalbenews.com.br

Documento reúne os principais pontos destacados durante o fórum nacional

O setor de infraestrutura brasileiro, especialmente o segmento de transportes, demanda maiores investimentos e um ambiente de negócios que leve a uma maior eficiência nas operações de cargas. Estes são alguns dos pontos defendidos na Carta Brasil Export 2023, documento que congrega os mais importantes pontos defendidos por autoridades e lideranças empresariais durante os três dias do evento, realizado de 16 a 18 deste mês em Brasília.

Anunciada com exclusividade pelo BE News, a carta também aponta a importância de projetos de transição energética e de resiliência, a fim de reduzir os impactos negativos das mudanças climáticas no setor, principalmente nos portos. Confira a seguir o documento na íntegra.

Carta do Brasil Export 2023

A abrangente programação do Brasil Export 2023 aumentou a intensidade do clamor por melhor infraestrutura e por um ambiente de negócios mais apropriado para aumentar a eficiência de movimentação de cargas em território brasileiro, seja para exportação, seja para o abastecimento interno. São muitas as demandas do setor de transportes visando melhor competitividade, o que



requer a busca pela harmonia junto ao Poder Público. Representantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário participaram ativamente do fórum nacional deste ano, fruto do trabalho desenvolvido pelo Grupo Brasil Export ao incentivar o diálogo e promover dinâmicas de interação junto à iniciativa privada, buscando sempre o bem comum, mesmo sabedores da inerente competição do mercado e de eventuais conflitos de interesses.

Logística e infraestrutura de transportes são temas vitais para o desenvolvimento de toda a sociedade. Nesse sentido, o nosso fórum foi organizado de forma a dar visibilidade às ações e demandas do setor, além de incentivar a mobilização institucional para colaborar ativamente para o desenvolvimento da multimodalidade e do transporte aquaviário.

Durante a quarta edição do ENAPH – Encontro Nacional de Autoridades Portuárias e Hidroviárias destacou-se o ambiente colaborativo entre os dirigentes de portos e terminais, numa linha de comportamento muito estimulada por nossos conselhos técnicos com o objetivo de apontar caminhos para a adoção de soluções de infraestrutura tanto para problemas específicos como para gargalos comuns entre os portos. Os debatedores alertaram para a urgência na melhoria da infraestrutura de acessos terrestres e aquaviários, o que passa por modelos adequados para a contratação de serviços de dragagem e a construção de novos trechos rodoviários e ferroviários. É preciso agir imediatamente, afinal são obstáculos crônicos que atrapalham a agilidade da movimentação de cargas, aumentam custos logísticos e atrapalham a mobilidade da população de modo geral.

Já a primeira edição nacional do InfraJur – Encontro de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes evidenciou a necessidade de aumentar a segurança jurídica de contratos e facilitar negociações por meio da arbitragem, um instrumento que necessita ser melhor divulgado e expandido no Brasil. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a média para resolução de conflitos em disputas no Judiciário é de 62 meses, enquanto com a arbitragem essa média é de 18 a 24 meses. A reforma tributária sob a ótica do setor de infraestrutura foi outro tema de destaque do Encontro, uma condição fundamental para o desenvolvimento econômico do País de forma geral. Regimes especiais como o Reporto exigem também atenção especial para viabilizar a modernização dos equipamentos utilizados nas operações portuárias.

OS DEBATEDORES ALERTARAM PARA A URGÊNCIA NA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DE ACESSOS TERRESTRES E AQUAVIÁRIOS, O QUE PASSA POR MODELOS ADEQUADOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DRAGAGEM E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS TRECHOS RODOVIÁRIOS E FERROVIÁRIOS

É PRECISO AGIR IMEDIATAMENTE, AFINAL SÃO OBSTÁCULOS CRÔNICOS QUE ATRAPALHAM A AGILIDADE DA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS, AUMENTAM CUSTOS LOGÍSTICOS E ATRAPALHAM A MOBILIDADE DA POPULAÇÃO DE MODO GERAL

O futuro dessas operações no Brasil também foi abordado ao longo do fórum nacional, projetado a partir de ações que contemplam a transição energética e as mudanças climáticas, visando o desenvolvimento sustentável em um caminho que não há mais volta. Nossos terminais precisam estar preparados para receber embarcações de porte cada vez maior e que navegam utilizando combustíveis que não agredem o meio ambiente. Precisamos formular políticas públicas que incentivem e estimulem a sustentabilidade em toda a cadeia de transportes, atentos também à crescente eletrificação de veículos e equipamentos.

O marco legal que aperfeiçoa a logística do setor ferroviário brasileiro é um bom exemplo de como ajustar nosso complexo ambiente de normas, leis e fiscalizações, facilitando investimentos privados e reduzindo a insegurança jurídica. Buscamos também maior assertividade e eficiência da regulação, com articulação adequada entre reguladores, regulados e formuladores de políticas públicas. Acreditamos que uma matriz de transportes mais equilibrada e que soluções criativas no ambiente público garantirão imediato ganho de eficiência logística e maior competitividade do País no comércio internacional.

Como destacou o CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, em seu discurso na solenidade de abertura do fórum nacional, “que sejamos criativos e ousados como já fomos há algum tempo quando em meio a este cerrado [Brasília] criamos o Paranoá, que nos acolhe e inspira”. Os caminhos fazem navegar os sonhos e conduzem ao sucesso que almejamos para o setor de infraestrutura e o bem que desejamos para o nosso Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/10/2023

BRASIL EXPORT - EXPO BRASIL EXPORT DESTACA SERVIÇOS E PROJETOS DO SETOR DE TRANSPORTES

Da Redação redacao@portalbenews.com.br

Uma das principais atrações do Brasil Export 2023 – Fórum Nacional de Logística, Infraestrutura e Transportes, a Expo Brasil Export reuniu profissionais do setor e entidades de classe para destacar inovações tecnológicas, tendências e novos serviços para o mercado de infraestrutura. A feira foi realizada durante os três dias do fórum – de 16 a 18 deste mês – reunindo mais de uma dezena de estandes. Montada no salão ao lado do auditório do fórum, no centro de convenções do hotel Royal Tulip, em Brasília, atraiu o público que prestigiou os debates deste ano. Confira a seguir alguns de seus participantes e as novidades que eles trouxeram para a Expo Brasil Export.



ABTRA

A equipe da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados trouxe o novo serviço Confere Web, evolução de seu Confere, que permite a inspeção de cargas a distância pelas autoridades aduaneiras. Na nova versão, a ferramenta está integrada à internet.

GRUPO AGEMAR

Os 40 anos do Grupo Agemar foram o grande destaque de seu estande, que mostrou as várias frentes de negócio que explora nos setores de transporte e logística.



FENOP

O estande da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) foi um dos mais concorridos, reunindo empresários dos portos brasileiros.

INCATEP

O estande da Incatep trouxe as novidades tecnológicas para o treinamento e a qualificação dos trabalhadores portuários, adotadas em terminais brasileiros e internacionais.



MODALGR

A equipe da ModalGR destacou suas soluções digitais e de inovação a fim de ampliar a eficiência e otimizar as operações das empresas do setor de transportes.



Divulgação/Brasil Export



Divulgação/Brasil Export

OSX BRASIL

A OSX mostrou seus novos projetos no mercado offshore de óleo e gás, principalmente a partir de suas instalações no Porto do Açú, no Rio de Janeiro.



Divulgação/Brasil Export

PRATICAGEM DO BRASIL

Um dos mais concorridos da Expo Brasil Export, o estande da Praticagem do Brasil reuniu práticos de várias partes do País e foi parada obrigatória de empresários e autoridades do setor de transportes que visitaram a feira.

PREFEITURA DE SANTOS

A Prefeitura de Santos (SP) participou do Expo Brasil Export, apresentando seu projeto Porto Valongo, no qual, em parceria com a Autoridade Portuária de Santos, irá implantar um centro de lazer e turismo em meio à área portuária. A inauguração será no próximo ano.



Divulgação/Brasil Export



Divulgação/Brasil Export

SUSTENTA INFRA BRASIL

O potencial do mercado de energias alternativas, com destaque para a solar, estava entre os destaques da Sustenta Infra Brasil, em seu estande.

BE NEWS

Uma das principais atrações do Expo Brasil Export foi o estúdio de entrevistas do BE News, que ocupou o centro da feira. A instalação foi utilizada para a gravação de programas da multiplataforma jornalística e a transmissão de entrevistas ao vivo, rendendo uma audiência recorde. Entre as autoridades que passaram por seus microfones, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, e o ministro do Supremo, André Mendonça.



Divulgação/Brasil Export

OPINIÃO – ARTIGOS - SUSTENTABILIDADE + EDUCAÇÃO = OPORTUNIDADE



**JOÃO EDUARDO
DE VILLEMOR AMARAL AYRES**
Presidente do Conselho ESG do Fórum Brasil
Export e fundador do J. Amaral Advogados
opinioao@portalbenews.com.br



JULIA PASSARO BERTAZZOLI
Advogada do J Amaral Advogados
opinioao@portalbenews.com.br

Caros leitores, é com grande satisfação que fazemos um convite verdadeiramente especial. O Conselho ESG do fórum Brasil Export, em colaboração inicial com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), lança uma iniciativa pioneira e inédita: a 1ª turma do programa permanente de certificação em liderança sustentável, o Sustainable Leadership, que ocorrerá em Portugal e, também, em aliança estratégica com a Nova School of Business and Economics.

Este programa executivo internacional foi concebido com a finalidade de capacitar os profissionais de média e alta gerência e direção, além de empresários e empreendedores do setor de infraestrutura, atuantes em seus respectivos segmentos, com a pauta de sustentabilidade e responsabilidade social e com um enfoque especial em temas mais do que atuais e estratégicos, como energias renováveis, economia circular, resiliência e adaptação às mudanças climáticas, descarbonização da economia, além de uma clara e necessária compreensão desses temas à luz do mercado europeu, hoje o mais importante motor de propulsão global nos temas relacionados à sustentabilidade.

Trata-se de uma oportunidade única, na medida em que o Conselho ESG do Brasil Export, com seu DNA de inovação e provocação constantes, concebeu um modelo de treinamento focado na sustentabilidade, sendo o eixo central a necessidade de disseminar o conhecimento entre aqueles encarregados de tomar decisões estratégicas em suas empresas e organizações de qualquer porte ou tamanho, e, ainda, com o intuito de fomentar uma mentalidade empresarial sustentável e que permeie todas as vertentes das organizações. Ademais, o Sustainable Leadership visa aprimorar e recapacitar competências necessárias para a ampliação do conhecimento e aprofundamento da compreensão nos setores estratégicos de liderança, governança e estratégia ambiental, social e corporativa.

É com enorme orgulho e satisfação que o Conselho ESG do fórum Brasil Export, juntamente com todos os demais conselhos e seus integrantes e, ainda, pela provocação do nosso CEO, Fabricio Julião, e de nosso presidente do Conselho Nacional, José Roberto Campos, e, igualmente importante, com o incondicional apoio do time da Agência Nacional de Transportes Terrestres, por meio da liderança de seu diretor executivo, Felipe Queirós, convida os caros leitores a se inscreverem e fazerem parte desta 1ª turma de formação executiva em sustentabilidade e liderança. Assim, poderão possar integrar um diferenciado grupo de executivos, empresários, empreendedores e formadores de opinião no setor de infraestrutura para, após a conclusão dessa formação, atuarem como embaixadores e embaixatrizes de um modelo de gestão que coloque a sustentabilidade no eixo estratégico das empresas e gere muitas oportunidades e impacto positivo, incluindo o financeiro.

Nosso curso será ministrado por um corpo docente altamente capacitado, com formação acadêmica sólida, preferencialmente formado por mestres e doutores, com experiência prática e com vasta vivência em gestão, sendo capazes de aliar teoria à prática.

Nossa provocação, ao unir executivos, empresários, empreendedores e formadores de opinião de diversos setores, entidades, empresas e startups, todos conectados e cientes da importância da sustentabilidade e dos valores ESG, é proporcionar ricas experiências de networking, troca de conhecimento, colaboração e aplicação prática dos temas discutidos.

Por fim e igualmente importante, o Sustainable Leadership promove mais uma concreta e assertiva iniciativa no estreitamento dos laços entre Brasil e entre Portugal, nesse caso na lente da educação, na medida em que nos conectamos com a melhor e mais importante escola de negócios de Portugal. A Europa é o centro de excelência e referência nas discussões atuais sobre sustentabilidade,

oferecendo-nos a oportunidade de embarcar em uma jornada de aprendizado, educação e literacia sustentável, o que permitirá aos participantes adquirir valiosa vivência europeia e que poderá ser aplicada imediatamente e de forma concreta no Brasil.

Nosso formato de jornada de educação no Sustainable Leadership propõe o melhor de três experiências, em um modelo híbrido e blend, combinando componentes online, ao vivo, presenciais e visitas técnicas guiadas. E a etapa presencial ocorrerá em Portugal, no período entre de 19 e 24 de novembro de 2023.

Não temos dúvidas de que será uma enriquecedora jornada de conhecimento, networking e geração de impacto positivo e que privilegiará e permitirá uma experiência de grande diversidade, equidade e inclusão na pauta empresarial da sustentabilidade. Contamos com a participação de todos e bem-vindos a bordo!

TRATA-SE DE UMA OPORTUNIDADE ÚNICA, NA MEDIDA EM QUE O CONSELHO ESG DO BRASIL EXPORT, COM SEU DNA DE INOVAÇÃO E PROVOCAÇÃO CONSTANTES, CONCEBEU UM MODELO DE TREINAMENTO FOCADO NA SUSTENTABILIDADE, SENDO O EIXO CENTRAL A NECESSIDADE DE DISSEMINAR O CONHECIMENTO ENTRE AQUELES ENCARREGADOS DE TOMAR DECISÕES ESTRATÉGICAS EM SUAS EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES DE QUALQUER PORTE OU TAMANHO

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 26/10/2023

OPINIÃO – INOVAÇÃO - INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA: A INICIAVA DO HUB BRASIL EXPORT



KARINA MARTINS

Diretora-executiva do HUB Brasil Export

opinioao@portalbenews.com.br

Inaugurado durante o fórum Brasil Export 2023, realizado de 16 a 18 de outubro em Brasília, o HUB Brasil Export nasce com o objetivo de impulsionar a inovação nos setores de infraestrutura, comércio exterior, logística e portos. Criado pelo Grupo Brasil Export, o projeto visa ser um agente de mudança para as economias brasileira e internacional, construindo uma ponte entre inovação e tecnologia para estabelecer um ecossistema colaborativo.

Com um cenário global em constante transformação, a necessidade de inovação nesses setores torna-se cada vez mais premente. O HUB Brasil Export responde a essa demanda ao integrar insights de líderes de mercado e tecnologias de ponta, como Blockchain, Internet das Coisas (IoT), Inteligência Artificial (IA), robótica, automação, big data e logística reversa. Essas ferramentas são fundamentais para impulsionar negócios disruptivos e sustentáveis, destacando-se como uma resposta criativa e eficaz aos desafios contemporâneos.

Além de prover um robusto programa de mentoria, pré-aceleração e eventos, o HUB se engaja em pesquisa e desenvolvimento (P&D), trilhas formativas e missões nacionais e internacionais. Um exemplo disso é o programa "Mentoria Export", apoiado pelo Sebrae, oferecendo orientação especializada em tecnologia e inovação de forma online e gratuita. Este programa visa expandir a visão global e melhorar a escalabilidade das soluções desenvolvidas pelos participantes.

Fabrizio Julião, fundador e CEO do Grupo Brasil Export, destaca que o HUB é mais do que uma inovação nos setores de atuação - ele representa uma conexão vital entre a experiência de profissionais renomados e a sede de inovação dos novos empreendedores. A parceria com o Sebrae apenas reforça a importância dessa interação, moldando de maneira significativa o futuro dos setores envolvidos.



A iniciava aposta na criação de uma sinergia entre experiência acumulada e inovação, gerando um ambiente onde colaboração e resultado caminham juntos, em uma jornada de crescimento e mudança.

As inscrições para o "Mentoria Export" já estão abertas, representando uma oportunidade única para mentores e mentorados impulsionarem a inovação e o crescimento nos setores de infraestrutura, comércio exterior, portos e logística. Este é um convite para unir experiência e renovação em um cenário colaborativo. Os interessados podem se inscrever como mentores especializados ou como mentorados em busca de orientação e crescimento. Para mais detalhes sobre o programa de mentoria e inscrições, acesse www.hubbrasilexport.com.br/mentoria

Este lançamento simboliza o compromisso do Grupo Brasil Export em atuar como um catalisador de mudanças no setor, reforçando seu papel no desenvolvimento sustentável e competitivo de setores fundamentais para a economia.

COM UM CENÁRIO GLOBAL EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO, A NECESSIDADE DE INOVAÇÃO NESSES SETORES (INFRAESTRUTURA, COMÉRCIO EXTERIOR, LOGÍSTICA E PORTOS) TORNA-SE CADA VEZ MAIS PREMENTE. O HUB BRASIL EXPORT RESPONDE A ESSA DEMANDA AO INTEGRAR INSIGHTS DE LÍDERES DE MERCADO E TECNOLOGIAS DE PONTA, COMO BLOCKCHAIN, INTERNET DAS COISAS (IOT), INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA), ROBÓTICA, AUTOMAÇÃO, BIG DATA E LOGÍSTICA REVERSA.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/10/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

CONCESSIONÁRIA PROMOVE AVANÇOS NAS OBRAS DA FERROVIA DE INTEGRAÇÃO CENTRO-OESTE

Informações: ANTT (26 de outubro de 2023)

A Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) constatou grandes avanços nas obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), realizados pela Concessionária Vale S.A., nas últimas operações de fiscalização.

A FICO foi concebida para interligar as áreas produtoras de grãos do Centro-Oeste até a Ferrovia Norte Sul, permitindo escoar a produção para os portos de Santos ou de São Luis. O trecho inicial, chamado FICO 1, tem 383 km de extensão e liga Mara Rosa (GO) a Água Boa (MT).

A obra avança com a execução da terraplenagem do pacote 1 (km 0 ao 30), próximo a Mara Rosa (GO), além de obras de arte corrente e de drenagem. As obras da alça de ligação da FICO com a Ferrovia Norte Sul, que já está em operação no Tremo Central, na altura de Mara Rosa/GO, estão adiantadas e em breve permitirão a instalação de trilhos, o que permitirá o carregamento de materiais para o avanço das obras com maior eficiência logística.

Também foram iniciadas obras de infraestrutura no pacote 3, entre os km 80 a 104, próximo a Santa Terezinha de Goiás. A ANTT está na iminência da certificação dos projetos do pacote 2, o que significa a permissão para execução da desapropriação e das obras, liberando 105 km contínuos de obras.

P3 Awards

Na próxima quinta (26/10), a ANTT participa do P3 Awards, premiação internacional cujo objetivo é reconhecer e condecorar iniciativas bem-sucedidas em parcerias público-privadas (PPP), firmadas



por instituições de todo o mundo, com o projeto “Inovação com Investimento Cruzado na Antecipação do Contrato de Concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM”, que viabilizou a construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO).

Investimento Cruzado

Em dezembro de 2020, foi formalizado o Investimento Cruzado para o trecho de Mara Rosa à Água Boa por meio da assinatura do Anexo 9 do 3º Termo Aditivo – Renovação do Contrato de Concessão da Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM), celebrado entre a Infra S.A., a Vale e a ANTT, com fundamento na Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017.

Com base no art. 25, § 1º, da referida Lei, foi exigido, como contrapartida à celebração do 3º Termo Aditivo, a realização de investimentos em malha de interesse da administração pública não incidentes na área da Concessão.

Além de ser um “investimento cruzado”, medida criativa para execução de uma obra pública por meio de investimento privado, sua implantação conta também com os institutos inovadores de Organismo de Inspeção Acreditada (OIA), certificado pelo Inmetro para acreditar os projetos e a execução da obra, além do comitê de resolução de conflitos (Dispute Board). Essas inovações buscam garantir a qualidade da obra e o atendimento aos critérios de engenharia, desonerando os recursos públicos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/10/2023

BRASIL TREINA PRONTA RESPOSTA A EMERGÊNCIAS NUCLEARES

Informações: Agência Marinha de Notícias (26 de outubro de 2023)

Exercício realizado no Rio de Janeiro contou com a participação da Marinha e de outras instituições

O Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC) sediou, de 17 a 20 de outubro, um exercício de aprimoramento de planos e processos para que a Fábrica de Combustível Nuclear de Resende (RJ) tenha condições de reagir a diversas situações de emergência.

O Exercício Parcial Integrado de Resposta à Emergência e Segurança Física, denominado RESEX, é parte do programa de atividades do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON), coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), órgão central do SIPRON.

Desde a fase de planejamento, os exercícios contaram com o apoio da Marinha do Brasil (MB), em sua coordenação, por meio do Centro de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica. De acordo com o Comandante do Centro, Capitão de Mar e Guerra (Fuzileiro Naval) Flávio Lamego Pascoal, “o apoio da Marinha no atendimento a emergências contribui com a integração das capacidades de resposta disponíveis nos mais diversos órgãos públicos”.

O RESEX proporciona melhoria no atendimento da emergência, aprimora procedimentos e demonstra a capacidade da Marinha de operar com efetividade, em parceria com as demais agências, pelo Programa Nuclear Brasileiro (PNB).

Outros órgãos que fizeram parte do exercício foram a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), o Ministério da Defesa, as Forças Armadas, Órgãos de Segurança Pública, além do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

A Fábrica de Combustível Nuclear de Resende atua na cadeia produtiva do urânio, no chamado “ciclo do combustível nuclear”, que inclui a mineração, o beneficiamento, o enriquecimento, além da fabricação de pó, pastilhas e do combustível que abastece as usinas nucleares brasileiras. É uma empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que exerce o monopólio da produção e comercialização de materiais nucleares.

A Constituição Brasileira determina que a energia do urânio só pode ser usada no país para fins pacíficos. Além da produção de eletricidade, a energia nuclear também vem sendo utilizada amplamente em outras áreas: medicina, meio ambiente, engenharia, produção de radiofármacos, agricultura, conservação de alimentos, esterilização de materiais diversos e pesquisa.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/10/2023

CÂMARA APROVA TAXAÇÃO DE OFFSHORES E FUNDOS EXCLUSIVOS, E TEXTO SEGUE PARA O SENADO

Informações: CNN Brasil (26 de outubro de 2023)



Assista [aqui](https://youtu.be/TzAw_k7IUcw) :
https://youtu.be/TzAw_k7IUcw

Proposta é considerada essencial pela equipe econômica do governo para aumentar arrecadação federal em 2024 e zerar déficit nas contas públicas

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (25) o projeto de lei que prevê a taxação das offshores e dos fundos exclusivos. O texto vai ao Senado.

A proposta que trata da taxação das offshores e dos fundos exclusivos é considerada essencial pela equipe econômica do governo para aumentar a arrecadação federal em 2024 e zerar o déficit nas contas públicas.

Tramitando em regime de urgência constitucional, o texto estava trancando a pauta do plenário da Câmara desde 14 de outubro. Com isso, nenhum outro projeto de lei poderia ser votado até que o texto em urgência fosse analisado pelo plenário.

Offshores

Offshore é uma nomenclatura usada para investimentos feitos no exterior. Geralmente, esses fundos têm sede em outro país e contam com ativos internacionais. Em muitos casos, porém, o gestor desse investimento está no Brasil.

Atualmente, no caso de offshores, a taxação ocorre apenas se uma empresa localizada no exterior transfere o lucro da companhia para o sócio pessoa física no Brasil. Se o sócio, no entanto, optar por manter os recursos no exterior, a tributação é adiada e, em alguns casos, nem chega a acontecer. Segundo o parecer de Pedro Paulo, a tributação será feita com a alíquota de 15%, independente dos valores dos rendimentos, de forma anual.

Pelo texto, a variação cambial de depósitos em conta corrente ou em cartão de débito ou crédito no exterior não ficará sujeita à tributação “desde que os depósitos não sejam remunerados e sejam mantidos em instituição financeira no exterior reconhecida e autorizada a funcionar pela autoridade monetária do país em que estiver situada”.

Já a variação cambial de moeda estrangeira em espécie não ficará sujeita à taxação até o limite de venda de moeda equivalente a US\$ 5 mil no ano.

Fundos exclusivos

Já fundos exclusivos são produtos montados especificamente para um ou alguns cotistas (geralmente membros de um mesmo grupo ou família). Atualmente, a tributação ocorre somente no momento de resgate da aplicação.



Dados do governo federal mostram que 2,5 mil brasileiros têm recursos aplicados nesses fundos, que acumulam R\$ 756,8 bilhões. Eles correspondem a 12,3% dos fundos no país.

De acordo com a proposta, rendimentos decorrentes de fundos de investimento serão submetidos a uma tributação semestral periódica (chamada de “come-cotas”), com alíquotas de 15% no caso dos fundos de longo prazo, e de 20%, no caso dos fundos de curto prazo.

Um ponto que foi alvo de negociações foi a mudança nos requisitos para a isenção de Imposto de Renda para pessoa física nos rendimentos dos Fundos de Investimento em cadeias Agroindustriais (Fiagros) e dos Fundos de Investimento Imobiliário (FIIIs).

Atualmente, para se ter a isenção em rendimentos de FIIIs e Fiagros, os fundos precisam ter um mínimo de 50 cotistas. Pedro Paulo ampliou o número de cotas para 100 e limitou até 30% as cotas que familiares de até segundo grau podem deter.

Pedro Paulo ainda acolheu uma sugestão para que empresas que operem no país, com ativos virtuais, independentemente de seu domicílio, fiquem obrigadas a fornecer informações periódicas de suas atividades e de seus clientes à Receita Federal e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

Atualização de rendimentos

Quando enviada ao Congresso, a proposta do governo previa uma taxa de 10% para quem optar por atualizar os rendimentos até 31 de dezembro deste ano.

Na primeira versão do relatório, Pedro Paulo reduziu a alíquota para 6%, mas após conversas com líderes, aumentou o percentual para 8%.

A tributação vale para fundos exclusivos e para offshores, sendo voluntária para este último.

“É um incentivo que se dá e se abre essa janela para essa antecipação até dezembro de uma atualização deste estoque a 8%”, disse o relator.

A partir de janeiro de 2024, valem as alíquotas estabelecidas para os rendimentos de offshores e fundos exclusivos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 26/10/2023

EVERGREEN FIRMA PARCERIA COM CIP PARA DESENVOLVER COMBUSTÍVEIS MARÍTIMOS BASEADOS EM HIDROGÊNIO

Informações: Guia Marítimo (26 de outubro de 2023)

Evergreen e Copenhagen Infrastructure Partners rumo à neutralidade de carbono em 2050

A Evergreen Marine Corporation, comprometida em atingir a neutralidade de carbono até 2050, alinhando-se à estratégia da Organização Marítima Internacional (IMO), uniu forças com a Copenhagen Infrastructure Partners (CIP). A colaboração tem como foco principal o desenvolvimento de combustíveis marítimos baseados em hidrogênio.

O acordo entre a Evergreen e a CIP, representada pelo seu Fundo de Transição de Energia, foi oficializado por meio de um Memorando de Entendimento (MOU). Com mais de 200 navios porta-contêineres operando globalmente, a descarbonização de uma operação de tal magnitude requer a consideração de diversos tipos de combustíveis. Para explorar e potencialmente desenvolver essas soluções, a Evergreen optou por colaborar com a CIP.

A colaboração abrangerá várias dimensões, incluindo a produção de e-combustíveis em Taiwan, aproveitando a energia eólica offshore. Além disso, serão exploradas opções de fornecimento de outros combustíveis verdes, como e-amônia e e-metanol. Taiwan desempenha um papel

fundamental nas cadeias de abastecimento globais, não apenas como produtor, mas também como operador de navios porta-contêineres, controlando aproximadamente 10% da frota mundial.

As condições favoráveis para a energia eólica offshore em Taiwan e o crescente apoio governamental à descarbonização tornam o país um potencial produtor de combustíveis do futuro. A CIP está atualmente envolvida na construção e desenvolvimento de diversas fazendas de energia eólica offshore em Taiwan, com fortes vínculos com as indústrias e a sociedade taiwanesa.

Felix Pahl, parceiro da CIP, afirmou: “O Fundo de Transição de Energia é o maior do mundo dedicado a investir e desenvolver tecnologias avançadas de energia que apoiam a transição para fontes de energia renovável. A CIP já tem uma forte presença em Taiwan e estamos ansiosos para colaborar com a Evergreen para apoiar ainda mais a ambição de Taiwan de atingir a meta de neutralidade de carbono até 2050.”

A Evergreen destaca que essa colaboração com a CIP representa mais um passo em sua estratégia de redução de carbono alinhada com a meta da IMO de atingir emissões líquidas de carbono zero no transporte marítimo. A Evergreen tem como objetivo atingir essa meta até 2050.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 26/10/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

ESTADOS DEFINEM AUMENTO DO ICMS DA GASOLINA E DIESEL EM FEVEREIRO DE 2024

Alíquota fixa da gasolina vai subir 15 centavos por litro

Por Hanrikson de Andrade 26 de outubro de 2023 Em Combustíveis, Política energética



São Paulo - Posto de gasolina em Pinheiros.

BRASÍLIA – Convênios publicados pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), nesta quinta-feira (26/10), elevam o ICMS ad rem da gasolina, em 15 centavos, e o do diesel, em 12 centavos.

O tributo incidente sobre a gasolina subirá de R\$ 1,22 para R\$ 1,37 por litro comercializado. E diesel e biodiesel, de R\$ 0,94 para R\$ 1,06 por litro.

Um dos convênios do Confaz também altera o valor do ICMS do GLP, o gás de cozinha, e do GLGN (variação derivada de gás natural), de R\$ 1,25 para R\$ 1,41 por kg.

As mudanças foram publicadas no Diário Oficial da União e entram em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2024.

O reajuste ocorre depois da sanção presidencial ao projeto de lei complementar 201/23, que prevê a compensação de R\$ 27 bilhões às unidades federativas pelas perdas de receita com as mudanças do ICMS feitas durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.



A nova legislação, aprovada no plenário do Senado em 4 de outubro, mexeu no texto da lei complementar que estabelece o regime monofásico (LCP 192/22), possibilitando o aumento da carga tributária dos combustíveis.

Foram retiradas travas às alíquotas do imposto interestadual, como a carência de 12 meses entre a primeira fixação e o primeiro reajuste. O Congresso também deu fim ao intervalo mínimo de seis meses entre os recálculos.

Além disso, a lei 201/23 desobriga as secretarias de Fazenda a manter preso proporcional do ICMS, com estimativas de evolução, para formação do preço que é cobrado no posto.

Os estados voltam, assim, a ter possibilidade de fixar alíquotas reduzidas (combustíveis, energia elétrica e gás natural) em níveis mais elevados do que os que estavam em vigor à época da publicação da lei da essencialidade (194/22) – junho do ano passado.

A LCP 194/2022 classifica combustíveis, energia e telecomunicações como bens e serviços essenciais e que, portanto, não podem ter a alíquota percentual de ICMS majorada — a lei criou o chamado “teto de ICMS”.

Modelo do ICMS será o mesmo

A LCP 201/23 deu ao Confaz a chance de aumentar a carga tributária dos combustíveis, por outro lado, vedou brecha para uma possível discussão sobre a modelagem do imposto interestadual.

Ele fica como está: (alíquota fixa), monofásico e uniforme em todo o território nacional. Exatamente como fora implementado durante o primeiro semestre, na esteira de decisões do ministro André Mendonça (relator da ADI 7164).

Na prática, ao impedir que os estados possam mexer no modelo do ICMS, o Legislativo deixou de cumprir cláusulas do acordo mediado no Supremo entre União, estados e municípios, em dezembro do ano passado – pactuação que foi a base da LCP 201/23.

Segundo os termos originais, a competência para deliberar sobre o tributo seria devolvida ao Confaz.

A medida recebeu o apoio do setor de combustíveis, onde havia entendimento de que os dispositivos do acordo celebrado no STF (revogação de trechos das LCPs 192/22 e 194/22) seriam uma brecha para o retorno do modelo ad valorem (percentual de imposto sobre o preço médio dos combustíveis).

Isso porque, nos termos do acordo do STF, não se fala claramente na adoção de uma alíquota fixa, e sim na garantia da competência dos entes federados para que estes possam optar, por meio do Confaz, entre o ad rem ou o ad valorem, com base na legislação em vigor – ou seja, na lei complementar 192/22.

O Comsefaz, por sua vez, cobrava do relator da proposta na Câmara, Zeca Dirceu (PT/SP), o cumprimento do acordo original na íntegra.

E argumentava que o não cumprimento representa uma perpetuação de um erro que o STF buscou corrigir durante a fase de conciliação: devolver a competência para deliberar sobre o ICMS a quem é de direito, segundo a Constituição Federal – o Confaz.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 26/10/2023

ARCELORMITTAL E EDP VÃO ESTUDAR USO DE HIDROGÊNIO VERDE NA PRODUÇÃO DO AÇO

Empresas assinaram memorando de entendimento para avaliar viabilidade técnica e econômica de uma planta-piloto de hidrogênio

Por eptr 26 de outubro de 2023 Em Empresas, Hidrogênio



Da esquerda para direita: Jorge Oliveira, CEO ArcelorMittal Latam; Renato Casagrande, governador do ES; Nicola Davidson, VP de Comunicação e Sustentabilidade da ArcelorMittal; e João Marques da Cruz, CEO da EDP Brasil (Foto: Divulgação)

BRASÍLIA — ArcelorMittal Tubarão e EDP assinaram nesta quinta (26/10) um memorando de entendimento (MoU) para avaliar a viabilidade técnica e econômica de uma planta-piloto para a produção e uso de hidrogênio verde no processo de fabricação do aço.

Localizada na região metropolitana da Grande Vitória, no Espírito Santo, a unidade de produção integrada de aços planos de Tubarão está investindo em iniciativas para produzir aço com baixo teor de carbono.

CEO ArcelorMittal Aços Planos América Latina, Jorge Oliveira explica que a iniciativa está alinhada com a meta global do grupo de se tornar neutro em carbono até 2050.

“Com essa colaboração, exploraremos a possibilidade e viabilidade de, futuramente, incorporar e aplicar o hidrogênio como parte do nosso processo produtivo contribuindo, juntamente, com alternativas para nos tornarmos no futuro uma empresa carbono neutro”.

Embora seja um piloto, está no radar da produtora de aço analisar a viabilidade de expandir a aplicação do H2 verde para para outras unidades no Brasil futuramente, conta Oliveira.

Também esta semana, a ArcelorMittal firmou um convênio com a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) para a criação de um centro de descarbonização industrial em Belo Horizonte (MG).

Com investimento inicial de R\$ 34 milhões, a ideia é desenvolver projetos de P&D relacionados a biocombustíveis sustentáveis, uso de hidrogênio verde, captura e transformação de CO2 e novas tecnologias de produção de aço.

Estudo de viabilidade

A primeira etapa da parceria, de viabilidade preliminar, avaliará os aspectos técnicos, econômicos e ambientais do projeto. Também serão definidos o escopo e os requisitos para a execução, para subsidiar as decisões relacionadas às próximas fases do empreendimento.

Os estudos começaram em agosto, com grupos de trabalho das áreas de engenharia, desenvolvimento de projeto, ambiental, utilidades, regulação e financeiro identificando possíveis modelos de negócios com retornos para ambas as empresas.

Segundo as companhias, a viabilidade de instalação de uma planta-piloto será avaliada de acordo com os resultados obtidos nas diversas etapas do estudo, principalmente no Estágio de Definição do Projeto. O estudo deverá ser concluído em um ano.

“Para que o Brasil possa despontar como uma referência na produção de Hidrogênio Verde é crucial que haja demanda. A parceria com a ArcelorMittal é um exemplo de como a EDP está trabalhando para fomentar este mercado”, comenta João Marques da Cruz, CEO da EDP Brasil.

A EDP planeja ampliar a produção de hidrogênio a partir da eletrólise com energia renovável. A empresa produziu a primeira molécula de hidrogênio verde da América Latina em dezembro de 2022.

“Esperamos que este seja o primeiro projeto de expansão da produção hidrogênio verde e de parcerias estratégicas da EDP com diferentes segmentos da indústria que podem ser descarbonizados”, completa.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 26/10/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

APÓS TROCA NA CAIXA, LIRA E LÍDERES DA CÂMARA VÃO SE REUNIR COM HADDAD PARA DISCUTIR VOTAÇÃO DE PROJETOS ECONÔMICOS DO GOVERNO

Entre as pautas está o projeto de subvenções do ICMS e a LDO de 2024. Nesta terça, Câmara aprovou taxação dos super-ricos logo após oficialização de troca de comando no banco

Por Gabriel Sabóia — Brasília



Plenário da Câmara durante votação — Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados se prepara para uma nova fase de entregas ao governo no âmbito econômico, depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter atendido aos interesses do Centrão com a demissão da presidente da Caixa Econômica Federal, Rita Serrano, para acomodar o aliado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), Carlos Antônio Vieira Fernandes, nesta terça-feira. Na reunião de líderes desta quinta ficou acordado que

o presidente da Casa se reunirá com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na próxima semana pra tratar de duas pautas econômicas de interesse dos governistas.

STF: bancos podem tomar imóveis de devedores sem decisão judicial. Entenda o que é alienação fiduciária

Reforma Tributária: veja em infográfico como é hoje e como ficará a cobrança de impostos

A primeira é um projeto que altera as regras de tributação das subvenções concedidas pelo poder público para atrair empresas ou estimular empreendimentos já existentes, como ICMS. Ainda na semana que vem, o relator do projeto deve ser escolhido.

Em outra frente, o relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 deve ser levado à Comissão Mista de Orçamento (CMO) na semana que vem e submetida ao plenário do Congresso na semana do dia 20 de novembro.

IPCA-15: prévia da inflação avança 0,21% em outubro, com salto das passagens aéreas

Nesta terça, pouco depois de oficializada a troca na Caixa, a Câmara o projeto que prevê a taxação dos "super-ricos". A proposta, que foi aprovada em plenário por 323 votos a 119 — o que mostrou a aderência à pauta.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 26/10/2023

PETROBRAS E ESTATAL BOLIVIANA PLANEJAM INVESTIR US\$ 2,5 BI EM FÁBRICA DE FERTILIZANTES NA BOLÍVIA

YPFB anuncia projeto para Puerto Quijarro, na fronteira com Mato Grosso do Sul. Brasil responde por 80% das vendas de fertilizantes do país vizinho

Por Bloomberg

A estatal boliviana YPFB informou, em comunicado enviado ao mercado financeiro, que está discutindo com a Petrobras um investimento de US\$ 2,5 bilhões para construir uma fábrica de fertilizantes em Puerto Quijarro, cidade da Bolívia que fica próxima à fronteira com o Mato Grosso do Sul.

A fábrica iria fazer o processamento de amônia e ureia. O Brasil consome 80% da produção atual de fertilizantes da Bolívia, e a unidade em Puerto Quijarro terá capacidade para produzir 4.200 toneladas por dia, de acordo com a YPFB.

Na semana passada, uma delegação da Petrobras visitou o país. Procurada pela agência Bloomberg, a estatal brasileira não respondeu sobre esse projeto na Bolívia.

Durante a viagem da semana passada, executivos da Petrobras tiveram reuniões no Ministério de Hidrocarbonetos e Energias da Bolívia para discutir o fornecimento de gás natural, energia renovável, fertilizantes, lítio e investimentos em exploração e produção de petróleo e gás no país, disse o CEO Jean Paul Prates em uma postagem em rede social.

A Petrobras demonstrou interesse em retomar investimentos nos países vizinhos, Venezuela e Bolívia, o que Prates disse fazer "sentido geopolítico" devido ao vasto potencial de petróleo e gás nesses países.

O alívio das sanções à Venezuela "inspira seriamente" a Petrobras a pensar em investir na nação rica em petróleo, que precisará de fundos para reconstruir sua indústria deteriorada, disse Prates em uma entrevista nesta semana.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 26/10/2023

GOVERNO VAI ANUNCIAR OFICIALMENTE O FIM DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

Maior terminal marítimo da América Latina terá investimento de capital privado via PPPs

Por João Sorima Neto — São Paulo



Novo ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho
— Foto: Brenno Carvalho

O ministro Sílvio Costa Filho, dos Portos e Aeroportos, vai anunciar o fim do Programa de Parcerias de Investimento (PPI) que previa a privatização do Porto de Santos, no litoral paulista, nesta sexta-feira. O ministro disse que será preservada a autoridade portuária e que o capital privado será atraído para investimentos no terminal através de Parcerias Público Privadas (PPPs).

Em evento no comitê de infraestrutura da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), Costa Filho afirmou que com obras de dragagem definitiva, construção de um túnel entre Guarujá e Santos, e outras reformas para aumento de capacidade, o Porto de Santos deverá receber investimentos de R\$ 13,4 bilhões nos próximos oito a dez anos.

— Vamos anunciar o fim do PPI e estamos desenhando uma modelagem de PPP com o governo de São Paulo para a construção do túnel Santos/Guarujá, uma obra que há cem anos não sai do papel — disse o ministro, lembrando que o túnel é a maior obra prevista no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A privatização do Porto de Santos havia sido aprovada já no final da gestão do presidente Jair Bolsonaro, mas o governo do presidente Lula decidiu não avançar com a desestatização, optando por PPPs para ter a participação do capital privado no maior terminal marítimo da América Latina.

O ministro vai detalhar nesta sexta-feira, em visita ao Porto de Santos, como serão investidos os R\$ 400 milhões de investimentos em obras de infraestrutura viária. Esses investimentos foram discutidos com o governador de São Paulo, Tarcísio Filho.

Costa Filho disse que só em obras definitivas de dragagem, o terminal paulista deverá receber investimentos de R\$ 6 bilhões, também via PPPs. Ele também falou sobre investimento em um aeroporto no Guarujá, dizendo que pela sua importância, a cidade não "pode ter problemas aeroportuários".

O ministro confirmou a restrição de passageiros entre 6,5 milhões a 6,8 milhões por ano no aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, e afirmou que estudos para isso devem ser concluídos em 30 dias. O ministro disse que junto ao Tribunal de Contas (TCU) essa modelagem deve ser validade.

O ministro afirmou também que serão retomados os estudos de um novo aeroporto em São Paulo, possivelmente no município de Caieiras, que já tem um projeto. O ministro disse que conversas com a iniciativa privada sobre a necessidade de um novo terminal já estão acontecendo e será discutida a viabilidade.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 26/10/2023

STF AUTORIZA RETOMADA DE IMÓVEIS DE DEVEDORES POR BANCOS SEM DECISÃO JUDICIAL. VEJA COMO VOTARAM OS MINISTROS

Corte concluiu que os bancos podem fazer arresto automático da propriedade em caso de atraso em pagamento de financiamentos imobiliários, sem pedir autorização à Justiça

Por Daniel Gullino — Brasília



Plenário do STF — Foto: Carlos Moura/STF/04-10-2023

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira que, quando houver atraso no pagamento de um financiamento imobiliário, os bancos e outras instituições financeiras podem tomar, sem decisão judicial, aquele imóvel que está sendo financiado.

A decisão foi baseada na lei que criou a alienação fiduciária, termo jurídico que define o uso do próprio imóvel financiado como garantia do empréstimo. Se o mutuário não pagar, o apartamento, casa ou terreno

fica para o banco. E essa execução não precisa passar pela Justiça, pode ser feita rapidamente num cartório, chancelou o STF.

A discussão envolve uma lei de 1997 que criou a alienação fiduciária, respaldada agora pelo Supremo para todos os contratos desse tipo, a partir de um caso particular.

No caso que motivou o julgamento, um homem questionou a alienação de seu imóvel realizada pela Caixa Econômica Federal, alegando que não houve direito à ampla defesa, ao contraditório. A sentença foi mantida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), e houve recurso para o STF, que foi negado pelo ministros.

A decisão do STF foi definida por ampla maioria entre os atuais dez integrantes da Corte (o presidente Lula ainda não indicou o substituto de Rosa Weber, que se aposentou recentemente). Foram 8 votos a favor do entendimento e dois contra. Veja a seguir como votaram os ministros.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 26/10/2023

PACHECO DIZ A ALIADOS QUE VAI PRIORIZAR AGENDA ECONÔMICA DO GOVERNO

Presidente do Senado indica que temas vão andar em paralelo aos projetos que limitam poderes de ministros do STF

Por Camila Turtelli — Brasília



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), recebe o ministro da Fazenda, Fernando Haddad — Foto: Divulgação

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sinalizou a aliados que dará prioridade à pauta econômica do governo com projetos que aumentam a arrecadação. Além da Reforma Tributária, o senador quer avançar com as propostas que taxam offshores e fundos exclusivos e a das apostas esportivas, ao mesmo tempo que vai acelerar a chamada Lei dos Seguros. O movimento ocorre em paralelo ao

andamento de textos que limitam poderes de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), agenda que não é prioritária para o Palácio do Planalto.

O empenho de Pacheco com esses temas foi reforçado após o encontro com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nesta semana. Na ocasião, o senador também se comprometeu a pautar as indicações para o Banco Central, assim que chegarem à Casa. O presidente da Casa está disposto a deixar assuntos como as mudanças na lei do impeachment e reeleição, os quais defende, para o próximo ano.

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, por 323 votos a 119, o projeto de lei que estabelece a taxação dos chamados fundos exclusivos (voltados para alta renda no Brasil) e offshores (no exterior). A votação ocorreu após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demitir a presidente da Caixa Econômica Federal, Rita Serrano, e indicar um nome próximo ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para o cargo. O texto vai agora para o Senado, onde deve ganhar prioridade.

Pacheco também deu celeridade ao andamento da Reforma Tributária, após a conclusão do relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM). O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP), abriu uma sessão extra para leitura do parecer após a sabatina de indicados para o Supremo Tribunal de Justiça (STJ).

Outra promessa, é a chamada Lei dos Seguros. Haddad disse, no começo da semana, acreditar que o relatório, nas mãos do senador Jader Barbalho (MDB-PA), esteja pronto para ser votado na próxima semana.

O Senado também deve votar na semana que vem, na Comissão de Esporte, o projeto que regulamenta as apostas esportivas por meio de quota fixa, de iniciativa do Executivo. O texto foi aprovado pela Câmara em setembro e trata de questões como pagamento de outorga, nova distribuição da arrecadação, exigências e restrições.

O projeto tramita ao mesmo tempo em duas comissões. Na de Assuntos Econômicos, o relator é o senador Angelo Coronel (PSD-BA) que se reuniu com Haddad na quarta-feira para falar sobre o parecer.

—A ideia é trazer novos recursos para melhorar a arrecadação da União. Esperamos votar ainda em novembro no Senado —afirmou o relator.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 26/10/2023

ESTADOS ANUNCIAM ALTA DE ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS A PARTIR DE FEVEREIRO

Imposto estadual sobre a gasolina subirá R\$ 0,15 por litro; alta na cobrança sobre o diesel é de R\$ 0,12

Por Alvaro Gribel — Brasília



No Brasil, aumento do preço da gasolina foi um dos responsáveis por pressionar a inflação, assim como energia elétrica e carros novos — Foto: Getty Images

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) anunciou nesta quinta-feira que as alíquotas de ICMS que incidem sobre os combustíveis vão subir a partir de 1º de fevereiro de 2024.

Segundo despacho publicado no Diário Oficial, a incidência do imposto para o litro de gasolina e etanol anidro saltará de R\$ 1,22 para R\$ 1,37, uma alta de R\$

0,15.

Para o diesel e biodiesel, subirá de R\$ 0,94 para R\$ 1,06; um aumento de R\$ 0,12. Já para para GLP/GLGN, inclusive o derivado do gás natural, saltará de R\$ 1,25 para R\$ 1,41, alta de R\$ 0,16.

A decisão foi tomada após reunião do colegiado, no último dia 20, que reúne o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dário Durigan, e secretários dos estados.

O aumento só começa a valer em fevereiro porque há um princípio de "noventena" para alta desse tipo de tributo.

Os estados não explicaram o motivo das altas. No ano passado, uma lei unificou o ICMS sobre combustíveis e estabeleceu a cobrança por litro (e não um percentual sobre o preço). Essa mesma lei prevê que o primeiro aumento poderia ser feito um ano depois da lei. Depois, a cada seis meses.

Em nota, o Comsefaz, que reúne os secretários estaduais de Fazenda, afirmou que a medida está em consonância com o novo marco de tributação de combustíveis e que as novas alíquotas terão validade até o fim de 2024.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 26/10/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PETROLEIROS COMEÇAM PARALISAÇÕES NESTA SEXTA PARA PRESSIONAR PETROBRAS POR REAJUSTE

Categoria pede reajuste real de 3% nos salários, além de 3,8% relativo à reposição das perdas passadas e equiparação entre as tabelas salariais da Petrobras e subsidiárias

Por Gabriel Vasconcelos

RIO - Os sindicatos de petroleiros vão começar a realizar paralisações a partir desta sexta-feira, 27, para pressionar a Petrobras na negociação pelo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Eles pedem um

reajuste real de 3% nos salários, além de 3,8% relativo à reposição das perdas passadas e equiparação entre as tabelas salariais da Petrobras e subsidiárias.

Em assembleias realizadas em todo o País desde 18 de setembro, a categoria rejeitou a segunda contraproposta da Petrobras que propunha 1% de ganho real, além da reposição da inflação, já antecipada, totalizando 5,66% de reajuste.

A decisão das paralisações vem da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). O coordenador geral da FUP, Deyvid Bacellar, disse ao Estadão/Broadcast que essas paralisações demoram cerca de três a quatro horas com diferentes formatos.

Começarão nas refinarias e usinas termelétricas (UTES) da estatal, e prosseguirão, na semana seguinte, com paradas nas subsidiárias na segunda-feira, 30; unidades administrativas na terça-feira, 31; e culminando em paralisações nas bases de Exploração e Produção na quarta-feira, 1º de novembro. Com isso, tradicionalmente, os embarques dos trabalhadores são atrasados.



Petroleiros pedem reajuste de 3% acima da inflação Foto: Fabio Motta / Estadão

Outras pautas

Além do salário, questões prioritárias para a categoria estão na mesa de negociações, como o resgate do plano de saúde AMS, e da previdência complementar, a Petros.

Uma terceira pauta paralela à questão salarial são as transferências compulsórias que aconteceram mediante vendas passadas de ativos; a uma política de recomposição de efetivo via concurso público; o pagamento de horas-extras; regramento de teletrabalho, entre outros tópicos.

Segundo fontes, uma parte dessas demandas têm sido levada à diretoria da Petrobras, mas dependem da revisão de normas da Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, comandado por Esther Dweck. Haveria reuniões frequentes com os técnicos, mas as partes gostariam de envolver diretamente a ministra.

A principal reivindicação diz sobre o plano de saúde da categoria, que conta com uma relação de custeio da AMS de 60% pela empresa e 40% pelos trabalhadores, uma relação que já foi de 70% e 30%, respectivamente. Além disso, haveria “descontos abusivos” na AMS ligada a saldo devedor cuja auditoria é questionada pelos sindicatos.

“A Secretaria diz que qualquer direito maior do que a CLT só será possível se estiver no ACT atual, nada adicional pode ser acordado em mesa. Isso é um absurdo”, diz Bacellar.

Dividendos

“A Petrobras distribuiu, nos anos de 2021 e 2022, mais de R\$ 380 bilhões em dividendos. Não dá para aceitar que uma empresa desse porte, com resultados extraordinários, continue sacrificando os trabalhadores e enriquecendo acionistas”, reclama o dirigente sindical.

Ele diz que o projeto do governo anterior, focado na geração de rentabilidade máxima para o mercado financeiro, teve “consequências nefastas” para os empregados da Petrobras que podem ser, agora, revertidos, a depender do Ministério da Gestão e da Inovação.

“Houve um desmonte da AMS no último governo, redução de efetivos, retirada de direitos e transferências compulsórias que levaram ao adoecimento mental e físico de trabalhadores. Estamos sob nova gestão e esses danos devem ser reparados”, diz.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 26/10/2023

SETORES DE MINÉRIO E PETRÓLEO REAGEM A 'IMPOSTO DO PECADO': 'VAI AFETAR TODOS OS CONSUMIDORES'

Segmentos criticam nova taxaço sobre a extraço desses recursos naturais não renováveis; Imposto Seletivo terá alíquota de até 1% sobre essas atividades

Por Bianca Lima e Mariana Carneiro

BRASÍLIA - Setores ligados à mineração e à exploração de petróleo e gás estão insatisfeitos com o novo relatório da reforma tributária, apresentado nesta quarta-feira pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), e já se articulam para garantir mudanças no texto.

A principal preocupação é com a cobrança de até 1% sobre a extraço desses recursos não renováveis. A nova taxaço foi criada pelo relator no âmbito do Seletivo, chamado de "imposto do pecado", que vai incidir sobre atividades prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

A proposta estabelece que o tributo será cobrado "independentemente da destinação", ou seja, poderá alcançar vendas internas e externas, o que é visto como um contrassenso.

"O texto geral do senador Eduardo Braga é enfático ao dizer que a carga tributária não incidirá sobre as exportações", afirma Raul Jungmann, ex-ministro e atual diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). O temor é de que o produto brasileiro fique mais caro e perca competitividade.



Raul Jungmann, diretor-presidente do Ibram, critica nova taxaço sobre extraço de minerais e petróleo. Foto: Divulgação/Ibram

Jungmann também vê redundância na cobrança, uma vez que o setor já paga royalties. "Em 2021, recolhemos R\$ 10,3 bilhões via CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral). No ano passado, foram R\$ 7,1 bilhões", afirma. O desenho do novo imposto, que prevê alíquota de até 1% sobre o valor de mercado do produto, também é alvo de críticas: "Extremamente difícil de definir. Vai incitar uma disputa

feroz".

Para o Ibram, há ainda a questão dos minerais estratégicos, que poderão ser sobretaxados. "São minerais decisivos para a superação das mudanças climáticas e a transição para a economia de baixo carbono", afirma o diretor-presidente.

A nova cobrança também movimentou o setor de óleo e gás, que prevê impacto nos preços. "Vai afetar todos os consumidores: os que abastecem seus carros, os que compram o botijão de GLP e os que voam de avião. Ou seja, vai gerar pressão inflacionária", afirma o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Roberto Ardenghy.

O seletivo, argumenta Ardenghy, é tradicionalmente voltado a "atividades supérfluas, como cigarro, bebidas alcoólicas e outros setores que não têm a importância econômica da produção de petróleo".

Ele diz que a essencialidade dos combustíveis já foi reconhecida em lei e que se trata de um mercado gigantesco. "O Brasil consome 390 milhões de litros de diesel, gasolina e outros combustíveis por dia", afirma.

Durante a apresentação do parecer, o senador Eduardo Braga justificou a taxaço: "Os recursos naturais não renováveis são um patrimônio nacional que nós extraímos e exportamos sem nenhuma

oneração”. Para o relator, trata-se de uma cobrança “bastante equilibrada”, que ajudará o País a fazer investimentos estratégicos.

Braga frisou que o imposto será regulamentado via lei complementar, a qual poderá trazer excepcionalidades. “Terras raras, por exemplo, é um minério estratégico. De repente, esse minério não deve pagar 1% na extração. Lítio também”, afirmou.

Segundo o senador Efraim Filho (União-PB), a taxação foi tratada pelo relator como uma forma de compensar o impacto do fim do IPI no financiamento dos fundos de desenvolvimento regional e no FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e FPE (Fundo de Participação dos Estados). “Os fundos precisavam desses recursos extras”, diz Efraim.

Ele fez um paralelo da tributação com os royalties do petróleo, que são pagos pelas petroleiras aos Estados e municípios produtores como forma de compensar danos ambientais. “Sempre se tentou compartilhar os recursos dos royalties, para não ficarem concentrados em apenas um local. Essa regra acaba fazendo com que essa riqueza, do minério e do petróleo, seja distribuída para todo o Brasil”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 26/10/2023

LIRA DIZ QUE TRIBUTAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS DO ICMS É PRÓXIMA MATÉRIA A SER DISCUTIDA NA CÂMARA

PL altera tributação sobre as grandes companhias que recebem benefícios fiscais dos Estados e é uma das prioridades do ministro da Fazenda

Por Giordanna Neves e Iander Porcella

Brasília - O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), confirmou há pouco que deve haver uma reunião na semana que vem com líderes e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para esclarecer pontos do projeto de lei que trata sobre subvenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), conforme antecipou a reportagem.

Esse PL altera a tributação sobre as grandes companhias que recebem benefícios fiscais dos Estados. O texto é uma das prioridades do ministro da pasta, Fernando Haddad, e pode garantir R\$ 26,3 bilhões aos cofres públicos em 2024.

De acordo com fontes ouvidas pelo Broadcast Político, Lira quer “acalmar os ânimos” dos deputados em relação ao tema. O presidente da Câmara disse que o relator da matéria deve ser escolhido após o encontro com Haddad. O deputado Mauro Benevides (PDT-CE) e o líder do PSD na Casa, Antônio Brito (BA), tem sido nomes defendidos pela base governista, mas ainda sem sinalização de Lira.



Arthur Lira confirma reunião com Haddad para discutir PL Foto: Zeca Ribeiro / Agência Câmara

Ontem, depois da aprovação do projeto de lei que prevê a taxação dos fundos de alta renda, Lira afirmou que a subvenção seria a próxima matéria a ser discutida pelos deputados. O projeto de lei oficializa uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao acabar com a possibilidade de que os incentivos fiscais do ICMS usados para custeio, e não para investimento, sejam descontados da base de cálculo da Contribuição Social sobre Lucro

Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

A avaliação no Congresso, no entanto, é de que a medida do governo extrapolou a decisão judicial ao determinar que todos os benefícios fiscais sejam tributados e somente aquilo que for

caracterizado posteriormente pela Receita Federal como “subvenção para investimento” gere crédito fiscal para as empresas.

No novo texto, o governo também acrescentou um artigo que preserva a fruição de incentivos fiscais federais relativos ao IRPJ, CSLL, PIS e Cofins concedidos nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), a pedido das bancadas do Norte e do Nordeste no Congresso.

A proposta, porém, sofre críticas das empresas abertas, que veem violação à segurança jurídica, e enfrenta resistências dentro do Congresso. /COLABOROU BIANCA LIMA

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/10/2023

REFORMA TRIBUTÁRIA: SIMONE TEBET DIZ QUE TEXTO É ‘EXTREMAMENTE POSITIVO’

Ministra do Planejamento afirmou que o relator Eduardo Braga é um ‘homem do diálogo’ e que ‘tudo foi construído por diversas mãos’

Por Caio Spechoto e Sofia Aguiar

BRASÍLIA - A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse na quarta-feira, 25, que viu “o grosso” do relatório da reforma tributária, e que o resultado é “extremamente positivo”. Ela deu as declarações a jornalistas no Palácio do Planalto, depois da cerimônia de instalação do Conselho da Federação.

“Eu não tinha dúvida disso porque o relator é um homem experiente, foi governador. É um homem do diálogo, abriu a porta do gabinete dele para nós, para o Ministério do Planejamento e especialmente para o Ministério da Fazenda. Tudo foi construído por diversas mãos”, declarou a ministra.



O relator da reforma tributária no Senado é o líder do MDB na Casa, Eduardo Braga (AM), correligionário de Simone Tebet. Ele concluiu o texto e o apresentou aos colegas mais cedo na quarta-feira. Ainda podem ser feitas alterações antes da votação pelo plenário.

Simone Tebet afirmou que o relatório da reforma tributária é 'extremamente positivo'. Foto: Wilton Junior/Estadão

A ministra do Planejamento também disse que há medidas possíveis para compensar perdas de receitas causadas por mudanças feitas pelo Congresso em projetos do governo. Segundo ela, a Receita Federal sempre subestima a arrecadação do governo, e a alta do PIB fará a arrecadação aumentar. Isso, segundo ela, ajudará no cumprimento da meta fiscal.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/10/2023

GOVERNO APROVA DIRETRIZES TÉCNICAS E ECONÔMICAS PARA RETOMAR IMPORTAÇÃO DE ENERGIA DA VENEZUELA

Medida visa abastecer Roraima, cujo fornecimento de energia hoje é feito por meio de usinas termelétricas a óleo diesel, que custam mais caro e são mais poluentes

Por Marlla Sabino

BRASÍLIA - O governo aprovou nesta quarta-feira, 25, as diretrizes técnicas e econômicas para retomada da importação de energia elétrica da Venezuela para abastecer Roraima, único Estado

brasileiro que não está conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). O tema foi discutido em reunião extraordinária do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) nesta tarde.

O encontro foi convocado após viagem do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, ao país vizinho com intuito de acelerar as negociações. O Estado foi abastecido por energia gerada na Venezuela até 2019. Hoje, o fornecimento em Roraima é feito por meio de usinas termelétricas a óleo diesel, que custam mais caro e são mais poluentes.

“O CMSE deliberou a respeito de diretrizes técnicas e econômicas para realização do intercâmbio, de modo a garantir redução de dispêndio pago pelos consumidores de energia elétrica por meio da Conta de Consumo de Combustíveis, bem como assegurar o atendimento eletroenergético do Estado”, informou o Ministério de Minas e Energia (MME) em nota.

A expectativa do governo é a de que em novembro sejam iniciados os testes de carga e transmissão de energia para o Brasil. A previsão é que a retomada da importação gere uma economia de R\$ 10 milhões por mês para o consumidor brasileiro devido à redução do uso de combustível fóssil.



Roraima não é conectado ao Sistema Interligado Nacional, que permitiria deslocar a geração de energia de outras partes do País para o Estado Foto: Marcello Casal Jr. / Agência Brasil

A discussão do tema pelo colegiado, presidido por Silveira, está prevista em decreto de julho de 2010, que trata sobre o serviço de energia elétrica dos sistemas isolados e sobre as instalações de transmissão de interligações internacionais no SIN. O texto prevê deliberação pelo CMSE, quanto a preço, volume e eventuais diretrizes adicionais relacionadas à

importação de energia elétrica.

Apagão em agosto

Também foi analisada a versão final do relatório de análise de perturbação (RAP) sobre a falta de energia que atingiu 25 Estados e o Distrito Federal em 15 de agosto, que já havia sido apresentada ao mercado na última semana. De acordo com a pasta, o ONS concluiu que a ocorrência gerou descobertas que serão importantes no aprimoramento do planejamento, da operação, da regulamentação e da integração de novos projetos.

Em nota, o MME afirmou ainda que o Operador apresentou as causas da queda de energia, que se deu “por conta da baixa performance dos equipamentos de controle de tensão”.

“Os sistemas que controlam a tensão dos parques eólicos e fotovoltaicos, no perímetro da Linha de Transmissão Quixadá-Fortaleza II, no Ceará deveriam compensar automaticamente a queda de tensão decorrente da abertura da linha de transmissão. Porém, o desempenho no momento da ocorrência ficou aquém do previsto nos modelos matemáticos fornecidos pelos agentes e testados em simulações pelo ONS.”

Após a ocorrência, foram implementados novos limites de intercâmbios e medidas operativas na região Nordeste. “Até que a performance em campo dos parques aerogeradores e fotovoltaicos esteja corretamente caracterizada nos modelos matemáticos, o ONS adaptou a base de dados para representar a performance dos referidos parques tal como observada em campo durante a perturbação, de modo a utilizá-la nos estudos de caráter operativo.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/10/2023

VALOR ECONÔMICO (SP)

DEMANDA POR CELULOSE DE FIBRA CURTA DEVE SE RECUPERAR NO 4º TRIMESTRE, DIZ KLABIN

Na China, há uma situação “bastante peculiar”, com rápida aceitação dos reajustes anunciados nos últimos meses, de forma que o preço de US\$ 630 por tonelada — válido para novembro — já foi até implementado

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo



A maior demanda de fibra no mercado chinês tem sido puxada por consumo propriamente, e não por recomposição de estoques — Foto: Imagem retirada do Instagram/Klabin

Para o quarto trimestre, a tendência é de continuidade da retomada da demanda em mercados importantes, como China e Europa, trazendo alguma recuperação de preços, indicou o comando da Klabin, em teleconferência com analistas para comentar os resultados dos últimos três meses.

De acordo com o diretor do negócio de celulose da companhia, Alexandre Nicolini, os primeiros oito meses do ano foram marcados por uma demanda mais deprimida na Europa, tanto da matéria-prima quanto de papel, em meio ao movimento massivo de redução de estoque por parte dos compradores. No entanto, a partir de setembro, essa curva se inverteu. “A gente enxerga a demanda melhorando na Europa, não no mesmo nível da China, mas com um impacto bom”, afirmou o executivo.

Na China, conforme Nicolini, há uma situação “bastante peculiar” e positiva, com rápida aceitação dos reajustes anunciados nos últimos meses, de forma que o preço de US\$ 630 por tonelada — válido para novembro — já foi até implementado. “Isso traz um nível de preço mais palatável também para os produtores de papel, que têm conseguido repassar esses aumentos”, comentou.

A maior demanda de fibra no mercado chinês tem sido puxada por consumo propriamente, e não por recomposição de estoques, acrescentou o executivo. “A despeito dos volumes chegando nos portos, os estoques estão entrando e saindo”, afirmou.

De acordo com Nicolini, todo o volume colocado na China, mesmo que a US\$ 630 por tonelada, tem sido vendido e não há previsão de mudança nessa dinâmica até o fim do ano. Diante disso, é provável que as consultorias comecem a elevar o preço médio projetado para a fibra curta no próximo ano, na avaliação do executivo.

No mercado europeu, a percepção da Klabin é a de que os preços também são sustentáveis. Os dois reajustes de US\$ 50 por tonelada anunciados nos últimos meses foram implementados e, agora, a companhia vai buscar a aplicação de outros US\$ 80 por tonelada. “Vemos uma ligeira melhora do ponto de vista de consumo, que acabou se traduzindo em reajustes que estão se materializando”, disse Nicolini.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 26/10/2023

BEMISA DESISTE DA CONSTRUÇÃO DE FERROVIA EM PERNAMBUCO

Empresa do grupo Opportunity estudava fazer trecho entre Currais Novos (PI) ao porto de Suape para escoar minério de ferro de mina no Piauí

Por Marina Falcão — Do Recife

Após estudos de viabilidade, a mineradora Bemisa, do grupo Opportunity, desistiu da construção de uma ferrovia ligando Currais Novos (PI) ao Porto de Suape, em PE, para escoamento de minério de ferro extraído no Piauí. O recuo em relação à obra, que poderia ser uma solução logística para o trecho inacabado da ferrovia Transnordestina em Pernambuco, foi formalizado à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) esta semana.



A Bemisa tem um projeto de mineração de ferro no estado do Piauí - o Projeto Planalto. A empresa pretendia escoar a produção por uma ferrovia com traçado semelhante ao da Transnordestina, em Pernambuco. O ramal pernambucano, com mais de 500 quilômetros, originalmente estava sob responsabilidade do grupo CSN, que atua nos setores de aço, minério de ferro, cimento, energia e logística. Mas a obra ficou no meio do caminho. A CSN avançou apenas no trecho cearense da obra, que liga o Porto do Pecém (CE) a Eliseu Martins (PI).

Desde 2008, a Bemisa realiza investimentos em pesquisa geológica, engenharia, licenciamento ambiental no Piauí. Apesar da desistência em levar avante a construção da ferrovia, após análise técnica e financeira, a Bemisa destacou, em nota, “o compromisso com a produção de minério de ferro no Projeto Planalto, um dos projetos mais importantes para a economia do Nordeste e para o desenvolvimento social na região”.

A CSN devolveu o trecho pernambucano à União, que, neste ano, colocou R\$ 400 milhões no orçamento do PAC 3 para continuidade da obra. O montante serviria apenas para não deixar a obra parada, mas é insuficiente para concluir o ramal pernambucano. Calcula-se que cada km de ferrovia exija um aporte de R\$ 15 milhões, o que levaria o montante total ainda a ser investido a mais de R\$ 5 bilhões.

CSN devolveu o trecho em PE à União, que colocou R\$ 400 milhões no PAC 3 para a obra



Segundo secretário de desenvolvimento econômico de Pernambuco, Guilherme Cavalcanti, há hoje três opções sendo avaliadas pela União: uma concessão pública (investimento público e privado), um chamamento público (investimento privado) ou delegação da obra ao Estado de Pernambuco. Nada impede que a Bemisa participe da nova modelagem.

Na semana passada, a o trecho cearense da Transnordestina, que continua com a CSN, recebeu liberação de mais R\$ 800 milhões da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em financiamento.

“As questões de financiamento do ramal da Transnordestina que vai até Pecém não se comunicam com a realização dos investimentos da União no trecho Salgueiro-Suape nem com a modelagem de uma nova concessão para o trecho pernambucano”, disse o governo de Pernambuco, em nota.

As obras da Transnordestina foram iniciadas em 2006, durante a primeira gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT). A obra, liderada pela CSN, enfrentou diversos contratempos desde então e não há previsão de quando será concluída.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 26/10/2023

PREFEITO DO RIO DEFENDE TETO DE PASSAGEIROS PARA SANTOS DUMONT

Para Eduardo Paes, medida em estudo pelo governo federal equilibra o jogo dos aeroportos na cidade

Por Estevão Taiar, Marcelo Ribeiro e Renan Truffi — De Brasília

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), afirmou ontem que é favorável ao estabelecimento de um limite para o número de passageiros que usam anualmente o aeroporto Santos Dumont - diminuindo, conseqüentemente, o número de voos no terminal.

Como mostrou reportagem ontem do Valor, há debates avançados no Ministério de Portos e Aeroportos para o estabelecimento de um teto de aproximadamente 6,5 milhões de viajantes por ano para o Santos Dumont. No ano passado, o fluxo no terminal foi de 10 milhões de passageiros. O teto vem sendo debatido justamente pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, com o Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo Paes, “se for essa a medida final tomada, terá total respaldo da prefeitura”. Isso porque o estabelecimento do teto “equilibra o jogo dos aeroportos no Rio”, com maior remanejamento de voos para o aeroporto do Galeão. O fluxo anual de passageiros no Galeão caiu de 17 milhões em 2014 para 5,9 milhões em 2022.

“E, cá entre nós, [o teto] não coloca em risco a população que usa o Santos Dumont”, disse.

A nova proposta que limita o número de passageiros derrubaria portaria do próprio governo federal que previa para o próximo ano a diminuição no número de voos tendo como parâmetro a origem e destino. Essa medida, que vigoraria a partir de 2 de janeiro, significa que o Santos Dumont só poderia realizar voos para terminais de passageiros com destino apenas doméstico no raio de até 400 km, o que abarcaria Congonhas (SP) e, eventualmente, Vitória.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 26/10/2023

LULA COMPARA RIO A GAZA E PREPARA ANÚNCIO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA

Entre as medidas em estudo está o emprego de militares em fronteiras, portos e aeroportos, sobretudo na região Sudeste

Por Fabio Murakawa, Renan Truffi e João Valadares — De Brasília



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comparou ontem as cenas de violência no Rio aos bombardeios israelenses na Faixa de Gaza, enquanto seu governo prepara medidas para combater o crime organizado na capital fluminense.

“O problema da violência do Rio de Janeiro, era muito fácil ficar vendo aquelas cenas, que parecia a própria Faixa de Gaza de tanto fogo e de tanta fumaça e dizer ‘é um problema do Rio de Janeiro, do prefeito Eduardo Paes, do governador’. Não, é um problema do Brasil, é um problema nosso, que temos que tentar encontrar solução”, disse Lula em evento no Palácio do Planalto.

Horas mais tarde, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que o governo está finalizando estudos para que o presidente possa fazer anúncios na semana que vem. Entre essas medidas, está o emprego de militares em fronteiras, portos e aeroportos, sobretudo na região Sudeste, em meio à onda de violência no Rio.

Na terça-feira, Lula defendeu participação da Marinha e da Aeronáutica na fiscalização de portos e aeroportos na capital fluminense para combater o tráfico de armas e de drogas.

Dino falou com a imprensa no Planalto após reunir-se com os ministros Rui Costa (Casa Civil), José Múcio (Defesa) e os comandantes da Marinha, Marcos Olsen, da Aeronáutica, Marcelo Damasceno, e do Exército, Tomás Paiva. O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e o secretário-executivo de Dino, Ricardo Cappelli, também participaram do encontro.

“Há um estudo [sobre o emprego das Forças Armadas], que está em fase conclusiva, e será apresentado um estudo ao presidente na próxima semana visando o fortalecimento em três áreas de competência federal: fronteiras, [...] portos, nesse momento inicial portos relativos à região Sudeste, e aeroportos”, disse Dino. “A diretriz que o presidente Lula fixou para a equipe é para nós trabalharmos esse modelo para na próxima semana ele fazer os anúncios.”

Lula defende que Aeronáutica e Marinha fiscalizem aeroportos e portos no Rio

Dino esclareceu que as Forças Armadas não atuarão nas divisas do Rio com outros Estados, mas sim na fronteira com outros países “porque isso é relevante para o tráfico de armas e de drogas que atinge o Sudeste”.

Ainda segundo ele, os anúncios a serem feitos por Lula envolvem outros itens, como aquisição de detectores de celulares em presídios.

“O problema no Rio de Janeiro abrange policiamento ostensivo”, disse Dino. “Mas a questão central para vencer milícias e organizações criminosas de um modo geral envolve inteligência, tecnologia e descapitalização. Esses são os eixos que o mundo inteiro reconhece como virtuosos no rompimento desse domínio territorial de organizações criminosas.”

O governador do Rio, Cláudio Castro, reuniu-se no fim da tarde com José Múcio. Após o encontro, ele disse ser importante ajuda dos militares para reforçar vigilância na Baía de Guanabara, nos aeroportos, portos e estradas federais.

“Vou saber nos próximos dias como vai ser a ajuda. Foi uma reunião importante para o Rio de Janeiro colocar o pleito dele.”

Mais cedo, Castro esteve reunido com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. No Senado, ele propôs legislações mais duras para o crime organizado.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 26/10/2023

LULA ANUNCIA SEMANA QUE VEM MEDIDAS NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DIZ FLÁVIO DINO

Ministro disse que pacote a ser apresentado pelo governo engloba o emprego de militares em fronteiras, portos e aeroportos e a compra de equipamentos

Por Fabio Murakawa e Renan Truffi, Valor — Brasília



Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino
— Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse hoje que o governo está finalizando estudos para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncie medidas sobre a segurança pública do Rio na semana que vem. Entre essas medidas, está o emprego de militares em fronteiras, portos e aeroportos, sobretudo na região Sudeste, em meio à onda de violência no Rio.

Dino falou com a imprensa no Palácio do Planalto após reunir-se com os ministros Rui Costa (Casa Civil), José Múcio (Defesa) e os comandantes da Marinha, Marcos Olsen, da Aeronáutica, Marcelo Damasceno, e do Exército, Tomás Paiva. O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e o secretário-executivo de Dino, Ricardo Cappelli, também participaram do encontro.

"Há um estudo [sobre o emprego das Forças Armadas], que está em fase conclusiva, e será apresentado um estudo ao presidente na próxima semana visando o fortalecimento em três áreas de competência federal: fronteiras, [...] portos, nesse momento inicial portos relativos à região Sudeste, e aeroportos", disse Dino. "A diretriz que o presidente Lula fixou para a equipe é para nós trabalharmos esse modelo para na próxima semana ele fazer os anúncios."

Dino esclareceu que as Forças Armadas não atuarão nas divisas do Rio com outros Estados, mas sim na fronteira com outros países "porque isso é relevante para o tráfico de armas e de drogas que atinge o Sudeste".

Ainda segundo ele, os anúncios a serem feitos por Lula envolvem outros itens, como a aquisição de detectores de celulares em presídios.

"O problema no Rio de Janeiro abrange policiamento ostensivo", disse Dino. "Mas a questão central para vencer milícias e organizações criminosas de um modo geral envolve inteligência, tecnologia e descapitalização. Esses são os eixos que o mundo inteiro reconhece como virtuosos no rompimento desse domínio territorial de organizações criminosas."

Dino afirmou ainda que apresentou ao Planalto e à cúpula do Congresso uma lista de projetos de lei que ele gostaria que fossem votados para auxiliar na segurança pública. Entre eles, o que endurece penas para furtos de fios de cobre e outro que altera normas das audiências de custódia.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 26/10/2023

MINISTROS E COMANDANTES MILITARES DISCUTEM SEGURANÇA NO RIO EM REUNIÃO NO PLANALTO

Ministro afirmou que não há "um teto" para o número de integrantes das forças de segurança que podem ser deslocados para o município, mas que isso dependerá da avaliação dia a dia da crise

Por Fabio Murakawa, Renan Truffi, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro, Valor — Brasília

Os ministros Rui Costa (Casa Civil), Flávio Dino (Justiça) e os comandantes das três Forças estão reunidos nesta quarta-feira no Palácio do Planalto para debater a situação da segurança no Rio. O



diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, e secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, também participam do encontro.

A reunião ocorre um dia depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter defendido a participação da Marinha e da Aeronáutica na fiscalização de portos e aeroportos na capital fluminense para combater o tráfico de armas e de drogas. Os comandantes da Marinha, Marcos Olsen, da Aeronáutica, Marcelo Damasceno, e do Exército, Tomás Paiva, estão no gabinete de Rui Costa.

Lula descartou, no entanto, uma intervenção na Segurança Pública do Estado — medida adotada pelo governo Michel Temer em 2018 e que o presidente classificou como "pirotecnia".

Em meio a episódios de violência na cidade, o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), anunciou na terça-feira a criação de uma força-tarefa com o Ministério da Justiça para investigar a lavagem de dinheiro do crime organizado. Cappelli esteve ontem na capital fluminense para articular esse processo de integração e se reuniu com Castro no Palácio Guanabara.

Segundo o governador, o grupo de trabalho terá a participação de representantes de instituições de segurança e controle financeiro, como a Fazenda Estadual, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e a Secretaria Nacional de Segurança Pública, entre outros.

Ontem, Rui Costa afirmou que nessa reunião seria discutida também a recriação do Ministério da Segurança Pública, algo que Lula ontem disse estar "pensando" em fazer.

Antes do encontro, Dino afirmou que não há "um teto" para o número de integrantes das forças de segurança que podem ser deslocados para o município, mas que isso dependerá da avaliação dia a dia da crise. Segundo ele, há 550 policiais rodoviários federais, integrantes da Força Nacional e da Polícia Federal em atuação no Estado atualmente para ajudar a conter a situação.

O ministro disse que entregou as orientações ao presidente há 48 horas e que receberá as diretrizes dele para atuação. Ele não antecipou quais seriam essas ações extras.

Dino nota que o governo federal está disponível para solicitações dos governadores para transferência de criminosos de presídios estaduais para federais, mas reclamou de decisões de juízes que ordenam a devolução deles para as unidades regionais. "Isso é um desperdício de tempo e dinheiro público", declarou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 26/10/2023



AGÊNCIA BRASIL - DF

CÂMARA APROVA PROJETO DE LEI DE TAXAÇÃO PARA SUPER-RICOS

Com 323 votos a favor e 119 contra, texto segue para Senado

Por Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Por 323 votos a favor, 119 contra e uma abstenção, a Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (25) o projeto de lei de taxação dos super-ricos. A proposta antecipa a cobrança de Imposto de Renda de fundos exclusivos e passa a taxar aplicações em offshores, empresas no exterior que abrigam investimentos.

Após a votação do texto principal, todos os destaques foram rejeitados. Agora, segue para o Senado.



Inicialmente prevista para terça-feira (24), a votação do projeto, que trancava a pauta da Câmara desde o dia 14, foi adiada para esta quarta. A aprovação ocorreu no dia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a nomeação de Carlos Antônio Vieira Fernandes para a presidência da Caixa Econômica Federal. Ele entra no lugar de Rita Serrano, que deixou o cargo.

O projeto foi aprovado com várias mudanças. O relator, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), concordou em elevar, de 6% para 8%, a alíquota para quem antecipar, tanto nos fundos exclusivos como nas offshores, a atualização de valor dos rendimentos acumulados até agora. Originalmente, o governo tinha proposto 10%.

Em relação às offshores, o relator fixou uma alíquota linear de 15% sobre os rendimentos. O governo originalmente tinha proposto alíquotas de 0% a 22,5% conforme os rendimentos anuais. O relator alegou que a diferença de alíquotas entre os fundos exclusivos de longo prazo (15%) e os 22,5% para as offshores geraria o efeito contrário do que o governo pretendia e provocaria fuga de capitais do Brasil, com super-ricos mudando de domicílio fiscal.

Impacto

As mudanças farão o governo arrecadar menos que o previsto. Pela proposta original, o governo tinha a pretensão de reforçar o caixa em R\$ 20 bilhões em 2024 e em até R\$ 54 bilhões até 2026. A equipe econômica ainda não divulgou uma estimativa de receitas com as novas votações.

O governo precisa reforçar o caixa em R\$ 168 bilhões para cumprir a meta de zerar o déficit primário em 2024, conforme estipulado pelo novo arcabouço fiscal, aprovado no fim de agosto pelo Congresso. A tributação dos super-ricos representa uma das medidas mais importantes para obter receitas.

Fundos agrícolas e imobiliários

O relator da proposta, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), fechou um acordo com a bancada ruralista sobre o aumento no número de cotistas nos Fiagros, fundos de investimento em cadeias agroindustriais. O número mínimo de cotistas para que os Fiagros e os fundos de investimentos imobiliários, regidos pela mesma legislação, obtenham isenção de Imposto de Renda, saltou de 50 para 100.

O governo tinha proposto mínimo de 500 cotistas e, na semana passada, fez uma contraproposta de 300 cotistas. O relator também criou uma trava para limitar as cotas entre parentes a 30% do patrimônio líquido do fundo, incluindo parentes de segundo grau.

Pedro Paulo também acatou uma sugestão para que empresas que operem no país com ativos virtuais, independentemente do domicílio, passem a ser obrigadas a fornecer informações periódicas de suas atividades e de seus clientes à Receita Federal e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão que combate a lavagem de dinheiro.

Definições

Instrumentos personalizados de investimentos, com um único cotista, os fundos exclusivos exigem pelo menos R\$ 10 milhões de entrada e taxa de manutenção de R\$ 150 mil por ano. Atualmente, apenas 2,5 mil brasileiros aplicam nesses fundos, que acumulam patrimônio de R\$ 756,8 bilhões e respondem por 12,3% da indústria de fundos no país.

Atualmente, os fundos exclusivos pagam Imposto de Renda (IR), mas apenas no momento do resgate e com tabela regressiva, quanto mais tempo de aplicação, menor o imposto. O governo quer

igualar os fundos exclusivos aos demais fundos de investimento, com cobrança semestral de IR conhecida como come-cotas. Além disso, quem antecipar o pagamento do imposto pagará alíquotas mais baixas.

Em relação à taxação das offshores, o governo quer instituir a tributação de trusts, instrumentos pelos quais os investidores entregam os bens para terceiros administrarem. Atualmente, os recursos no exterior são tributados apenas e se o capital retorna ao Brasil. O governo estima em pouco mais de R\$ 1 trilhão (pouco mais de US\$ 200 bilhões) o valor aplicado por pessoas físicas no exterior.

Confira o projeto da câmara

Fundos exclusivos

- Instrumento: originalmente era medida provisória, mas texto foi incorporado a projeto de lei;
- Como é: tributação apenas no momento do resgate do investimento;
- Tributação: alíquota de 15% (fundos de longo prazo) ou de 20% (fundos de curto prazo, de até um ano) de Imposto de Renda sobre os rendimentos uma vez a cada semestre por meio do mecanismo chamado “come-cotas” a partir do ano que vem. Fundos com maiores prazos de aplicação têm alíquotas mais baixas por causa da tabela regressiva de Imposto de Renda;
- Atualização antecipada: quem optar por começar a pagar o come-cotas em 2023 pagará 8% sobre o estoque dos rendimentos (tudo o que rendeu até 2023). O governo propôs dois modelos de pagamento
 - 8% para quem parcelar em quatro vezes, com a primeira prestação a partir de dezembro. Na medida provisória, o governo tinha proposto alíquota de 10% nessa situação;
 - 15% para quem parcelar em 24 vezes (dois anos), com primeira prestação a partir de maio de 2024.

Offshore e trusts

- Instrumento: projeto de lei;
- Como é: recursos investidos em offshores, empresas no exterior que abrigam fundos de investimentos, só pagam 15% de Imposto de Renda sobre ganho de capital se voltarem ao Brasil;
- Tributação: 15% de cobrança anual de rendimentos a partir de 2024, mesmo se dinheiro ficar no exterior. Governo tinha proposto alíquotas progressivas de 0% a 22,5%, conforme os rendimentos anuais
- Apuração: lucros das offshores serão apurados até 31 de dezembro de cada ano
- Forma de cobrança: tributação dos trusts, relação jurídica em que dono do patrimônio transfere bens para terceiros administrarem.
- Como funcionam os trusts: atualmente, legislação brasileira não trata dessa modalidade de investimento, usada para reduzir o pagamento de tributos por meio de elisão fiscal (brechas na legislação) e facilitar distribuição de heranças em vida;
- Atualização antecipada: quem optar por atualizar o valor do estoque dos rendimentos (tudo o que rendeu até 2023) pagará menos. Nesse caso, a adesão é voluntária. O governo propôs dois modelos de pagamento

- 8% para quem parcelar em quatro vezes, com a primeira prestação a partir de dezembro. Na medida provisória, o governo tinha proposto alíquota de 10% nessa situação;
- 15% para quem parcelar em 24 vezes (dois anos), com primeira prestação a partir de maio de 2024.
- Variação cambial: lucro com alta do dólar não será tributado em duas situações
- variação cambial de depósitos em conta corrente ou em cartão de crédito ou débito no exterior, desde que os depósitos não sejam remunerados;
- variação cambial de moeda estrangeira para vendas de moeda de até US\$ 5 mil por ano.

Fiagro e fundos de investimentos imobiliários

- Definição: Fiagros são fundos de investimento em cadeias agroindustriais, fundos de investimentos imobiliários são fundos que aplicam em imóveis
- Como é: fundos com pelo menos 50 cotistas e com cotas negociadas na bolsa de valores ou em mercados de balcão de derivativos têm isenção de Imposto de Renda
- O que muda: para obter isenção de IR, número mínimo de cotistas sobe para 100, com limite de cotas entre familiares a 30% do patrimônio líquido total, incluindo parentes até o segundo grau. Receita Federal tinha proposto 500 cotistas, depois reduziu proposta para 300
- Impacto: segundo relator, de 70 fundos do tipo, apenas quatro perderiam a isenção do IR

Edição: Marcelo Brandão

Fonte: Agência Brasil - DF

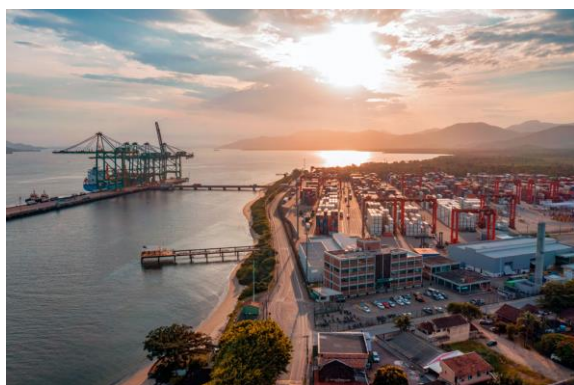
Data: 26/10/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

APM TERMINALS E DP WORLD LIDERAM INICIATIVAS PARA ACELERAR A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA EM OPERAÇÕES PORTUÁRIAS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 26/10/2023 - 18:19



As empresas elaboraram um roteiro claro para incentivar a eletrificação das operações portuárias no prazo de dois a oito anos, como resultado de pesquisa sobre o uso de equipamentos elétricos voltados à movimentação de contêineres

A APM Terminals e a DP World anunciam nesta quinta-feira (26) uma iniciativa para acelerar a descarbonização dos terminais portuários em todo o mundo por meio da eletrificação dos equipamentos voltados à movimentação de contêineres (CHE). A iniciativa baseia-se em estudos que demonstram que a

transição de CHEs para versões elétricas, movidas a bateria, pode ser alcançada nos próximos dois a oito anos, com a adesão das empresas que atuam nos diversos elos do setor.

Os resultados da pesquisa e o guia para a eletrificação de CHE são temas de um white paper ao setor, já endossado pelo Porto de Kalundborg, Eurogate e Smart Freight Centre.

O chamado Container handling equipment (CHE) é uma classe de equipamentos essenciais às operações portuárias, utilizados para movimentar contêineres dentro e fora dos navios, nos 940 portos de contêineres do mundo. Em 2020, a frota global de CHE permitiu o transporte de 815 milhões de TEUs, com valor total de US\$ 8,1 trilhões. Estimada entre 100 mil e 120 mil unidades, a frota global de CHE é responsável pela emissão de cerca de 10 a 15 milhões de toneladas de dióxido de carbono por ano (escopo 1 e escopo 2).

A pesquisa constatou que os desafios que dificultam a adoção do CHE elétrico movido a bateria podem ser superados. O ponto de inflexão para a substituição de CHE a diesel por CHE elétrico, movido a bateria, como a opção mais econômica, atraente e acessível, pode ocorrer nos próximos dois a oito anos, desde que as partes interessadas do setor adotem as medidas agora.

A carta aberta com o estudo identifica as principais alavancas e ações relacionadas, que podem ser tomadas pelos participantes de toda a cadeia de valor, incluindo operadores de terminais, fabricantes de equipamentos, autoridades portuárias, entidades governamentais afiliadas e operadores de linhas de navegação.

"Sendo claro: precisamos acelerar a nossa agenda de descarbonização e precisamos fazer isso agora. Tenho o prazer de anunciar que a pesquisa que realizamos, em conjunto com a Systemiq e a ZenMo, confirma que o ponto de inflexão para a eletrificação do CHE está ao nosso alcance, ainda nesta década. Agora, estamos solicitando ações para que todo o ecossistema portuário acelere em direção a esse marco. É importante que nos unamos e tomemos medidas concretas, em conjunto a vários players do setor, para que isso aconteça", afirma Keith Svendsen, CEO da APM Terminals.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/10/2023

EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA O CANADÁ SUPERAM US\$ 4 BILHÕES PELA PRIMEIRA VEZ

Da Redação ECONOMIA 26/10/2023 - 18:11



Saldo positivo para o Brasil dispara 547% entre janeiro e setembro de 2023, na comparação anual, e totaliza US\$ 1,491 bilhão (FOB)

As exportações do Brasil para o Canadá atingiram um nível recorde entre janeiro e setembro de 2023, superando os US\$ 4 bilhões pela primeira vez na história da relação bilateral. É o que apontam dados compilados pelo estudo Quick Trade Facts, elaborado pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC).

Os embarques ao Canadá totalizaram US\$ 4,2 bilhões (FOB) nos nove primeiros meses de 2023, um aumento de 5% em comparação a igual período do ano anterior, quando foram registradas vendas externas de US\$ 3,9 bilhões (FOB).

O bom desempenho ajudou a balança bilateral a fechar com um saldo positivo para o Brasil de US\$ 1,491 bilhão (FOB), um salto de 547% sobre igual intervalo de 2022, quando o resultado havia sido negativo em US\$ 334 milhões.

"Nossa avaliação é de que o crescimento das exportações para o Canadá seguirá firme e contínuo. Esse resultado é reflexo de uma extensiva agenda de encontros e iniciativas realizadas nos últimos anos para fortalecer ainda mais os negócios entre os dois países", afirma Ronaldo Ramos, presidente da CCBC.

O Canadá figura atualmente na 12ª posição como o maior destino das exportações brasileiras. Já no ranking das importações, o país ocupa a 15ª posição.

Entre janeiro e setembro de 2023, a corrente de comércio – que representa a soma das importações e exportações - totalizou US\$ 6,85 bilhões (FOB), uma queda de 17% frente aos US\$ 8,223 bilhões (FOB) alcançados em igual período do ano anterior. O recorde foi visto no acumulado de 2022, quando ultrapassou a cifra de US\$ 10 bilhões (FOB) pela primeira vez em 12 meses.

“Muita gente ainda não percebeu que o Canadá já é um grande parceiro do Brasil, com investimentos expressivos em setores estratégicos, como agronegócio, infraestrutura, mineração, aeroespacial e defesa, entre outros. Temos visto que o comércio bilateral vem crescendo significativamente, e mesmo assim ainda existe um enorme potencial a ser explorado”, explica Paulo de Castro Reis, diretor de Relações Institucionais da CCBC.

Em média, a CCBC realiza oito missões comerciais do Brasil para o Canadá a cada ano, relacionadas a temas como: inteligência artificial, alimentos e bebidas, mineração, Indústria 4.0, cidades inteligentes, inovação em saúde e sistema médico-hospitalar, tecnologias limpas, transição energética e até economia criativa.

Os principais destaques nas exportações brasileiras ao Canadá e com maior peso na balança comercial no período foram: ouro (27% do total exportado); alumina (óxido de alumínio) representando 22% do total; aeronaves e equipamentos, incluindo suas partes (11%), e açúcares e produtos de confeitaria (9%).

As compras de produtos canadenses totalizaram US\$ 2,7 bilhões (FOB) entre janeiro-setembro de 2023, recuando 38% frente a igual período de 2022, quando somaram US\$ 4,3 bilhões (FOB). A queda, em especial, está atribuída a compra de adubos e fertilizantes, que ganharam destaque no ano passado por conta do conflito entre Rússia e Ucrânia.

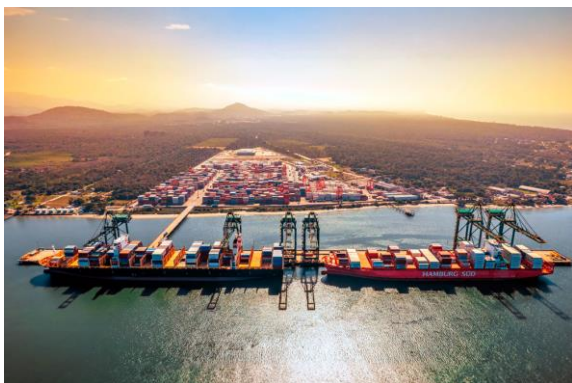
As importações desta categoria totalizaram US\$ 1,65 bilhão (FOB) no período em análise, 50% menor em relação aos US\$ 3,25 bilhões vistos um ano antes. Apesar do recuo, adubos e fertilizantes continuam na liderança dos produtos mais comprados do Canadá, com um peso de 61% no total de importações.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/10/2023

PORTO ITAPOÁ CONTA COM NOVO SERVIÇO PARA CARIBE E EUA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 26/10/2023 - 18:07



Atualmente, o Porto Itapoá já conta com outras duas linhas para a América do Norte em seu portfólio de serviços

O Porto Itapoá passará a contar com mais uma linha de navegação: a Brazil Express (Brazex), da empresa francesa CMA CGM. O serviço conecta os portos brasileiros ao Caribe e aos EUA, com escalas semanais. Atualmente, o Porto Itapoá já conta com duas linhas para a América do Norte em seu portfólio de serviços.

Alguns pontos de conexão no exterior são Cartagena, na Colômbia, Kingston, na Jamaica, Veracruz, no México, e Houston e Nova Orleans, nos EUA. “É um serviço importante para os clientes que têm negócios com essas regiões, mas também podem usá-lo como conexão para outros pontos”, diz o diretor de Operações, Tecnologia e Meio Ambiente do Porto Itapoá, Sergni Pessoa Rosa Jr.

O primeiro navio do serviço a chegar em Itapoá será o "Hans Shulte", no dia 31 de outubro. Com 277m de comprimento e capacidade para 5.600 TEUs, navega com a bandeira de Hong Kong.

A rotação do Brazex seguirá desta forma:

Nova Orleans - Houston - Veracruz - Kingston - Cartagena - Salvador - Santos - Navegantes – Itapoá - Paranaguá - Santos - Rio de Janeiro - Cartagena - Kingston - Nova Orleans.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/10/2023

DODÓ CARVALHO, DA ABANI: NAVEGAÇÃO INTERIOR NA ORDEM DO DIA

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 26/10/2023 - 18:11



Divulgação

Além do PGO, associação destaca prioridades do FMM aprovadas para segmento e sinalização de uma secretaria de governo dedicada a hidrovias

A Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior (Abani) avalia que o modal está na ordem do dia da agenda setorial e enxerga motivação para atrair investimentos e fomento ao transporte em hidrovias. Para a entidade, o Plano Geral de Outorgas (PGO Hidroviário), lançado na última quarta-feira (25),

é somente um dos movimentos positivos em andamento voltados para as necessidades de estruturar corredores hidroviários e aproveitar o potencial dos rios do país.

O presidente da Abani, Dodó Carvalho, acredita que estão ocorrendo decisões políticas no sentido de atender necessidades emergenciais, além de produzir estudos técnicos para viabilizar a modelagem de concessões e serviços que garantam melhorias e a manutenção da navegação pelas principais vias interiores. Ele acrescentou que, pela primeira vez, será criada uma secretaria de governo dedicada ao desenvolvimento de hidrovias. “O segmento está feliz e não quer perder oportunidades de transformar o Brasil num país que enxerga hidrovia como estratégia”, destacou Carvalho à Portos e Navios.

Carvalho lembrou que, nas últimas reuniões do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), a maior parte das prioridades aprovadas foi para projetos de navegação interior, principalmente na região Norte. Segundo o presidente da Abani, a expectativa é que esses corredores tragam mais competitividade ao agronegócio, melhorando o escoamento pelos rios da região. “Estamos vivendo uma 'lua de mel' fantástica. As autoridades estão falando de hidrovias na ordem das prioridades. Vemos um novo movimento para as hidrovias. Podemos dizer que chegou nossa vez”, comentou.

O recém-lançado PGO do setor hidroviário estabeleceu seis prioridades de projetos para desenvolvimento do modal nos próximos quatro anos: Brasil-Uruguai (Lagoa-Mirim e Lagoa dos Patos), Paraguai, Madeira, Tocantins, Tapajós e Barra Norte. No lançamento do plano, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) também abriu o chamamento público da hidrovia do Paraguai, com objetivo de trazer a iniciativa privada para doação de estudos de viabilidade para o desenvolvimento da hidrovia que, futuramente, poderá ser concedida.

Carvalho disse que hoje, efetivamente, somente o Rio Tietê pode ser considerado uma hidrovia do país. Ele considera o projeto da hidrovia do Madeira como o mais maduro para começar a ser desenvolvido, considerando o volume de cargas significativo que atende diretamente dois estados. Na sequência, a associação também vê potencial na hidrovia do Tapajós. Tocantins, Amazonas-Solimões e do Paraguai. “Começa agora uma movimentação muito forte de valorização das hidrovias”, projetou.

Estiagem

A Abani acompanha a situação de estiagem que prejudicou a navegação na região Norte, agravada pelo fenômeno climático El Niño. A avaliação é que, dentro de um mês, a situação deva melhorar, com a movimentação esperada de cheias no Peru, no sentido Solimões-Amazonas, e na Bolívia, com águas descendo até o Madeira. “Cremos que, até o final de novembro, a navegação do Madeira esteja restabelecida”, disse Carvalho. Com o evento mais agudo este ano e a necessidade de dragagem, entre 60% e 65% da carga movimentada em Manaus por navio foi impactada, gerando dificuldade de suprimento regional.

Alguns volumes vêm sendo transbordados em Vila do Conde (PA) e levados por balsas até Manaus. Houve armadores deslocando navios com guindaste para realizar as transferências ao largo, com navios fundeados próximos a Itacoatiara (AM). “Apesar do momento de dificuldade de suprimento, escoamento de produção e de consumíveis para a população de Manaus, ganhamos a oportunidade de ter dragagem na foz Tabocal e na foz do Madeira, que possui muita sedimentação”, ponderou Carvalho.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/10/2023

ESTUDO HIDROGRÁFICO NO RIO POTENGI PARA INICIAR PROJETO DE DRAGAGEM DO PORTO DE NATAL FICARÁ PRONTO ATÉ 15 DE NOVEMBRO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 26/10/2023 - 18:07



Até 15 de novembro o Porto de Natal terá pronto estudo hidrográfico de todo o canal e bacia de evolução, para viabilizar dragagem no porto.

O último aprofundamento foi realizado em 2012. O porto tem atualmente necessidade de aumentar o calado para 12m de profundidade, o que vai proporcionar novas operações portuárias.

“Um porto que investe no aumento do calado e na expansão de sua área de navegação consegue atrair novos clientes e movimentar mais cargas, ganhando em variedade de produtos.

Sem falar que é um sinal de modernidade para atender às expectativas do mercado. Um canal de acesso confiável aumenta a competitividade”, afirmou o diretor-presidente da Codern.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/10/2023

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SCPAR PORTO DE IMBITUBA APROVOU, NA SEGUNDA-FEIRA (23), A NOMEAÇÃO DO ENGENHEIRO URBANO LOPES DE SOUSA NETTO PARA A PRESIDÊNCIA DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE IMBITUBA

Por EXECUTIVOS 26/10/2023 - 18:07



O Conselho de Administração da SCPAR Porto de Imbituba aprovou, na segunda-feira (23), a nomeação do engenheiro Urbano Lopes de Sousa Netto para a presidência da Autoridade Portuária do Porto de Imbituba. Urbano substitui Luís Antonio Braga Martins, que estava à frente da gestão desde janeiro deste ano.

O novo presidente, além de engenheiro eletricista, é físico e possui mestrados em Economia e em Logística e Gestão Portuária. Chega diretamente do Ministério de Portos e Aeroportos, onde atuava desde 2012. Tem experiência como Analista de Infraestrutura e o último

cargo que assumiu foi de coordenador-geral de Arrendamentos Portuários na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA).

Sua trajetória na SNPTA inclui períodos à frente da gerência e coordenação nas áreas de contratos de arrendamento portuário, fomento, parcerias e outorgas. Também foi presidente do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) dos portos de Itajaí e São Francisco do Sul. Em Imbituba, havia sido suplente do presidente do CAP entre 2015 e 2019.

A passagem simbólica do cargo ocorreu nesta quarta-feira (25), no auditório do complexo portuário, com a presença dos colaboradores, diretoria executiva e do diretor-presidente da holding SCPAR, Alexandre Amim Salum Jr.

“Aceitar esse desafio é uma grande honra. Com esse corpo técnico qualificado, trabalharemos para que o Porto de Imbituba continue crescendo e trazendo desenvolvimento econômico e social”, afirmou Urbano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/10/2023

MPOR E ANTAQ ANUNCIAM PRIMEIRO PGO HIDROVIÁRIO E CHAMAMENTO PARA ESTUDOS DE CONCESSÃO DA HIDROVIA DO PARAGUAI

Da Redação NAVEGAÇÃO 25/10/2023 - 21:27



Plano Geral de Outorgas será publicado no Diário Oficial da União ainda nesta semana. Agenda deve atrair investimentos privados para o país, segundo Costa Filho

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) anunciaram, nesta quarta-feira (25), a aprovação do primeiro Plano de Geral de Outorgas (PGO) hidroviário. Na oportunidade, Ministério e Agência anunciaram a abertura de chamamento público voltado ao recebimento de estudos para o Rio Paraguai.

O plano hidroviário tem como principal objetivo aumentar a competitividade e o desenvolvimento do Brasil. O documento aprovado estabelece que a exploração das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis será feita por meio de concessão ou por meio de licitação.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho declarou que o documento será imprescindível para atração de investimentos privados para o país. “Essa agenda vai avançar e dar diretrizes pra gente buscar crédito, segurança jurídica e de fato planos de investimentos, no Brasil.” ressaltou.

Além da presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o anúncio contou com a presença da Secretária Nacional de Portos e Hidrovias, Mariana Pescatori, do diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, do Embaixador do Uruguai no Brasil, Guillermo Valles, do senador Luiz Carlos Heinze (RS), e dos deputados federais Leônidas Cristino (CE) e Dagoberto Nogueira (MS).

O PGO é instrumento de planejamento aderente às diretrizes do planejamento nacional de transportes, e às políticas formuladas pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (CPPi). Integra as políticas de transportes e a de portos com a finalidade de orientar investidores e consolidarem projetos de outorga de exploração das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis e de prestação de serviços de transportes aquaviário.

A previsão é que o Plano de Geral de Outorgas Hidroviário seja publicado no Diário Oficial da União desta semana.

A secretária nacional de portos e transportes aquaviários, Mariana Pescatori, também ressalta a importância desse plano para viabilizar melhorias nos serviços ofertados nas hidrovias.

“Essas concessões, com certeza, vão viabilizar dragagens que são necessárias no momento correto, investimentos perenes e de longo prazo, e melhores serviços que serão ofertados. E o mais importante, temos uma grande oportunidade de trazer mais cargas para as nossas hidrovias.” afirma a secretária.

Abertura de Chamamento público

Já o chamamento público anunciado trata do recebimento de estudos para o projeto da Hidrovia do Paraguai. Neste primeiro momento, os estudos a serem captados compreenderão o trecho da futura hidrovia localizado entre a cidade de Cáceres/MT e a foz do Rio Apa, na divisa com o Paraguai.

Por se tratar de uma das mais antigas vias navegáveis do país, com movimentação de carga consolidada e potencial para aumentar em pelo menos quatro vezes o atual volume, a futura concessão da Hidrovia Paraguai impulsionará o transporte de commodities agrícolas e minério de ferro.

Outros empreendimentos do PGO

De acordo com o PGO, são também ações prioritárias os estudos que fundamentarão a concessão das hidrovias:

- Rio Madeira, com previsão de leilão para dezembro de 2024, de acordo com o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) a ser firmado, em breve, com a INFRA S.A.

Importante destacar que a futura concessão dessa hidrovia resultará em uma maior confiabilidade na navegação deste importante rio para a região amazônica, especialmente em períodos de crises hídricas.

- Lagoa Mirim, parte da Hidrovia do Sul, cujos estudos estão sendo coordenados pelo MPor.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/10/2023

PORTOS DO PARANÁ E MSC ALINHAM ÚLTIMOS DETALHES PARA INÍCIO DA TEMPORADA DE CRUZEIROS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 25/10/2023 - 21:24



Reunião detalhou ajustes a serem feitos para atracação e recepção dos passageiros a partir de 1.º de dezembro no Porto de Paranaguá

A Portos do Paraná recebeu nesta quarta-feira (4) uma equipe da MSC Cruzeiros do Brasil para a última reunião de alinhamento entre as partes para a recepção de navios de passageiros na temporada 2023/2024. Foram acertados detalhes técnicos e operacionais para proporcionar as melhores experiências nas chegadas das embarcações e dos passageiros que farão de Paranaguá o ponto de partida

para as viagens pelo oceano Atlântico. Será um navio por semana de dezembro até março que movimentará o litoral paranaense durante o verão.

“Fizemos uma reunião técnica de alinhamento de atracação dos navios e dos detalhes dos embarques e desembarques de passageiros, estamos fazendo os últimos ajustes e estamos

ansiosos para que os navios comecem a chegar no Porto de Paranaguá”, destacou o diretor de Desenvolvimento Empresarial, André Pioli.

Na conversa com a equipe da MSC ficaram acertados as taxas que serão cobradas, questões operacionais como uso da praticagem, de rebocadores, do oferecimento de serviços à embarcação no cais e também do abastecimento com suprimentos, que podem ser adquiridos na própria rede do Litoral para fomentar a economia local, além das facilidades oferecidas aos passageiros.

“Pedimos que os serviços todos que os navios vão ter que fazer como troca de óleo, limpeza e retirada de lixo, abastecimento com água, abastecimento com mantimentos seja comprado na cidade para fomentar o comércio local, a economia local e gerar emprego e renda na cidade que é o objetivo dos navios de passageiros aqui na nossa região”, apontou o dirigente.

O Porto de Paranaguá também se colocou à disposição da MSC Cruzeiros para ser uma alternativa caso o Porto de Itajaí sofra com condições climáticas adversas. “Estamos disponíveis para que eles venham atracar aqui com outro navio, que é o "Musica". Então, a gente está à disposição para outros navios que, eventualmente, possam vir para cá”, finaliza Pioli.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 25/10/2023

TERMINAL DE CONTÊINERES DO PORTO DE FORTALEZA TRIPLICA O NÚMERO DE SCANNERS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 25/10/2023 - 21:19



A Companhia Docas do Ceará atua para agilizar a fiscalização das cargas transportadas dos caminhões para os navios atracados, no Porto de Fortaleza.

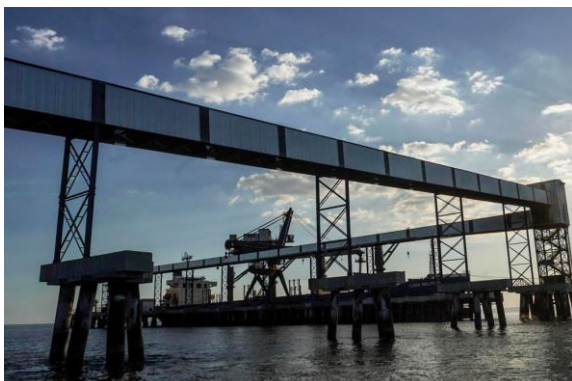
O número de scanners passa de um para três. Os dispositivos adicionais estão sendo disponibilizados pela empresa CMA CGM, que opera no Porto de Fortaleza, desde abril deste ano e é uma das três maiores líderes mundiais em transporte marítimo e logística.

A utilização dos scanners é uma conquista, segundo o diretor-presidente da Companhia Docas do Ceará, Lucio Gomes. "Nós fiscalizávamos, em média, 50 contêineres por hora. Agora, a nossa capacidade passou para 175 unidades, no mesmo tempo. Viabilizamos, portanto, celeridade na movimentação das cargas, no interior do pátio, uma vez que 100% delas são scaneadas. Dessa forma, o Porto de Fortaleza está proporcionando eficiência e segurança no processo operacional", disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 25/10/2023

TUPS OUVEM PROMESSA DE REDUÇÃO DO TEMPO DE AUTORIZAÇÕES

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 25/10/2023 - 20:04



Arquivo/Divulgação

Ministro Costa Filho espera que tempo para análise de processos desta modalidade seja reduzido para 6 a 8 meses, a partir do programa Navegue Simples, que está em fase de elaboração

Representantes de terminais de uso privado (TUP) ouviram, na última terça-feira (24), a promessa do governo de que o programa Navegue Simples, em fase



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 179/2023
Página 75 de 75
Data: 26/10/2023
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

de elaboração, permitirá uma redução efetiva do tempo de tramitação de novas autorizações para projetos nesta modalidade de exploração de instalações portuárias. O ministro de portos e aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, disse que o objetivo é que as autorizações, que hoje chegam a levar mais de três anos, possam ser validadas num prazo entre seis a oito meses. O programa vem sendo discutido pela pasta, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Tribunal de Contas da União (TCU).

Costa Filho garantiu que a busca é por ampliar a transparência, desburocratização e segurança jurídica nos processos de autorização. "Recebemos uma sinalização clara do TCU. Estou confiante de avançar nessa construção. Avançando a celeridade desses procedimentos, para 6 meses a 8 meses, vamos acelerar investimentos no Brasil", afirmou Costa Filho, durante o '10º Encontro ATP: Uma década da Lei dos Portos', promovido pela Associação de Terminais Portuários Privados.

Na ocasião, a secretária nacional de portos e transportes aquaviários, Mariana Pescatori, disse que o MPor e a Antaq estão analisando as contribuições e os problemas apontados pelas entidades setoriais durante a consulta pública, a fim de encontrar soluções no curto, médio e longo prazo para reduzir o tempo das análises. Ela acredita que é preciso fazer alterações mais pontuais no médio prazo e, no longo prazo, deve ser avaliado se haverá necessidade de algum tipo de alteração legal.

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, destacou que existe um esforço integrado no desenvolvimento do Navegue Simples, a fim de criar um programa voltado a simplificar o processo de autorização dos TUPs. "Se já é uma alternativa efetiva e que traz agilidade para gerar mais capacidade para o setor, vamos procurar tornar o processo de autorização ainda mais célere, eliminando sobreposições porventura existentes", afirmou. Ele acrescentou que, dentro do programa, será possível buscar soluções para outros gargalos e endereçar as questões junto aos demais órgãos intervenientes.

O diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa, disse que os TUPs avaliam que o anúncio público, nos 10 anos de vigência a partir da Lei 12.815/2013, não foi um instrumento relevante. A avaliação é que, nesse período, não houve processos seletivos nesta modalidade, perdendo tempo em tramitação na Antaq aguardando possíveis manifestações de interessados. Ele mencionou que esse tema foi apontado num documento entregue ao ministério pela coalização de associações do setor portuário.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/10/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 26/10/2023